n. 34 2021

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital

Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial	**03**
O Uso da Argiloterapia em Tratamentos Estéticos. Ribeiro, Renata Nardy. Págs. 04 – 16	**04**
Coaching em Tempos de Crise. David, Carlos Roberto Braçoforte; Ribeiro, Renata Nardy. Págs. 17– 25	**17**
Uso do Vídeo Como Recurso Didático Para o Ensino da Higienização de Mãos em Cursos De Graduação na Área da Saúde: Uma Revisão de Literatura. Oliveira, Débora Carvalho da Silva. Págs. 26 – 41	**26**
A Ludicidade e as Experiências na Infância: Corpo, Brincadeira e Memória no Processo Educativo. Medeiros, Luciano Tadeu Corrêa; Muniz, Débora Renata Marques; Corrêa, Dinalva da Silva; Pereira, Elianay Wilkerson da Silva; Maciel, Luana Patrícia Paixão. Págs. 42– 52	**42**
O Código de Ética da Psicologia na Berlinda Social: O Julgamento Moral de Psicólogos/as. Vieira Junior, Luiz Augusto Mugnai. Págs. 53 - 66	**53**
A Base Nacional Comum Curricular nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Lima, Nivaldo Maia de. Págs. 67 – 75	**67**
Auditória e Ética: Ferramentas Essenciais Para o Bom Andamento das Organizações. Moura Filho, Raimundo Olavo Carneiro. Págs. 76– 84	**76**
Análise Sistemática Jurídica dos Crimes Virtuais e Pedofilia na Internet. Cerqueira, Ricardo Dias. Págs. 85 – 94	**85**
Práticas Ativas em História no Ensino da Arqueologia e Paleontologia Para o Ensino Fundamental: História, Arqueologia e Educação Patrimonial e Museal. Santos, Samuel Jordão. Págs. 95 – 105	**95**

Editorial

MULHERES NA CIÊNCIA: UMA CONQUISTA DE DIREITOS

A partir do ano de 2015, no dia 11 de fevereiro, através de uma iniciativa entre a ONU e UNESCO passou-se a comemorar o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência. Durante muitas décadas, as mulheres foram excluídas da educação formal, sendo a justificativa principal baseada na formação do corpo feminino que estava relacionado a uma menor capacidade cognitiva e intelectual. Nos dias atuais, a maior carga de serviços domésticos e cuidados familiares associados a uma responsabilidade feminina, contribuem para redução da presença da mulher no topo das pesquisas acadêmicas.

O número de mulheres na graduação, atualmente, é superior ao número de homens. Porém, precisa torna-se equiparável quando nos referirmos aos mestrados, doutorados e pós-doutorados. Ainda há muita desigualdade entre os gêneros quando focamos a atenção na carreira e produção científica de modo geral. Em 2015, apenas 28% dos pesquisadores do mundo eram do sexo feminino. Muitas mulheres acabavam trocando a carreira profissional pela vida pessoal, enquanto os homens seguiam com os estudos e pesquisas.

Dois anos depois, em 2017, a Elsevier lançou o relatório "*Gender in the Global Research Landscape*", um cenário da pesquisa mundial ao longo de 20 anos, em 12 países e regiões. Notou-se que nove dessas regiões (EUA, União Européia, Reino Unido, Canadá, Austrália, França, Brasil, Dinamarca, Portugal), entre 2011 e 2015, mais de 40% dos pesquisadores eram mulheres, o que representa uma melhora do cenário em 1996-2000. Todavia, a representatividade feminina varia conforme o campo de pesquisa: mulheres estão mais presentes em ciências biológicas e da saúde, mas são raras nas ciências físicas, da computação e matemáticas, relacionadas com a criação de tecnologias.

Desde os primórdios da humanidade muitos questionamentos foram feitos sobre a presença e posição feminina em diversas atividades, mas, ao longo dos anos, direitos foram alcançados e muitas mulheres que tinham o desejo de inserir-se no mercado de trabalho e obter um reconhecimento profissional conseguiram lugares de honra.

Contudo, mesmo com as grandes conquistas adquiridas, ainda há muito o que se discutir sobre a desvalorização da mulher no mercado de trabalho e presença reduzida na produção científica. O tema é polêmico e confirma a necessidade de debater sobre as mudanças de pensamentos. Esperamos, a cada dia, novos progressos para que mais mulheres possam contribuir com a evolução da ciência que está sempre tão presente em nossas vidas.

Marcos Alexandre Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza

O USO DA ARGILOTERAPIA EM TRATAMENTOS ESTÉTICOS

Ribeiro, Renata Nardy[1]

RESUMO:
O presente trabalho trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e descritiva, cujo procedimento adotado foi o de uma revisão bibliográfica baseada na literatura especializada através de pesquisa nas bases de dados do google acadêmico e teve como objetivo discutir a eficácia da argila nos tratamentos estéticos, observando os principais parâmetros, forma de aplicação e o mecanismo pelo qual a argila age na pele com seus benefícios em clarear, absorver a oleosidade, reduzir medidas, auxiliando no tratamento da pele equilibrando suas funções. Os resultados encontrados nessa pesquisa, evidenciaram que o segmento estético pode alcançar resultados favoráveis ao fazerem uso das técnicas de argiloterapia, além de serem materiais que ao serem descartados, não agridem o meio ambiente, se tornando uma opção perfeita para obtenção de resultados de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Argiloterapia. Estética. Argila.

INTRODUÇÃO

A argiloterapia, provavelmente é a técnica natural mais antiga utilizada pelos homens. Sabe-se que a argila é um recurso poderoso devido à grande quantidade de minerais, como ferro, magnésio, potássio, silício, alumínio e outros. Sua composição físico-química indica sua utilização, que é desde absorver impurezas, revigorar tecidos e ativar a circulação, além de ação tensora, estimulante, suavizante e catalisadora. Há relatos que a argila possui ação positiva no alívio de dores, em processos anti-inflamatórios e auxilia na tonificação da pele. Há vários tipos de argila, sendo que cada uma tem sua indicação conforme as características físico-químicas presentes. Ela pode ser utilizada em diferentes temperaturas, técnicas de aplicações e tempo de permanência.

Apesar de possuir ações terapêuticas conhecidas há milênios, apenas nos últimos anos, o uso das técnicas da argiloterapia começaram a ser estudados com mais frequência.

A pesquisa proposta poderá propiciar à área da saúde e estética uma nova oportunidade de utilização da argila em seus tratamentos. Sendo assim, foi feito um estudo sobre características, tipos, composições e funções da argila para tratamento de diversas enfermidades.

HISTÓRIA DA ARGILA

[1] Bacharela em Química pela Universidade Federal de Viçosa; Especialista em Análises Clínicas e Microbiologia; Especialista em Cosmetologia Avançada pela Faculdade Venda Nova do Imigrante; E-mail: renatanardyr@gmail.com

Substância mais antiga usada pelo homem. O uso terapêutico da argila é reportado há mais ou menos 3000 anos (BOURGEIOIS, 2006). A técnica usada para aplicação da argila foi baseada na observação de animais, que ao estarem feridos procuravam certos tipos de ‘’lamas’’ para o seu tratamento, este foi o mecanismo responsável pela descoberta de diversas argilas medicinais (PERETTO, 2008).

Nas civilizações antigas, a argila era utilizada com princípio de cura, para tratar certas inflamações e até mesmo doenças internas. Graças ao seu alto poder de purificação e antissepsia, a argila era também utilizada no processo de mumificação de corpos por alguns embalsamadores (BOURGEIOIS, 2006). De acordo com Peretto (2008), Aristóteles retratou a argila como um método que preserva e trata a saúde e os anatomistas gregos, Galileno e Discorde, descrevem em seus escritos, o uso da argila no tratamento à saúde, confirmando sua eficácia.

Hipócrates, considerado pai da medicina, usava e ensinava aos seus discípulos o uso medicinal da argila. Mahatma Gandhi, instruía a cura através da argila e foi graças a ele, que outros naturólogos, como Luis Kuhne e Adolf Just, contribuíram com relatos importantes sobre tratamentos com uso da argila no século XX (PERETTO, 2008).

A medicina oriental também emprega o uso da argila para desintoxicar, transformar, equilibrar e melhorar a circulação do Qi (energia), utilizando-a sozinha ou até mesmo em conjunto com outros materiais. O Brasil é um país rico em quantidade de argila e algumas clínicas, spas profissionais e balneários atendem com objetivo terapêutico (DORNELLAS E MARTINS, 2009).

ARGILA

As argilas são materiais compostos por partículas cristalinas e finas granulações, são de origem terrosa e possuem em sua composição silicatos hidratados de alumínio, ferro, magnésio, entre outros.

Há relatos da história antiga que a argila era constantemente usada como método terapêutico. Cleópatra, grande deusa egípcia, fazia uso da argila como máscara de tratamento para conservar e destacar a pele do seu rosto. Além de realçar a beleza, na antiguidade foi indicada para fins medicinais (SANTOS, 1975; ZAQUE et al, 2007).

A argila possui formulações disponíveis bastantes variadas tanto em cores quanto na sua composição, e é essa variedade de componentes que determinam o seu mecanismo e o seu modo de uso. Através do material orgânico ou dos minerais presentes em sua composição que suas características são demonstradas (FONTES et al, 2001). De acordo com Langreo (1999), elas podem ser encontradas em diferentes profundidades e alturas e frequentemente são extraídas de jazidas, sendo, posteriormente, levadas a indústrias para serem processadas e manipuladas. Para analisar a escolha da argila, são feitos testes microbiológicos para investigar a presença de fungos, bactérias ou qualquer outro tipo de contaminação.

A argila possui camadas de alumina, hidroxila e silicatos, e por isso, de maneira química, é descrita como silicato de alumínio hidratado. Ela se dispõe em arranjos lamelares compostas por lâminas tetraédricas e octaédricas, conhecidos como filosilicatos, que são estruturas em chapas presentes em minerais argilosos. A estrutura octaédrica constitui-se de alumínio (Al^{+3}), envolto por hidroxilas (OH^{-}) na estrutura tetraédrica, a sílica é envolta por íons de oxigênio. É a combinação dessas camadas sobrepostas, constituídas de lâminas, que dá a estrutura aos minerais presentes na argila (MEDEIROS, 2007).

De acordo com Dornellas e Martins (2009), a argila e seus respectivos minerais presentes em sua composição físico-química, atuam nos tratamentos de saúde e estéticos da seguinte forma:

- **Alumínio**: age na tonicidade da pele, possui ação cicatrizante, podendo inibir até o crescimento de algumas bactérias como a Staphylococcus aureus;
- **Ferro**: essencial para a respiração celular e transferência de elétrons. Na pele, a ausência deste mineral é percebida por uma epiderme fina, seca e sem elasticidade;
- **Magnésio**: tem o poder de fixar os íons de potássio e do cálcio, com importante papel na formação e manutenção celular;
- **Manganês**: Possui ação específica na biossíntese do colágeno, tem ação anti-infecciosa, cicatrizante e antialérgica;
- **Silício**: Auxilia na reconstituição dos tecidos cutâneos e na defesa do tecido conjuntivo. Tem ação hemostática, purificante, adstringente e remineralizante. Possui efeito hidratante na pele e reduz as inflamações. Também, age na elasticidade da pele, atuando em flacidez cutânea;
- **Sódio e potássio**: Ajudam a preservar o equilíbrio iônico das células cutâneas.

TIPOS DE ARGILA

A argila é classificada de acordo com suas cores, as quais estão relacionadas com as características físico químicas presentes.



Figura 1. Diferentes tipos de argila. Fonte: Google Imagens

a) **Argila Branca:** conhecida como caulim, essa argila é naturalmente misturada com outros tipos de argila para atenuar os efeitos intensos das outras cores (SOUZA, 2005). Sua composição mineralógica é uma mistura de caolinita e

quartzo. Contém alto teor de alumínio, o que lhe adquire propriedade cicatrizante, sua utilização na estética proporciona ação antisséptica e auxilia na circulação sanguínea (SOUZA, 2005). Conforme Medeiros (2013), é evidenciado que a argila branca possui ótimos efeitos em suavizar rugas e linhas de expressão. No caso de manchas provocadas pela exposição solar também são utilizadas aplicações dessa argila. É muito utilizada como esfoliante facial (peeling), principalmente em peles sensíveis. Possui efeito depurativo, tensor, suave e revitalizante (MEDEIROS, 2013; PERETTO, 1999). Encontramos na argila branca os seguintes elementos: alumínio (Al); cálcio (Ca); boro (B); óxido de magnésio (MgO); óxido de cálcio (CaO); enxofre (S); ferro (Fe); silício (Si); potássio (K) e óxido de enxofre (SO_3) (MEDEIROS, 2013; SAMPAIO et al, 2008).

b) **Argila Verde:** é rica em silício e zinco, e é a mais usada nos dias atuais. Atua na regulação da atividade sebácea. É indicada para vários tratamentos, inclusive em casos crônicos (MEDEIROS, 2013). O que difere a sua cor é a presença de oxido de ferro, que atua junto a outros minerais, tais como o quartzo, ilita e caolinita (RIBEIRO, 2010). Na estética, atua como redutora de celulite e flacidez, e é muito indicada para auxiliar no controle da oleosidade, principalmente para estética facial (RIBEIRO, 2010). A argila verde melhora a circulação sanguínea, auxilia na eliminação de toxinas e descongestiona a circulação linfática, beneficiando o efeito de drenagem, isso se deve ao seu valor nutricional e podendo também ser utilizada como um suave esfoliante (MEDEIROS, 2013). Alguns dos elementos encontrados na argila verde são o zinco (Zn); cobre (Cu); lítio (Li); monóxido de potássio (K_2O); alumínio (Al); silício (Si); manganês (Mn); potássio (K) óxido de titânio (TiO_2) e sódio (Na) (SAMPAIO et al, 2008; MEDEIROS, 2013).

c) **Argila Vermelha**: é a argila com maior quantidade em óxido de ferro, o que resulta em propriedades tensoras. Na estética, possui efeito regulador do fluxo sanguíneo, muito usada em peles sensíveis (MEDEIROS, 2013). Alguns dos principais elementos que estão presentes na argila vermelha são: sódio (Na); óxido de magnésio (MgO); óxido de cobre (CuO); óxido de ferro (Fe_2O_3); ferro (Fe); óxido de potássio (K_2O); cobre (Cu) e cromo (Cr) (SAMPAIO et al, 2008; MEDEIROS, 2013).

d) **Argila Amarela**: graças a presença do alumínio e silício, possui o efeito adstringente e desintoxicante (MEDEIROS, 2007). Possui efeito tônico e revitalizante, tem a propriedade de nutrir, tonificar e oxigenar a pele. Sua composição química possui concentração de ferro, cobre e magnésio (MEDEIROS, 2013). A argila amarela auxilia na eliminação dos resíduos

impuros, retirando manchas e também auxilia na circulação, aliviando dores (VILA Y CAMPANYA, 2000; MEDEIROS, 2013). Sua utilização é não é indicada em casos de diarreia, febre e inflamações agudas, devido aos elementos presentes em sua composição: cobre (Cu), cálcio (Ca); manganês (Mn); magnésio (Mg); ferro (Fe) e potássio (K) (SAMPAIO et al, 2008; MEDEIROS 2013).

e) **Argila Roxa**: indicada para peles cansadas, sem viço e com linhas de expressão aumentadas, pode ser usada para o aumento da circulação e da hidratação. Reconstrói a vitalidade da pele, reduzindo edemas após limpeza facial (MEDEIROS, 2013). Possui efeito cicatrizante e analgésico, podendo ser usada para ação terapêutica, principalmente em queimaduras de primeiro grau (MEDEIROS, 2013).
f) **Argila Rosa**: é uma mistura da argila branca com a vermelha que promove elasticidade e tonificação, por isso é comumente a argila mais usada na estética. Melhora o sistema imunológico, realça o brilho e a maciez (MEDEIROS, 2013). Sua composição mineral é a mistura de quartzo, esmectita, ilita e caolinita (RIBEIRO, 2010). Ativa, também, a circulação com efeitos emolientes e antioxidantes (MEDEIROS, 2013; BONDS, 1999). Seus componentes presentes são: sódio (Na); óxido de ferro (Fe_2O_3); óxido de cobre (Cu_2O) (SAMPAIO et al, 2008; MEDEIROS, 2013).
g) **Argila Cinza**: bastante utilizada em terapia capilar pois controla a seborreia, auxilia na reconstrução da pele em casos de ferimentos, lesões por assaduras ou atritos (MEDEIROS, 2013).
h) **Argila Preta**: por ser obtida de altas profundidades, é raramente encontrada pura (RIBEIRO, 2010). Melhora a circulação sanguínea, aliviando a dormência das extremidades dos membros (MEDEIROS, 2007). Por sua grande quantidade de enxofre, matéria orgânica e a presença do titânio agrupado a elevados graus de alumínio e silício, é um material excelente para ser utilizado no rejuvenescimento da pele (DORNELLAS e MARTINS, 2009; CARVALHO, 2009). Seus efeitos são anti-inflamatórios, descongestionantes, cicatrizantes e antissépticos, além de ser indicada para amenização dos sintomas de rinite, artrite e sinusite (BONDS, 1999). Os principais componentes presentes em sua estrutura são: alumínio (Al); titânio (Ti); magnésio (Mg); zinco (Zn); ferro (Fe) e enxofre (S) (MEDEIROS, 2013; SAMPAIO et al, 2008).

ARGILA APLICADA PARA FINS TERAPÊUTICOS

Muita usada em tratamento medicinal, a argila age como desintoxicante, anti-inflamatório, refrescante, cicatrizante e calmante, agindo no fortalecimento dos órgãos internos. Elimina as células danificadas ou mortas e as impurezas, além de agir como bactericida

e antiparasitária. A argila não somente absorve os germes perigosos, mas também é capaz de regenerar os tecidos danificados através de seus elementos físico-químicos (CLAUDINO, 2010). Sua ação vital pode alcançar o sistema nervoso central, aliviando dores e tensões (PERRETO,2008). Segundo os autores Dornellas e Martins (2009), são os elementos minerais como ferro, silício e magnésio presentes na argila, que lhe concedem as propriedades terapêuticas essenciais relatadas a seguir:

> • Absorção: obtém elasticidade quando misturada com água, adquirindo uma pasta eficaz no tratamento de inflamações, edemas e inchaços;
> • Liberação: possui capacidade para liberar elementos ativos que fazem parte de sua constituição, produzindo efeito protetor e absorvedor de toxinas em vários órgãos, principalmente na pele e mucosas;
> • Adsorção: constitui um fenômeno no qual a argila deixa passar moléculas, elementos gasosos e partículas microscópicas do meio ambiente com o intuito de deslizar para o interior da pele; este processo é muito útil na fixação de toxinas presentes no organismo para uma posterior eliminação destas.
>
> É a união de determinados elementos minerais presentes na argila que lhe concede as propriedades de cura, provocando no organismo os seguintes efeitos:
> - Libera os interstícios celulares;
> - Elimina toxinas;
> - Promove a microcirculação cutânea;
> - Em algumas religiões, permite a troca de energia dos minerais com a parte afetada;
> - Promove uma microabrasão (peeling suave);
> - Regula a produção sebácea;
> - Regula a queratinização;
> - Regulariza a temperatura do órgão enfermo, uniformizando a irrigação sanguínea (DORNELLAS E MARTINS, 2009).

São muitas as utilidades terapêuticas das argilas, que são indicadas para o tratamento de várias doenças. Além da indicação terapêutica, a forma, o local da aplicação e a temperatura da argila a ser utilizada devem ser observados (VILA Y CAMPANYA, 2000). Segundo Claudino (2010), a argila pode ser utilizada para vários casos devido a sua diversidade de funções, como a adsorção de toxinas inflamatórias, ação bactericida, e antisséptica. Conforme Peretto (2008), a argila, para fins terapêuticos, deve ser aplicada em camadas mais grossas e, para fins estéticos, usar uma camada mais fina. A associação entre o uso de argilas com óleos essenciais apresenta ótimos resultados estéticos e terapêuticos.

USO DA ARGILA NA ESTÉTICA

Diante das suas ações terapêuticas, a argila passou a ser inserida em inúmeras marcas de cosméticos. Deste modo, quando é inserida ao ingrediente cosmético, em uma máscara facial, por exemplo, ela atua simultaneamente como uma máscara ou um esfoliante. Portanto, quanto mais simples o cosmético, melhor (PERETTO, 2008). As máscaras de argila são utilizadas para nutrir, limpar e revitalizar a pele

por meio de um processo de expulsão de toxinas, estimulando a circulação por causa de seu gênero queratolítico. Essas características dependem de qual é o tipo de argila utilizada para o tratamento (SOUZA, 2005). Em tratamentos estéticos, a argila funciona como tonificante corporal e auxilia na drenagem linfática quando aplicada em compressas em áreas de concentração de gânglios, promovendo a eliminação de toxinas (DORNELLAS e MARTINS, 2009). Se quisermos um ótimo desinfetante, podemos recorrer à terra, pois ela ajuda a combater processos infecciosos, ativando a circulação sanguínea e linfática, o fluxo nervoso e as atividades das glândulas sebáceas (PERETTO, 2008).

COSMÉTICOS DE ARGILA

Os cosméticos feitos com argila servem não somente como embelezamento para quem usa, mas também para prevenir e melhorar diversos problemas, tanto de pele como de cabelo (PERETTO, 2008). O cosmético ideal para ser utilizado é aquele que não contém muito produto químico, quanto mais natural, melhor, pois certos aditivos podem apresentar caráter agressivo. (PERETTO, 2008). Ao combinar a argila com outros elementos curativos naturais, o efeito é amplificado. A argila irá absorver as propriedades terapêuticas das ervas e óleos utilizados, repassando esses benefícios para a pele. Por exemplo, o mel pode ser utilizado em todas as receitas, pois tem o efeito de brilho e maciez, além de aumentar o tempo de secagem, prolongando a aplicação da argila (PERRETO, 2008).

ADITIVOS QUE AUXILIAM NA QUALIDADE DOS COSMÉTICOS DE ARGILA

São inúmeros os benefícios da junção de outros elementos naturais e a argila em um cosmético natural. Abaixo há alguns dos diversos exemplos de aditivos que podem auxiliar na melhoria dos resultados:

- Abacate: auxilia na queda e no crescimento do cabelo, e além disso, conserva a beleza da pele.
- Camomila: indicada para cabelos claros, deixando-os sedosos e com mais brilho.
- Mel: para cabelos secos, queimados pelo sol, mar ou piscina; proporciona brilho e maciez; também indicado para eczemas.
- Óleo de amêndoa: hidrata, suaviza, restaura a oleosidade da pele.
- Pólen de flores: indicado após cirurgias, para reconstituição da pele, e nos casos de exposição excessiva ao sol (PERRETO, 2008).

ARGILOTERAPIA

Argiloterapia é o uso da terra no combate das doenças e é considerada uma técnica milenar. Sua utilização existe desde os primórdios da humanidade. As atualizações são apenas nos métodos de aplicação, que estão cada vez mais aprimorados (PERRETO, 2008). Há relatos de que o médico grego Discórides utilizava a argila para tratamento e cicatrização, pois a cura era mais rápida.

Mais tarde, renomados naturalistas contribuíram na propagação desses conhecimentos, o Padre Kneipp e seu discípulo Adolf Just, que é

considerado o pai da geoterapia, difundiu resultados de muitos anos dedicados ao estudo da terra. Ele observou que seus pacientes tinham sua recuperação acelerada ao deitar na terra nua ou em grama (PERETTO, 2008).

A "lama" é um poderoso agente de desintoxicação e regeneração física, além de eliminar o que é nocivo ao organismo, ela vitaliza os tecidos enfermos, descongestiona e normaliza a circulação do sangue. Além disso, é acessível a todas as classes sociais por ser um remédio barato e de fácil localização (PERETTO, 2008).

De acordo Spethmam (2004), a compressa é o método mais utilizado na geoterapia, podendo ser aplicada pura ou até mesmo combinada com outros elementos. "Essas compressas de argila podem ser aplicadas em qualquer região do corpo, diretamente no local enfermo" (SPETHMAM, 2004).

CUIDADOS NA APLICAÇÃO DA ARGILOTERAPIA

Segundo a autora Medeiros (2013), a argiloterapia exige cuidados nos procedimentos envolvendo a sua aplicação. Em caso de ferimentos abertos, não deve haver aplicação diretamente em cima da lesão, em especial lesão profunda. Para auxiliar na cicatrização a recomendação é utilizar a argila ao redor da lesão. Em caso de diabetes, a argila deve ser aplicada com cuidado, uma vez que existe a possibilidade de lesão da pele. Nos casos de crianças, gestantes e idosos, deve ser mantido o cuidado em relação à pele dos diabéticos, uma vez que são peles delicadas e que necessitam de atenção (MEDEIROS, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de toda literatura consultada, foi possível observar que a argila possui grande importância e potencial para os usos terapêuticos e tratamentos estéticos. Há diversos tipos de argila, cada qual com seu benefício e características próprias.

Atualmente, a argila é utilizada em vários produtos na indústria cosmética, por ser um mineral abundante no Brasil, economicamente viável e ao ser descartado não agredir o meio ambiente.

Dentre várias aplicações, damos destaque ao uso na cosmetologia, pois está relacionado às afecções que acometem a pele, como acne, envelhecimento, discromias, entre outras. Todas essas situações, causam certo desconforto por estarem visíveis, principalmente se for na face, causando baixa autoestima.

Cada argila contém características relacionadas aos usos terapêuticos, as cores são aspectos contribuintes para esta diferenciação. A utilização correta irá depender da avaliação de um bom profissional, que indicará a cor adequada a ser utilizada, bem como a necessidade do seu uso e o local.

A tabela abaixo, relata de acordo com diversos autores, o uso e benefícios de diversos tipos de argila.

Tabela 1 Revisão da literatura sobre os tipos de argila.

AUTOR	TÍTULO DO TRABALHO	ANO	RESULTADOS	ARGILA

HENKE, S.L.	Estrutura Cristalina	2012	Estimula músculos e articulações que estão enrijecidas	VERMELHA
GOPINATH, T.R.; CRUZ, A.V.C.; FREIRE, J.A.	Estudo comparativo da composição química e as variedades de argilas bentoníticas	2003	Ajuda na circulação do sangue.	
SAMPAIO, J.A.; ANDRADE, M.C.; DUTRA, A.J.B.; PENNA, M.T.M.	Manganês: comunicação técnica elaborada para o livro rochas minerais industriais: usos e especificações.	2008	Melhora no descongestionamento das mucosas.	
STARIOLO, D.	Introdução a Física da Matéria Condensada	2009	Contraindicado para pessoas com febre, hipertensão, inflamação ou muito estresse. Esta cor aumenta a circulação sanguínea.	
PERIODICO DE DOCUMENTAÇÃO PROFISSICONAL EM ESTÉTICA	Vida Estética	2004	Combate o envelhecimento precoce. Tem efeito remineralizante e iluminador. Nutre, tonifica e hidrata. Eliminação de resíduos. Tonifica a pele depois de exposição solar. Elimina manchas causadas pela radiação solar.	AMARELA
PERETTO, I.C.	Argila: um santo remédio e outros remédios compatíveis	1999	Auxilia na circulação sanguínea, promovendo a remoção de toxinas.	

MEDEIROS, G.M. DAS.	Geoterapia: teorias e mecanismos de ação um manual teórico-prático	2007	Descongestionante e bastante usado em massagens para que o sistema linfático esteja em equilíbrio.	VERDE
CLAUDINO, H.	Argila medicinal: propriedades benefícios e uso na saúde estética.	2010	Muito utilizada como esfoliante	
EVELINE, C.	Máscaras: as estrelas da cosmetologia.	2010	Utilizada em vários tratamentos principalmente nos casos crônicos.	
VILA Y COMPANYA, M.	Manual de geoterapia aplicada	2000	Ação emoliente	
HAUK, L.B.P.	Curso de geoterapia e estética e Atualização em geoterapia: aperfeiçoamento dos conhecimentos em geoterapia direcionados a prática clínica em estética facial utilizando a matéria argila como potencializador da beleza e saúde.	2011	Recomenda-se o uso para peles com acnes, pois sua composição regula a oleosidade da pele.	
HAUK, L.B.P.	Curso de geoterapia e estética e Atualização em geoterapia: aperfeiçoamento dos conhecimentos em geoterapia direcionados a prática clínica em estética		Promove efeitos eficazes na suavização das linhas de expressão e manchas,	BRANCA

	facial utilizando a matéria argila como potencializador da beleza e saúde.	2011	principalmente naquelas causadas pela exposição solar.	
BONDS, L.V.	A cura pelas cores	1999	Serve como porta de entrada para outros tratamentos	ROSA
MEDEIROS, G.M.S.	O poder da argila medicinal: princípios teóricos procedimentos terapêuticas e relatos de experiência clínicas.	2013	Propriedade de tonificar a pele; realçar brilho e maciez, promovendo elasticidade. Antioxidante, relaxante.	
BONDS, L.V	A cura pelas cores	1999	Ativa circulação sanguínea; possui efeito adstringente; anti-inflamatório; cicatrizante e antisséptico.	PRETA
MEDEIROS, G.M.S.	O poder da argila medicinal: princípios teóricos procedimentos terapêuticas e relatos de experiência clínicas.	2013	Nutre a pele, suaviza e revitaliza.	ROXA
CLAUDINO, H.	Argila medicinal: propriedades benefícios e uso na estética.	2010	Sendo a mais indicada para terapia capilar; Reconstrução da pele no caso de lesão.	CINZA

Fonte: FAZ CIÊNCIA. Vol.22, Nº36.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, foi possível comprovar os diversos benefícios que o uso da argila pode nos oferecer, tanto para fins terapêuticos como estéticos, graças a sua vasta composição físico-química.

Seu uso é relatado desde o início da humanidade, sendo natural, economicamente viável, e além de tudo, sustentável, uma vez que ao ser descartado, não causa nenhum dano ao meio ambiente.
Fica a esperança de que mais pessoas possam se beneficiar com o maravilhoso mundo das argilas, que mais pessoas conheçam os benefícios e passem a ter a opção de poder usufruir de meios alternativos sem a ingestão de remédios que podem vir a fazer algum mal a curto ou longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDS, Lilian V. **A CURA PELA COR**. Lisboa: Ed. Estampa, 1999.

BOURGEOIS, Pierre. EL **EXTRAORDINÁRIO PODER CURATIVO DE LA ARGILA**. Barcelona: De Vicchi, 2006.

CLAUDINO, Hilton. **ARGILA MEDICINAL**. São Paulo: Ed. Elevação, 2010.

CORVO, Joseph; BONDS, Lilian V. **O PODER DE CURA DA CROMOZONOTERAPIA: E COMO ELA PODE AJUDAR VOCÊ**. São Paulo: Copyright, 1997.

DEBACHER, Nito A.; MELLO, C. A. Dian de. **EFEITO NAS PROPRIEDADES REOLÓGICAS DA ARGILA COM ADIÇÃO DE UM POLÍMERO**. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Química, 2004.

DORNELLAS, Eliane; MARTINS, Sheila. **O PODER DAS ARGILAS: GEOTERAPIA**. São Paulo, 2009. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/260300786/O-Poder-Das-Argilas. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

EVELINE, Claudia. **MÁSCARAS: AS ESTRELAS DA COSMETOLOGIA**. São Paulo: Bel. Col., 2010.

FONTES, Mauricio P. F.; CAMARGO, Otávio A. de; SPOSITO, Garrison. **ELETROQUÍMICA DAS PARTÍCULAS COLOIDAIS E SUA RELAÇÃO COM A MINERALOGIA DE SOLOS ALTAMENTE INTEMPERIZADOS.** Viçosa: UFV, 2001.

GOPINATH, Thiago R.; CRUZ, Almeida V.C.; FREIRE, João, A. **ESTUDO COMPARATIVO DA COMPOSIÇÃO QUIMICA E AS VARIEDADES DE ARGILAS DA REGIÃO DA BOA VISTA**. Paraíba, Revista de Geologia, vol. 16, n. 1, pag. 35-48, 2003.

HAUCK, Lívia. B. P. **CURSO DE GEOTERAPIA ESTÉTICA E ATUALIZAÇÃO EM GEOTERAPIA: APERFEIÇOAMENTO DOS**

CONHECIMENTOS EM GEOTERAPIA DIRECIONADOS A PRÁTICA CLÍNICA EM ESTÉTICA FACIAL UTILIZANDO A METÉRIA ARGILA COMO POTENCIALIZADOR DA BELEZA E DA SAÚDE. Florianópolis-SC. Lótus, 2011.

HENKE, Sérgio L. **ESTRUTURA CRISTALINA**. Nota de aula. UFPR. Curitiba, 2012. Disponível em: ftp://ftp.demec.ufpr.br/disciplinas/EngMec_NOTURNO/tm336/notas/aula%203%20Estrutur a%20cristalina%20 [Modo%20de%20Compatibilidade] %20-%20C%F3pia.pdf. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

MEDEIROS, Graciela M. da S. de. **GEOTERAPIA: TEORIA E MECANISMO DE AÇÃO: UM MANUAL PRÁTICO TEORICO**. Tubarão: Ed. UNISUL, 2007.

MEDEIROS, Graciela M. da S. de. **O PODER DA ARGILA MEDICINAL**. Blumenau: Ed. Nova Letra, 2013.

PERETTO, Iracela C. **ARGILA: UM SANTO REMÉDIO E OUTROS REMÉDIOS COMPATÍVEIS**. São Paulo: Paulinas, 2008.

PERIÓDICO DE DOCUMENTAÇÃO PROFISSIONAL EM ESTÉTICA, **VIDA E ESTÉTICA**. Rio de Janeiro-RJ: Editores: Luiz Fernando Lomba e Luiz Marcos Lomba, 2004.

RIBEIRO, Claúdio de J. **COSMETOLOGIA APLICADA A DERMOESTÉTICA**. 2ed. São Paulo: Phammabooks, 2010.

SANTOS, Ines. **ARGILAS: DIVERSAS FORMAS DE USAR**. São Paulo, 2015. Disponível em: http://diariodeinessantos.blogspot.com.br/2015/07/argila-verde.html. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

SOUZA,Valeria M. **ATIVOS DERMÁTOLOGICOS**, Vol2.1. ED. SÃO PAULO: Phambooks, 2005.

SPETHMANN, Carlos N. **MEDICINA ALTERNATIVA DE A A Z**. 7. ed. Uberlândia - Mg: Natureza, 2004.

TRUPPEL, A.; MARAFON, Hellen.; VALENTE, Camila. **ARGILOTERAPIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE OS CONSTITUINTES E UTILIZAÇÕES DOS DIFERENTES TIPOS DE ARGILA**. FAZ CIÊNCIA, VOL. 22, N. 36, JUL/DEZ DE 2020 – P. 143-163.

COACHING EM TEMPOS DE CRISE

David, Carlos Roberto Braçoforte[2]
Ribeiro, Renata Nardy[3]

RESUMO:
Este artigo, tem como objetivo, apresentar o Coaching Executivo, como uma importante alternativa de opção técnica para o disciplinamento das ações de diretores e gerentes, no desafio de fazer permanecer suas empresas e seus negócios, no atual momento de pandemia. O tema abordado é o coaching em tempos de crise, onde o objetivo desse estudo é mostrar a importância do uso de ferramentas de coaching, para contribuir com outras ações, que podem evitar o encerramento de negócios e empresas, como consequência da crise mundial instalada por conta da COVID-19, assim como para a abertura de novas empresas mesmo durante ou após a pandemia. A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, chegando-se a conclusão que o conhecimento do Coaching Executivo, utilizando as ferramentas do coaching de forma específica, aplicadas no comportamento dos líderes, dos gestores e na gestão dos executivos, coopera de forma positiva na liderança de equipes, na gestão das empresas e no empreendedorismo em tempos de crise, quanto na superação das dificuldades econômicas e na rápida recuperação das atividades econômicas geradas nas empresas de produtos e serviços.

PALAVRAS CHAVE: Coaching em Tempo de Crise, Coaching Executivo, Ferramentas do Coaching.

INTRODUÇÃO

Como empresário do setor de cursos e treinamentos, senti o impacto da quarentena em minha vida e nos meus negócios, o que me levou a pensar de como seria possível sobreviver financeiramente em tais condições, salvar minha empresa, manter renda suficiente para atender todas as necessidades familiares e pagar as despesas comerciais. Nas primeiras semanas da quarentena, o isolamento social colocou em "pânico" empregadores e empregados, causando um grande mal-estar social. Com o agravamento mundial da situação, começou o fechamento das empresas e as demissões em massa. Me preocupou a desmotivação das pessoas que conheço, tanto os que

[2] Tecnólogo em Gestão de Segurança Pública e Gestão de Recursos Humanos pela Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduado em Especialização em Docência no Ensino Técnico pelo Senac – Universidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, E-mail: carlos@bracoforte.com.br

[3] Bacharela em Química pela Universidade Federal de Viçosa; Especialista em Análises Clínicas pela Faculdade Venda Nova do Imigrante; E-mail: professor03@faculdadesouza.com.br

eram patrões, quanto os que eram empregados. De um lado existiam empresários querendo manter seus funcionários, e do outro, funcionários sem esperança de serem mantidos nos seus empregos. Me preocupei com a minha equipe e foi com as técnicas de coaching, que eu consegui manter o foco dos meus colaboradores e clientes mais importantes. Não seriam suficientes as ações administrativas para superar a crise, sem o acompanhamento dos processos de coaching. Foi desse período de enfrentamentos e desafios, que entendi a importância de escrever um artigo sobre o tema coaching em tempos de crise.

Nesse estudo, foram pesquisadas literaturas específicas, teorias, conceitos e técnicas do coaching. Pretende-se através do resultado do estudo, mostrar a importância do coaching em tempos de crise, por que a consultoria em coaching merece credibilidade e como o coaching pode facilitar o comportamento de gerentes na crise e depois da crise, de forma mais assertiva, a partir da aplicação do conhecimento e das ferramentas de coaching.

O isolamento social, como uma estratégia de contenção da proliferação do Corona Vírus, tem o objetivo de reduzir a contaminação por exposição, diminuindo assim o número de mortes, de doentes e de hospitalizados. Em especial, essa ação estratégica orientada pelo governo federal, governo estadual e governo municipal, levou a quase total paralização da economia no Brasil, gerando consequências previstas e imprevistas na economia nacional. A necessidade de seguir diretrizes da Organização Mundial da Saúde – OMS, atingiu de forma considerável a maneira de se empreender no pais, levando ao fechamento definitivo de milhares de empresas com a perda de milhares de postos de trabalho, impactando todas as camadas sociais. No atual momento, ainda não se tem o fechamento de todas as pesquisas, que mostram o número real do prejuízo nacional, mas apurou-se que até outubro de 2020, 716.000 empresas fecharam as portas de acordo com a Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e publicado em 16/07/2020. Esse número corresponde a 1,300 milhões de empresas que estavam com as atividades suspensas ou encerradas na primeira quinzena de julho, sendo que 522.000 empresas, afirmaram ao IBGE, que o fechamento foi causado pela pandemia. O impacto afetou todo os setores, sendo que o comércio (39,4%) e o serviços (37%), foram os mais atingidos. Depois da crise da Covid-19, 98,88% dos negócios que encerraram definitivamente suas atividades, foram as empresas de pequeno porte. O mercado de trabalho, como era de se esperar, também foi atingido. Até a última semana de julho de 2020, 12,4 milhões de pessoas foram afetadas pela taxa de desocupação, que chegou a 13,1%, segundo dados divulgados pela PENAD Covid-19 (Versão de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Realizada com o apoio do Ministério da Saúde).

Com a crise sanitária, o retorno ao comércio e aos serviços, gerou o aparecimento de novos produtos e serviços, além de novos empreendedores oriundos do desemprego formal e mudança de atitudes e ações por parte dos empresários que inovaram, se adaptaram ou se transformaram na forma de produzir e vender produtos e serviços. Novas oportunidades e novas formas de negócios surgiram em meio a crise e boa parte dos empreendedores que se recuperam no momento, pretendem se manter com o novo formato de negócio, mesmo após a crise. Outros pretendem retomar a venda de produtos e serviços no formato que tinham antes, somando com os novos produtos e serviços que administram no momento, gerando um maior volume de vendas, a recuperação da receita e o aumento de seus lucros. E pode-se prever por evidências, que um número expressivo de empreendedores, tanto experientes como novatos, vão retornar após a crise ou no momento atual da crise, com novos empreendimentos, graças as novas ideias e novas oportunidades, considerando a natureza empreendedora que é notória no povo brasileiro.

No entanto, apesar de elementos motivadores no atual cenário para o mercado e da visão promissora que se tem do novo normal para o ano de 2021, sabe-se por pesquisas, que muitos empresários não conseguirão se manter, se estruturar ou crescer em meio a crise ou fora dela, sem uma gestão especializada para administrar, gerenciar ou empreender. Os conhecimentos de Empreendedorismo, Marketing e Finanças, se tornam ainda mais necessários para contribuir de forma positiva com a nova trajetória do empreendedorismo no Brasil, podendo serem úteis como estímulo, suporte, motivação e disciplinamento dos empreendedores em qualquer ramo de negócio, independendo do porte. O conhecimento técnico, para o empreendedor, independe do tamanho do empreendimento que esteja em recuperação ou lançamento. Conhecimentos são necessários para a gestão dos empreendedores, que aceitam o desafio de superar e vencer na crise.

No entanto, são muitas as ações no empreendedorismo que depende de pessoas, não importa se são os administradores, ou gerentes ou colaboradores, todos serão de alguma forma atingidos pelo desanimo, pelas crenças negativas, pelo pessimismo, pela falta de confiança, pela má gestão do tempo, por causa de procrastinação e pela dificuldade de manter o foco. Não será suficiente investir em tecnologia, marketing, gestão de negócios, recursos humanos e gestão financeira, se não ocorrer investimento no acompanhamento das pessoas envolvidas, especificamente para a manutenção dos comportamentos, para que se mantenha o foco e o desempenho.

O QUÊ É COACHING

A história do coaching começou na década de 1970 com o ex-tenista profissional da Califórnia, Timothy Gallwey, que trabalhava a motivação interna de seus aluno. Atualmente existem 71 mil coachs no

mundo, de acordo com o ICF – International Coach Federation, que possui 18 mil membros em 100 países. Em 1950, o termo coach começou a aparecer na literatura empregada para negócios, como uma competência de desenvolvimento de pessoas. No início dos anos 1980, as empresas perceberam a importância que o coaching tinha, bem como a eficiência de seus resultados e o coaching começou a ser difundido no Brasil na década de 1990, 2000 e ganhando novos interessados fora dos ambientes corporativos, também.

Fora das empresas surgiram as novas formas de coaching, principalmente de 1995 a 2020, como o Coaching de Vida, Coaching de Relacionamento, Coaching de Carreira, Coaching de Negócios, Coaching Financeiro, Coaching de Vendas, Coaching de Emagrecimento, Coaching de Casamento, Coaching de Música, Coaching de Esportes, Coaching de Casal, Coaching de Educação, Coaching de Liderança, Coaching de Negócios, Coaching Empresarial e Coaching de Empreendimento.

A literatura sobre coaching, varia entre dezenas de títulos nas prateleiras das livrarias, sendo encontrados nas seções de autoajuda, liderança, vendas e gestão. A maioria desses livros tem como objetivo apresentar técnicas e métodos, que podem ser aplicados por iniciantes em formato de minicursos. Existe uma dificuldade em se encontrar livros que teorizam o coaching de forma acadêmica para uso de estudantes do ensino superior. Os lançamentos anuais desses livros, acabam por direcionar seus leitores para consultorias e palestras com seus autores, como se a produção dessa literatura fizesse parte de um plano de marketing para prospecção de mais clientes para cursos, treinamentos e consultorias. São livros que variam entre 80 e 220 páginas, onde cada autor parece apresentar seus novos métodos, criados por eles, com nomes e siglas que impactam o leitor, promovendo suas marcas pessoais e/ou empresariais.

A escolha de um coach não é tarefa fácil, existindo os que tem a formação em coaching e os que se autodenominam coach. Entre os que tem formação em coaching, existem os que não tem nenhuma experiência de base, que justifique ser coach. Entre os coachs extremamente experientes, por exemplo, se encontram os coachs de casamento que nunca foram casados e os coachs de empresa que nunca trabalharam na gestão de um negócio próprio ou de terceiros. Existem os coachs de relacionamento que não possuem formação em psicologia e os coachs de negócio que não possuem formação ou experiência em administração. Embora o coach obrigatoriamente não tenha que ter formação técnica ou experiência, a escolha errada de um coach pode levar a grandes prejuízos tanto materiais como emocionais.

PRINCIPIOS DO COACHING

Para saber o que é coaching, torna-se necessário conhecer os seus princípios, assim fica mais fácil saber o quê é coaching e o que não é coaching.

> O coaching pode ser entendido como um processo de construção criativa e introspectiva que utiliza várias técnicas e

> recursos das ciências do comportamento a fim de maximizar o potencial pessoal e profissional no sujeito. (Bertola, 2020, p. 2)

De acordo com a citação acima, o coach não inventa técnicas para os seus processos, mas usa técnicas existente nas ciências do comportamento que englobam disciplinas relacionadas aos processos cognitivos da pessoa e suas interações com outras pessoas, suas ações e atitudes. Entre as ciências comportamentais temos a psicologia, a psicobiologia, antropologia e ciência cognitiva.

O coaching, não tem respostas prontas, mas perguntas que serão formuladas para resgatar os valores, a missão e a visão do indivíduo. As pessoas e seus conhecimentos são fundamentais para a empresa. Se esta não contar com profissionais motivados, treinados e qualificados, perde seu propósito e sua eficiência. (Roseni, 2003) apud Miranda (2019).

A IMPORTÂNCIA DO COACHING

O coaching tem como base as ciências, que comtemplam os conhecimentos e as práticas da psicologia, da sociologia e da administração, aplicando ferramentas da administração, da gestão de recursos humanos e do planejamento estratégico, não sendo os processos de coaching, um conjunto de decisões baseadas no "achismo" de um profissional muito experiente, mas em conhecimentos e ferramentas cientificamente comprovadas, com foco em uma pessoa que tem um plano ou em um grupo de pessoas com objetivos, que trabalham em equipe, cujo comportamento precisa ser tecnicamente orientado para agir de forma sistemática e persistente, que contemplam metas para um objetivo bem definido, dentro de um tempo previamente pensado, que são agendadas em uma linha da vida, que decorrem dentro de um prazo, podendo ser o objetivo alcançado em curto, médio ou longo prazo.

O empreendedor que está tentando superar uma crise, precisará de trabalhadores mais dinâmicos e ativos. O que por sua vez, nos faz entender que uma organização "será tão grande quanto for a qualidade das pessoas que nela trabalham". (MOGGI, 2006, P. 1). O coaching, trabalha com as pessoas a partir dos valores, da missão e da visão do indivíduo em relação aos seus objetivos, otimizando o seu potencial para o alcance de cada meta, estimulando comportamentos dinâmicos e ativos. Considerando que em tempos de crise, as pessoas perdem a confiança devido a incerteza das possibilidades de recuperação, tendo como pensamento que quanto tudo fica imprevisto, afeta as emoções de forma negativa, desestabilizando o indivíduo, desequilibrando suas atitudes diante dos novos desafios, fazendo com que se apresente incompetente para o trabalho. Com baixa competência para executar suas atividades, o indivíduo perde a capacidade de realização, ou ainda a capacidade de entrega de um determinado resultado. Essa entrega é operacionalizada a partir do estoque de saberes tanto da organização quanto dos indivíduos, que por meio do uso de seus conhecimentos,

habilidades e atitudes conseguem tomar percursos que os levam aos objetivos (VIZIOLI, 2010). No coaching, o foco não está nos objetivos, mas em como a pessoa chegará aos objetivos. Os que estão à frente de negócios, que são ameaçados pela possível quebra da economia, ficam sem argumentos para motivar suas equipes. Uma vez que o trabalho, a produção e a venda, depende não só de máquinas, mas principalmente de pessoas com atitudes. Colaboradores ou líderes desmotivados não agem com total desempenho, mas agem de forma estressada e confusa. Na crise, os compradores somem das lojas, os trabalhadores são demitidos, a produção para e a receita fica cada vez menor, até que o poder de compra realmente chega a total extinção, gerando pensamentos desconfortáveis, que não produzem argumentos incentivadores. A pressão é tão externa quanto interna, afetando a subjetividade de todos os envolvidos e o clima organizacional, gerando comportamentos de desanimo, de derrota ou de aceitação de esperado fracasso.

Segundo a cultura japonesa, que não tem uma palavra para crise, o japonês vê a crise como motivo para escolher entre a ameaça ou a oportunidade, preferindo sempre escolher pela oportunidade. A crise representa perigo ou transformação. Na atual crise, quem optou pela escolha da oportunidade, criou novos serviços, novos produtos e encontrou novos "nichos" de mercado. Quando se percebe que o maior patrimônio de um negócio em crise, são as pessoas, a equipe se torna mais importante para recomeçar ou continuar a empresa, devendo ser esse capital humano, o bem mais valorizados por um gestor, antes, durante e após a recuperação da empresa. Como o conhecimento dessas pessoas, é fundamental para a sobrevivência da empresa no mercado, no momento em que se instaura a crise, a consultoria em coaching, seja ela interna ou externa, pode ser necessária para ajudar a resgatar os valores, a missão e a visão do indivíduo.

Entende-se que sempre será mais fácil para as empresas que já utilizam da consultoria de um coach, por isso, nas empresas que já tem a experiência do coaching, cancelar o contrato dos serviços de coaching, não é prioridade na redução de custos, por que o resultado do coaching, justifica o investimento em coaching, colocando o coaching na lista de custos que deverão permanecer durante a crise. O coaching se torna um investimento viável para aplicação das reservas técnicas da empresa, por apresentar seus benefícios em forma de lucro, derivado das ações das pessoas que agem com foco. Ações assertivas geram lucro, enquanto as pessoas em estado de inércia ou com baixo desempenho, geram prejuízo ou geram consumo de recursos, que normalmente faz parte do capital financeiro que será investido em novas oportunidades ou nas ações de recuperação, levando o empreendimento ao fechamento definitivo, enquanto todos esperam uma mudança por conta de ações de governos e de restauração natural da normalidade. Esperar, sem agir, pode não ser uma postura inteligente. Em meio a crise, se refaz o plano de ação

para enfrentamento, relançamento, contenção, ideia ou oportunidade. E seja qual for a escolha do objetivo para o plano de ação, pode não ser possível motivar pessoas, desprezando a importância do profissional de coaching como ajuda no processo.

APLICAÇÃO DO COACHING

Entre os vários tipos de coaching existentes, o coaching executivo é o que se destina a pessoas que atuam nas corporações, utilizando ferramentas que se aplicam nos líderes, gerentes e diretores, facilitando a tomada de decisões e orientando ações. Não se trada de um sistema gerencial que envolve as pessoas, mas uma forma de ajudar a manter o foco em suas ações, para atingir objetivos na gestão de pessoas ou dos recursos da empresa. Quando essas ações são otimizadas, o potencial das pessoas, derivados de suas competências superam as expectativas dos executivos, pois conseguem identificar previamente quais serão as atitudes, que colaboram para o alcance de suas metas, podendo reduzir ou até mesmo eliminar transtornos.

Durante uma crise, o processo de coaching ajuda a enxergar os elementos que precisam ser tratados dentro de um plano de ações, reduzindo ou eliminando impactos causados ao sistema empresarial, por conta de atitudes erradas e comportamentos inadequados de seus executivos. Geralmente os envolvidos não conseguem visualizar de outros pontos de vista, o que o coaching consegue lhes mostrar a partir de um único ângulo de visão. O coach, age nos líderes, como um técnico de futebol, age em seus jogadores, mostrando como podem usar os talentos individuais para o trabalho em equipe. No coaching executivo, o processo inicial tem início em procurar saber o que os executivos querem fazer, que objetivos pretendem atingir e como planejou-se alcançar esses objetivos a curto, médio ou longo prazo. Em uma crise os conceitos de curto, médio e longo, podem mudar radicalmente e o que era curto passa a ser muito curto, o médio precisa ser tratado com brevidade e o longo, não pode ser muito longo. No caso da crise da COVID-19, que no momento atual já ultrapassa seis meses, o curto prazo pode ocorre na primeira semana, o médio em quinze dias e o longo em trinta dias, por que as receitas das empresas são imediatamente atingidas e o capital de giro normalmente se esgota em noventa dias.

Com a chegada da crise, toda decisão deve ser tomada rapidamente e as ações de recuperação, devem ser implementadas imediatamente, já que a crise parece não se agravar considerando tempo em dias, mas em horas, principalmente nos casos de pandemias, onde a contaminação é rápida, demora a ser percebida, atinge todos os setores da economia e todas as camadas sociais, sem qualquer distinção ou exceção. Num ambiente de mercado sobrecarregado de incertezas, o clima institucional costuma ser consideravelmente afetado, gerando um desconforto emocional para todos os envolvidos, podendo gerar crises internas, além das crises pessoais instaladas por conta da instabilidade que atinge também as finanças pessoais, a vida

pessoal e familiar, forçando as pessoas a empreender em tempos de crise. O coaching, deverá estar presente em todas as fases de recuperação das empresas, oferecendo ferramentas para tomadas de decisões, para seleção de escolhas, observação de consequências, tratamento de comportamentos, mudança de atitudes, motivação individual e em grupo, liderança, autoliderança, etc.

O desconhecimento dos benefícios do coaching, implica na falta de mais um recurso de consultoria importante para o sucesso dos executivos. O coaching, pode ser aplicado em qualquer tipo de empresa, em qualquer tipo de negócio e em qualquer sistema de gestão, tendo resultados imediatamente percebidos por todas as pessoas envolvidas, independente se a empresa é de pequeno, médio ou grande porte, se está em lançamento, relançamento ou recuperação. Estima-se que no Brasil, 80% das empresas de grande porte, já utilizavam os serviços de um coaching executivo, desde antes da pandemia da COVD-19, ter sido divulgada, não por que se previa uma possibilidade de crise sanitária, mas por que nos últimos anos o coaching, vem sendo um investimento com prioridade nas corporações. Com a crise instalada por causa da pandemia, o coach empresarial ou executivo, não fica em desvantagem ou desprovido de ferramentas para sua atuação, pelo fato do uso do coaching ser um conjunto de ferramentas com aplicação nos processos associados a motivação, comportamento, atitude e foco. O coaching trabalha com as pessoas que tem objetivos, desejam trabalhar com metas e querem ver resultado. O coaching, está a disposição de todos os empreendedores e não importa o tamanho ou o tipo de negócio.

As ferramentas do coaching, são confiáveis, porem o treinamento e a experiencia do coach, são relevantes para o fortalecimento do relacionamento entre coach e coachee. No entanto, o profissional de coaching não precisa ser um especialista nos processos da empresa e ter conhecimento como os seus administradores, muito menos ter obrigatoriamente competências iguais aos de seus clientes, por que a consultoria em coaching, não é a de processos de gestão, produtos, serviços, negócios, etc. O coaching, não é uma consultoria empresarial conforme seria a consultoria de uma empresa de administração, de contabilidade ou de recursos humanos, por isso não interfere na gestão do negócio, mas nas atitudes e motivação dos gestores e seus colaboradores, com foco em resultados. O trabalho de coaching é visto como uma consultoria para empresas, como suporte para os executivos em suas ações de gestão. Como o coaching, não é gestão empresarial, o coaching também não é gestão de recursos humanos, não é gestão financeira e não é gestão de marketing ou qualquer outro tipo de gestão. O coaching, é suporte para as pessoas que atuam na gestão empresarial, na gestão dos recursos humanos, na gestão financeira, na gestão de marketing, nas lideranças e outras formas de gestão, que fazem parte do universo empresarial, onde a pessoa é para o coaching, o seu objeto de ação na consultoria em coaching. A eficácia

do coaching, aparece imediatamente durante os processos de coaching. O gestor, líder ou colaborador começa a entender seu comportamento, por que o coaching lhe dá feedbacks pontuais. Knapik (2011) explica que quando um colaborador recebe um feedback sobre o seu desempenho, ele consegue saber se está no caminho certo, o que permite o alinhamento de expectativas de atuação, identifica necessidades de mudança no comportamento e aquisição de habilidades. Portanto, considera-se que o coaching provoca mudanças de atitudes, a partir da compreensão que a pessoa tem do comportamento que a impede de agir com mais eficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que não só para o histórico momento atual, deve-se pensar em empreendedorismo, mas pensar também na importância do coaching como uma ajuda importante, cooperando com a manutenção do desempenho das pessoas, que atuam nos cargos de gestão e de liderança. A utilidade do coaching nas empresas, se comprova pela experiência dos executivos em momentos que operaram com e sem coaching, onde foi percebida a facilitação que o coaching gerou no comportamento da liderança, para manter o foco e atingir objetivos. O coaching se mostra eficaz como suporte na tomada de decisões e na atitude dos executivos, modificando o clima institucional e influenciando resultados. Em tempos de crise, fica mais difícil encontrar estabilidade nas pessoas, deixando para o coaching, através de seus processos a manutenção das ações que levam os executivos ao sucesso. Para finalizar, percebe-se que o coach é para os gestores, como um técnico é para o futebol, sendo igualmente útil para os novos empreendedores em tempos de crise..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLA, L. M. **Princípios do Coaching**. 1ª ed. Ipatinga: FaSouza, 2020.

GOLDSMITH, M.; LYONS, L.; MACARTHUR, S. **Coaching**: O exercício da liderança. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KIMSEY-HOUSE, H.; KINSEY-HOUSE, K.; SANDAHL, P. **Coaching Coativo**: Mudando negócios e transformando vidas. 1ª ed. São Paulo: Évora, 2013.

KNAPIK, J. **Gestão de Pessoas e Talentos**. Curitiba: Intersaberes, 2011.

MATTTA, V.; VICTORIA, F. **Career Coaching**: 1ª ed. São Paulo: Sbcoaching, 1999.

VIZIOLI, M. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

USO DO VÍDEO COMO RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DA HIGIENIZAÇÃO DE MÃOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Oliveira, Débora Carvalho da Silva[4]

RESUMO:
O presente estudo tem como objetivo revisar sistematicamente a literatura científica, acerca do uso da tecnologia de vídeo para o ensino e identificar a utilização do vídeo como ferramenta de ensino em sala de aula, como ela está sendo utilizada pelos professores. A pesquisa foi feita na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da CAPES/MEC, na PubMed e na Bireme. O intervalo de busca foi de 2015 a 2019 e foram selecionados ao todo 14 estudos. Os resultados indicam que parece que o vídeo tem sido utilizado como recurso de ensino, sendo relatado o seu uso um recurso excelente para o ensinamento. Entretanto, a lacuna encontrada é de que, de fato, na literatura científica atual, escassos são as pesquisas que abordam a higiene das mãos utilizando o vídeo como meio para ensino na graduação. Embora esse tema seja de suma importância, principalmente para as áreas da Saúde, são necessárias futuras revisões de literatura que abordem esse assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Vídeo; Ensino; Higiene das mãos; Revisão Sistemática.

INTRODUÇÃO

A transmissão de agentes infecciosos nosocomiais ocorre mais frequentemente pelas mãos dos funcionários. O estudo de prevalência de infecções nosocomiais mostra que cerca de 70.000 pacientes extrapolados na Suíça sofrem de alguma infecção nosocomial, sendo que 2.000 irão a óbito (WEBER, 2016). Entretanto, de maneira geral, muitas pessoas no mundo inteiro também sofrem por essas infecções nosocomiais e evoluem e levam a morte.

Estudo de Silva et al. (2017) evidencia a importância da conscientização dos profissionais de saúde em relação ao valor da Higiene das Mãos (HM) como forma de prevenção eficaz que evita a disseminação de inúmeros microrganismos. Destaca ainda que, a adoção desta prática já na graduação em saúde tem demonstrado ser mais eficaz, e posteriormente, como formação continuada no ambiente de trabalho por meio de intervenções formativas específicas para cada área, com utilização de diferentes recursos didáticos audiovisuais que facilitem a fixação de suas etapas.

[4] Graduada em Enfermagem, pós graduada em Auditoria de Serviços em Saúde e pós graduada em Controle de Infecção Hospitalar.

Diante do exposto, a forte presença da tecnologia no cotidiano de pessoas de todas as idades as coloca em um contexto computadorizado e, cada vez mais naturalmente, utilizam mídias móveis e mantém contato com diversos gêneros textuais digitais. Vale resgatar ainda que, em 2015, um levantamento sobre os hábitos de informação dos brasileiros indicou serem os jovens os usuários mais assíduos das novas mídias (TARDIVO; HENRIQUE; BÔAVENTURA, 2016).

É neste contexto que os recursos audiovisuais têm possibilitado ao professor se aproximar mais de seus alunos, inclusive para traçar estratégias de inserção de conteúdos em suas disciplinas. Vale ressaltar que, a produção de programas audiovisuais deve seguir etapas pré-determinadas para garantir a qualidade dos mesmos, a serem: a) criação e planejamento; b) roteiro; c) pré-produção; d) direção e gravação e, e) edição e finalização. A realização de um programa audiovisual educativo é uma tarefa complexa, mas perfeitamente exequível se o profissional envolvido tiver familiaridade com as várias fases do processo e seus equipamentos (SILVA; ROSSATO, 2017).

Verdade é que, as TDIC (Tecnologias de Informação Digital e Comunicação) vêm tomando espaço e estão cada vez mais inseridas nas atividades profissionais e cotidianas das pessoas. Certamente, enquanto um recurso auxiliar as práticas pedagógicas e em consonância com os avanços tecnológicos atuais a favor da melhoria do processo ensino-aprendizagem, o vídeo também é um importante recurso tecnológico didático para ensinar conteúdos de componentes básicos e específicos em cursos na área da Saúde (MARTINS; GOUVEIA, 2019).

Assim, os objetivos do presente estudo foi revisar a literatura científica acerca do uso da tecnologia de vídeo para o ensino e identificar a utilização do vídeo como ferramenta de ensino em sala de aula, como ela está sendo utilizada pelos professores.

ENSINO POR TECNOLOGIAS DIGITAIS

É bem verdade que as novas tecnologias digitais (TD), têm acarretado grande impacto nas áreas da Educação e do Ensino, originando novas formas de aprendizado, disseminação do conhecimento e relações entre professores e alunos (FERREIRA, 2014).

Logo, a instituição educacional torna-se um lugar capaz de criar oportunidades para que todos possam se utilizar de ferramentas tecnológicas, por se tratar de um ambiente privilegiado para discussão de temas, produção e construção do conhecimento. Por sua vez, o professor pode utilizar tecnologias que propiciem ao aluno desenvolver ações contextualizem possibilidades educacionais mais ativas, facilitando assim o processo de ensino-aprendizagem (BARBOSA; PEREIRA, 2016).

Scheller et al. (2013) sugerem que, os professores deveriam propor ao aluno possibilidades para o desenvolvimento de habilidades

relacionadas à representação, compreensão, comunicação, pesquisa e também à contextualização sociocultural, independente do conteúdo a ser ministrado ou do contexto em que está inserido. Assim, o ambiente escolar pode propiciar e impulsionar o aluno a desenvolver projetos de pesquisa, dentro e fora da sala de aula. Uma dessas estratégias seria a utilização de computadores e *smartphones* durante as aulas presenciais, além de vídeo aulas e vídeos para absorção e melhor compreensão dos temas abordados pelo professor.

O acesso à informação está aumentando a cada dia, facilitado pelos meios de comunicação, dentre eles a Internet que tem possibilitado que professores e alunos estabelecerem conexões com um mundo globalizado, de modo inclusive, a dar "poder" para que as fronteiras do conhecimento sejam extrapoladas. Portanto, já não há dúvidas de que as TD favorecem transformações importantes no processo ensino-aprendizagem, alterando o processo educacional tradicional, antes passivo, em aprendizado interativo (MACHADO, 2016).

Martins e Gouveia (2019) reafirmam que as tecnologias digitais vêm tomando espaço e estão inseridas ainda mais nas atividades profissionais e cotidianas das pessoas. Com a globalização, as informações são disponibilizadas sem restrições, e as tecnologias nos permitem acessá-las e processá-las com facilidade e de maneira mais rápida e prática.

Assim, propor atividades curriculares a partir de uma perspectiva tecnológica permite que os diversos conhecimentos das diferentes áreas a fins se comuniquem, atuando como uma fonte de apoio à construção do conhecimento.

Desse modo, Silva, Menezes e Fagundes (2016) defendem que o professor da área da Saúde precisa aprender a usar as TD e implementa-las no magistério e na vida pessoal, assim como, refletir continuamente acerca das consequências sociais e éticas de suas escolhas tecnológicas. Ao apropriar-se de recursos tecnológicos às práticas docentes, conseguirá trabalhar de forma mais dinâmica a construção do conhecimento junto aos futuros profissionais.

Partindo desta perspectiva, segundo expõe Morais (2014), a função do professor tem mudado, ocupando o papel de mediador do processo ensino-aprendizagem.

Retomando a utilização do vídeo com fins de ensino, a UNESCO (2014) defende tratar-se de uma tecnologia que pode oferecer aos alunos maior flexibilidade para que progridam em seus estudos em um ritmo próprio, de acordo com seus interesses, aumentando a sua motivação para buscarem oportunidades de aprendizagem.

HIGIENE DAS MÃOS NA GRADUAÇÃO

As infecções são muitas vezes, disseminadas por contato direto tendo como veículo as mãos dos profissionais da saúde. Mundialmente é investido tempo e esforço para promover estratégias de HM e muitos têm sido os esforços considerados e testados para tentar aumentar a

adesão a este procedimento básico e fundamental à prevenção de doenças infectocontagiosas. Entretanto, ainda não se sabe quais os meios e métodos mais adequados para se alcançar este objetivo (IBENEME, 2017).

Dentro desse universo específico, tradicionalmente, considera-se a HM a forma mais importante de reduzir as infecções associadas aos cuidados de saúde. Trata-se de um procedimento técnico básico muito utilizado na área da Saúde e reconhecido pela OMS como uma medida primária no controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS).

Gould (2017) corrobora esta problemática, ao afirmar que, no ato de cuidar as mãos dos profissionais da saúde é um instrumento de trabalho e um elo de contato físico com os pacientes. Entretanto, a presença de microrganismos existentes nas mãos representa risco para transmissão das IRAS, para eles próprios e para outros, especialmente, quando não higienizam suas mãos com frequência e qualidade adequada no exercício de sua profissão.

A OMS preconiza que a HM ocorra em cinco momentos em consonância com o fluxo de cuidados assistenciais para a prevenção das IRAS causadas por transmissão cruzada pelas mãos. Esses cinco momentos compreendem: 1. Antes de tocar o paciente; 2. Antes de realizar procedimento limpo/asséptico; 3. Após risco de exposição a fluidos corporais; 4. Após tocar o paciente e, 5. Após contato com superfícies próximas ao paciente (ANVISA, 2018).

Um estudo que objetivou investigar a adesão às precauções padrão para o controle de IRAS sugere que a educação pode melhorar a adesão dos profissionais de saúde às precauções padrão e ao seu nível de conhecimento (MORALEJO, 2018).

Em revisão sistemática da literatura de Jefferson et al. (2017), apresentou 67 estudos os quais verificaram as intervenções físicas para interromper ou reduzir a propagação de vírus respiratórios, tendo-se chegado à conclusão que pode ser diminuída por meio das práticas de HM, a qual também pode diminuir a transmissão do vírus de uma pessoa para outra. Fica claro que, a correta HM é capaz de auxiliar no controle de surtos, epidemias e pandemias (HALP et al., 2020).

VÍDEO COMO RECURSO DE ENSINO PARA HIGIENE DAS MÃOS

Exatamente com a finalidade de ensino da HM tanto durante a formação inicial como em capacitações de profissionais da saúde, a utilização de vídeos educacionais e a facilidade ao seu acesso apontam para a vantagem de sua utilização. Há ainda, a possibilidade de pausar e de repetir as informações, permitindo assim, melhor fixação dos procedimentos, sendo que a mensagem audiovisual ajuda a reforçar as vantagens de adesão a esta prática fundamental na área da Saúde (SILVA; ROSSATO, 2017).

METODOLOGIA

Pesquisa qualitativa, na qual foi baseada nos princípios de Revisão Sistemática da Literatura (KITCHENHAM, 2004), sendo realizado o levantamento de estudos sobre a temática proposta, uma vez que segue um padrão metodológico viável, permitindo a identificação, avaliação e a interpretação dos achados mais importantes que consigam responder aos questionamentos levantados. Dessa forma, seguiu-se as etapas de: A. Delineamento da pesquisa; B. Execução; C. Análise dos resultados achados.

Para o delineamento do estudo, as questões levantadas foram: Questões de Pesquisa: "1) O vídeo vem sendo utilizado por professores com recurso educacional?; 2) Qual a importância do vídeo como ferramenta de ensino?; 3) Os professores utilizam os vídeos para prática de ensino? Se utilizam essa é uma ferramenta eficaz? E como a utilizam?".

Para responder a estas perguntas, foi organizada uma busca de estudos em três bases de dados, sendo: 1. Revistas listadas no índice restrito (A1 e A2) nas áreas de Ensino, na Plataforma WebQualis, 2. Portal de Periódicos CAPES, 3. PubMed e 4. Bireme. O período de busca foi delimitado nos últimos 5 anos, sendo de 2015 a 2019, seguido da quantificação e análise dos trabalhos encontrados.

O Quadro 1 mostra, resumidamente, os bancos de dados pesquisados, os critérios de inclusão e as quantidades de artigos encontrados.

QUADRO 1. SÍNTESE DOS BANCOS DE DADOS PESQUISADOS, CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E RESULTADOS OBTIDOS

Banco de Dados de Pesquisa	Critérios de Inclusão	Quantidades de Pesquisa
Plataforma Sucupira	1. Evento de Classificação: "Qualificação de periódicos Quadriênio 2013-2016"; 2. Áreas de Avaliação: "Ensino/Ciências da Saúde; 3. Período de busca: 2015 a 2019; 4. Estratificação: A1 e A2; 5. Seleção de revistas em língua portuguesa; 6. Leitura dos títulos das revistas para identificação do escopo relacionado ao tema pesquisado.	3 artigos
Portal de Periódicos CAPES	1. Busca de artigos que contenham no título as palavras "Higienização das mãos", "educação e vídeo", "educação em fisioterapia"; "prevenção de doenças"; 2. Período: 2015 a 2019; 3. Língua portuguesa.	9 artigos
PubMed	1. Busca de artigos pelas estratégias de busca:	0 artigo

	- "Hand Disinfection"; "Instructional Film and Video"; "Physical Therapy Specialty"; "Disease Prevention" 2. Período: 2015 a 2019; 3. Língua portuguesa.	
Bireme	1. Busca de artigos pelas estratégias de busca: - "Hand Disinfection and Instructional Film and Video" - " Hand Disinfection and Physical Therapy Specialty" - " Hand Disinfection and Disease Prevention" 2. Período: 2015 a 2019; 3. Língua portuguesa.	2 artigos

FONTE: Própria

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a primeira busca, foi realizado um mapeamento das produções científicas publicadas em alguns dos principais periódicos com estratificação na plataforma Sucupira com Qualis como A1 e A2 , Classificação de Periódicos Quadriênio 2013-2016, nas áreas de Ensino e Ciências da Saúde e que possuem também na área de Ensino, abrangendo o intervalo de busca de 2015 a 2019. A busca ocorreu no mês de setembro e outubro de 2020 quando então, foram selecionadas somente revistas em língua portuguesa, com foco na utilização do vídeo como recurso didático para o ensino da HM em cursos de graduação na área da Saúde.

O Quadro 2 traz uma síntese dos resultados da pesquisa realizada nas revistas selecionadas da plataforma Sucupira nos últimos cinco anos e, que tratam da utilização do vídeo como recurso didático para o ensino da HM.

QUADRO 2. MAPEAMENTO DA QUANTIDADE DE ARTIGOS REVISADOS E SELECIONADOS POR REVISTA

Periódico	Qualis na área de Ensino	ISSN	Período do levantamento	Total de artigos pesquisados	Total de artigos que abordam a temática
CADERNOS CEDES (IMPRESSO)	A1	0101-3262	2015-2019	2	0
EDUCAÇÃO E PESQUISA	A1	1678-4634	2015-2019	1	0

EDUCACAO E REALIDADE	A1	2175-6236	2015-2019	6	0
EDUCAÇÃO EM REVISTA (UNESP. MARÍLIA)	A1	1518-7926	2015-2019	0	0
EDUCACIÓN MÉDICA SUPERIOR (IMPRESA)	A1	0864-2141	2015-2019	8	0
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	A1	1809-449X	2015-2019	1	0
REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS RBEP-INEP	A1	2176-6681	2015-2019	1	0
AVALIAÇÃO: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	A2	1414-4077	2015-2019	3	0
DYNAMIS (BLUMENAU)	A2	0104-0405	2015-2019	1	1
EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA	A2	2238-1279	2015-2019	6	0
EDUCAÇÃO UNISINOS (ONLINE)	A2	2177-6210	2015-2019	3	0
ESCOLA ANNA NERY	A2	1414-8145	2015-2019	2	0
ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL (ONLINE)	A2	1984-932X	2015-2019	2	0
HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE (ONLINE)	A2	1678-4758	2015-2019	3	0
INTERFACES CIENTÍFICAS – EDUCAÇÃO	A2		2015-2019	11	0
INTERFACES DA EDUCAÇÃO	A2	2177-7691	2015-2019	3	2
INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS (ONLINE)	A2	1518-8795	2015-2019	14	0
INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS (UFRGS. IMPRESSO)	A2	1518-9384	2015-2019	14	0
MOVIMENTO (UFRGS. IMPRESSO)	A2	0104-754X	2015-2019	23	0
NUANCES	A2	2236-0441	2015-2019	2	0

REM. REVISTA ESCOLA DE MINAS (IMPRESSO)	A2	0370-4467	2015-2019	4	0
REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS	A2	1806-5104	2015-2019	2	0
REVISTA DE EDUCAÇÃO DO COGEIME	A2	2358-9280	2015-2019	9	0
REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL (ONLINE)	A2	1984-686X	2015-2019	10	0
			Total de artigos	131	3

FONTE: Própria

Assim, 67 revistas portuguesas foram encontradas entre os qualis A1 e A2, sendo apenas 3 os arquivos encontrados sobre a temática na língua portuguesa.

O primeiro artigo foi de GIASSI e RAMOS (2016), em que realizaram uma pesquisa qualitativa e descritiva, com duas turmas de sexto ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede Pública Estadual de Criciúma/Santa Catarina. Uma turma foi o grupo experimental e a outra, controle. Os alunos realizaram trabalhos por meio de pesquisa na internet, programa *power point*, criação de vídeo no programa *movie maker*, câmera e gravador de áudio do celular e vídeos do *youtube*. Os estudantes obtiveram bom desempenho. Os autores sugeriram que o ensino de com apoio das TIC a qual fizeram uso, como uma ação pedagógica para além da sala de aula, é considerado dinâmico e aberto à diversidade sociocultural, pela fato de que é atrativo, envolvente e cativante às diferentes pessoas, com diversos perfis, experiências e conhecimentos.

Em uma revisão de literatura de Junior et al (2016), o segundo artigo selecionado, realizaram um revisão de literatura, delimitadas em dez anos, em que perceberam a pobreza de artigos encontrados, sendo achados 18 artigos apenas que se tratavam da temática vídeo e ensino, de maneira geral. Os autores sugeriram, ainda, que dos 18 artigos, 14 foram produzidos nos últimos cinco anos de sua busca, sendo que 11 deles foram escritos nos últimos três anos, evidenciando a relevância da presente revisão, já que é sugerido ter uma probabilidade de aumento da produção acadêmica sobre essa temática a despeito dos artigos não disponíveis para a leitura gratuita.

Por último, o terceiro artigo incluído foi de Junior et al. (2020), os autores do artigo apresentaram os seus resultados sobre o estudo do uso de um vídeo educativo em uma dinâmica formativa de enfermagem. Eles realizaram a analise das fases: obra, produção e sentidos produzidos. Como resultados, verificaram que os espectadores seguiram às leituras esperadas para o vídeo, que foi

construído para valorizar e orientar sobre a consulta de enfermagem, no qual perceberam boa

QUADRO 3. MAPEAMENTO DA QUANTIDADE DE ARTIGOS REVISADOS E SELECIONADOS POR REVISTA

Revista	Qualis	ISSN	Período do Levantamento	Total de artigos pesquisados	Total de artigos que abordavam a temática
DAPesquisa	C	1808-3129	2015-2019	1	1
Revista Intersaberes	B3	1809-7286	2015-2019	1	1
Esc Anna Nery	A2	1414-8145	2015-2019	1	1
Revista Brasileira de Educação Médica	A1	1981-5271	2015-2019	1	1
Holos (Natal. Online)	B5	1807-1600	2015-2019	1	1
Revista Thema	B2	2177-2894	2015-2019	1	1
Revista Brasileira De Educação Médica (Online)	A1	1981-5271	2015-2019	1	1
Revista Brasileira De Ensino De Ciência E Tecnologia	A2	1982-873X	2015-2019	1	1
Revista Da Uiips	C	2182-9608	2015-2019	1	1
			TOTAL	9	9

FONTE: Própria

A segunda busca foi realizada no Portal da Capes, apresentada no Quadro 3, utilizando os termos nas áreas de Ensino e Ciências da Saúde, abrangendo o intervalo de busca de 2015 a 2019. A busca ocorreu no mês de novembro de 2020 quando então, foram selecionadas somente revistas em língua portuguesa, com foco na utilização do vídeo como recurso didático para o ensino da HM em cursos de graduação na área da Saúde. Assim, foram encontrados 22 artigos, sendo somente 9 foram incluídos referente a busca da temática na língua portuguesa.

O primeiro artigo encontrado de Silveira, Santos e Brandão (2018), sobre o resultado obtidos através de um experimento com um modelo de tutorial para o ensino de software CAD Tridimensional, onde para o seu desenvolvimento foram utilizados elementos como texto, vídeo e imagens estáticas, verificou-se que o vídeo é um elemento facilitador do processo de aprendizagem para os alunos, principalmente no tocante a trabalhos com tutoriais pois facilita a compreensão do passo a passo do método de ensino.

O segundo artigo de Novas Abordagens Pedagógicas na Educação Superior sobre a ótica da evolução das tecnologias, Artigas, Pereira e Vosgerou (2016), constatou-se que com a utilização das mídias tecnológicas no ensino como: vídeo, áudio, som, animação, texto, gráficos, entre outras possibilitou um avanço no processo de aprendizagem. Dentro do contexto da evolução das mídias destaca-se o vídeo por trazer benefícios como o de poder ser pausado, assistido quantas vezes for necessário, tanto antes como depois da aula e também pela possibilidade de ser visto quando o aluno falta a aula; devido a sua flexibilidade os alunos preferem assistir aos vídeos do que estudar pelos livros e textos, fazendo com que esse recurso tecnológico favoreça a construção do conhecimento.

Em um estudo para ensinar a higienização bucal em pacientes em quimioterapia, através de vídeo para graduandos de enfermagem no interior paulista, Carvalho, Stina e Zamarioli (2015), constataram em estudo antes-depois da intervenção com o vídeo, que o uso deste recurso melhorou o conhecimento cognitivo e procedimental dos graduandos de enfermagem, onde houve uma boa adesão apontando a relevância deste recurso na aprendizagem.

Em um artigo de revisão sistemática, Bueno M; Bueno T; Moreira (2020), em que se objetivou refletir por meio da literatura, quais são as tecnologias educacionais utilizadas pela fisioterapia, foram encontradas o vídeo, multimídia e simulação. De acordo com a metodologia aplicada, o vídeo é uma tecnologia que oferta intangibilidade promovendo a máxima compreensão aos temas abordados na área da fisioterapia.

Segundo Arruda; Danek e Quilici (2016), em um estudo randomizado sobre a prática da intubação orotraqueal, aplicado a 30 alunos da graduação do curso de medicina, cujo objetivo era avaliar a retenção da aprendizagem por meio da utilização do vídeo para o ensino. Os alunos foram divididos em dois grupos sendo que um recebeu material teórico (checklist) e o outro o vídeo. Como resultado ambos os grupos mostraram conhecimento para a execução do procedimento, entretanto o grupo que se utilizou do vídeo apresentou melhor desempenho na avaliação teórica, comprovando a eficácia deste recurso.

Em um artigo de revisão sistemática, Bueno e colaboradores (2020), em que se objetivou refletir por meio da literatura, quais são as

tecnologias educacionais utilizadas pela fisioterapia, foram encontradas o vídeo, multimídia e simulação. De acordo com a metodologia aplicada, o vídeo é uma tecnologia que oferta intangibilidade promovendo a máxima compreensão aos temas abordados na área da fisioterapia.

Segundo Arruda e colaboradores (2016), em um estudo randomizado sobre a prática da intubação orotraqueal, aplicado a 30 alunos da graduação do curso de medicina, cujo objetivo era avaliar a retenção da aprendizagem por meio da utilização do vídeo para o ensino. Os alunos foram divididos em dois grupos sendo que um recebeu material teórico (checklist) e o outro o vídeo. Como resultado ambos os grupos mostraram conhecimento para a execução do procedimento, entretanto o grupo que se utilizou do vídeo apresentou melhor desempenho na avaliação teórica, comprovando a eficácia deste recurso.

Moraes e colaboradores (2015) apresentaram os resultados das atividades realizadas na capacitação de professores de Química e Ciências do ensino básico de União da Vitória- PR, cujo objetivo era a replicação das práticas utilizadas aos alunos deste professores em treinamento, usando como metodologia o uso do vídeo e a música como instrumentos motivadores no processo ensino e aprendizagem, constatou por meio de relatórios e pesquisas que a aplicação de vídeos associados aos conteúdos programáticos apresentados, motivou a aprendizagem dos participantes, principalmente no que diz respeito aos recursos audiovisuais.

Em uma revisão de literatura sobre o uso do vídeo em sala de aula de Matemática, Borba e Oechsler (2018), procurou-se verificar três vertentes para o uso do vídeo como: gravação de aulas, vídeo como recurso didático e produção de vídeo. A ideia de se utilizar o vídeo como recurso didático é de 1963, porém seu uso foi potencializado com o advento da internet. Os recursos audiovisuais podem ser empregados no processo de aprendizagem bem como na expressão das ideias, possibilitando sua utilização para cenários perigosos (experimentos químicos, por exemplo), ilustrações de cenas épicas, oportunizando o mesmo vídeo ser usado em diferentes níveis educacionais.

De acordo com Branco e Barbas (2015), em um artigo sobre a leitura em sala de aula como mediadora de construção de igualdade de gênero, as autoras empregaram para abordar a temática da igualdade de gênero o vídeo "Vida Maria", de Marcio Ramos, o trabalho visou relatar a experiência do conteúdo do curta-metragem, de uma menina de cinco anos é levada a largar os estudos para trabalhar, enfatizando a vida sofrida e a continuidade desde ciclo, crescimento, trabalho, casamento, filhos, envelhecimento e morte, a seus descendentes. A partir da utilização do vídeo foi possível uma reflexão sobre a temática sendo uma grande ferramenta de apoio para trabalhar com os problemas do cotidiano da sociedade favorecendo mudanças na vida

desses alunos. Sendo o vídeo um importante aliado na mudança comportamental e as boas práticas educativas.
Por fim, a terceira busca foi realizada na base de dados do PubMed, utilizando os termos " Hand Disinfection and Instructional Film and Video", " Hand Disinfection and Physical Therapy Specialty" e "Hand Disinfection and Disease Prevention", abrangendo o intervalo de busca de 2015 a 2019, em língua portuguesa. A busca ocorreu no mês de outubro de 2020 quando então, foram pesquisados artigos somente em língua portuguesa, com foco na utilização do vídeo como recurso didático para o ensino da HM em cursos de graduação na área da Saúde. Entretanto, não foram encontrados nenhum artigo referente a busca da temática na língua portuguesa, com foco na utilização do recurso de vídeo.
A quarta busca semelhante a citada a cima foi realizada na base de dados da Bireme, apresentados no Quadro 4, na qual 2 estudos forem encontrados.

QUADRO 4. MAPEAMENTO DA QUANTIDADE DE ARTIGOS REVISADOS E SELECIONADOS POR REVISTA

Revista	Qualis	ISSN	Período do Levantamento	Total de artigos pesquisados	Total de artigos que abordavam a temática
Rev da Escola de Enfermagem da USP	A2	1980-220X	2015-2019	1	1
Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde	B1	1981-6278	2015-2019	1	1
			TOTAL	2	2

FONTE: Própria

No artigo Lima e colaboradores (2017), construiu e validou um vídeo educativo para orientação de pais de crianças com cateterismo intermitente limpo. A metodologia para tal desenvolvimento dessa construção foi a Teoria da Adaptação, que promove a adequação dos indivíduos nos aspectos físico-fisiológico, identidade de autoconceito e interdependência, garantindo a qualidade de vida e a morte com dignidade. Com a aplicação do vídeo conclui-se que o recurso audiovisual se destaca por permitir a comunicação em massa, sendo um material atrativo pelo seu visual que quando aliado à educação a saúde é um facilitador da aprendizagem do usuário, estimulando e transformando hábitos de saúde trazendo benefícios a sua clientela.
Ao utilizar a produção de vídeo educacional como uma estratégia na formação docente para o ensino na saúde, Lima (2018) relata que os

avanços tecnológicos no processo de construção do conhecimento têm ressignificado o ato de ensinar e aprender, partindo desta perspectiva analisou a experiência de produção de um vídeo educacional, no Mestrado Profissional de Ensino na Saúde, como estratégia de formação pedagógica abordando a temática Reforma Psiquiátrica, sendo aplicado no módulo de psiquiatria de um curso de medicina. Ao aplicar esse recurso verificou-se que os vídeos educativos são importantes ferramentas para os discentes, proporcionando a exploração do conteúdo de forma atrativa e dinâmico permitindo a interação em sala de aula, melhora a compreensão e a contextualização, evidenciando o papel do docente como mediador na construção do conhecimento.

Poucos foram os achados que atendia a temática na língua portuguesa, assim, a hipótese de que o vídeo utilizado como recurso digital para o ensino da limpeza de mãos ainda continua em aberto, principalmente dentro dos cursos de graduação. Porém, por ser um tema de suma importância, qual seria o motivo de poucos serem os achados sobre o tema proposto?

Ainda, as três questões levantadas no início dessa revisão como "O vídeo vem sendo utilizado por professores com recurso educacional?" parece que o vídeo tem sido utilizado sim, sendo relatado o seu uso um recurso excelente para o ensinamento. Entretanto, a lacuna encontrada é de que, de fato, na literatura cientifica atual são escassas as pesquisas que abordam a higiene das mãos utilizando o vídeo como meio para ensino na graduação. Embora esse tema seja de suma importância, principalmente para as áreas da Saúde, são necessárias futuras revisões de literatura que abordem esse assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sugerido que pouco são os estudos que verificaram a temática proposta para esta revisão, indicando a necessidade de que novas revisões sejam realizadas, e ainda, de que pesquisas de campo também sejam realizadas para tentar responder se para o ensino da higienização das mãos na graduação em Saúde, o vídeo também poderia ser um recurso diferencial uma vez que ele já é muito utilizado para vários meios e estudos já mostraram o seu uso e sua eficácia.

REFERÊNCIAS

ANVISA. NOTA TÉCNICA nº01/2018 GVIMS/GGTES/ANVISA: **Orientações gerais para higiene das mãos em serviços de saúde.** 2018.

BARBOSA, FDD; PEREIRA, MGO. **As TIC's na Educação: investigando a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem**. INTEDI, n. 2. 2016, Campina Grande: Editora Realize, 2016.

BORBA, MC; OECHSLER, V. **Tecnologias na educação: o uso dos vídeos em sala de aula**. R. bras. Ens. Ci. Tecnol. v. 11, n. 2, p. 391-423, mai./ago. 2018.

BRANCO, P; BARBAS, MP. **Conceptualização de um protótipo de uma aplicação interativa de vídeo em ambiente web.** Revista da ESES (REVISTA DA UIIPS)) .Vol 3 n.º 5. 2015.

BUENO, MBT; BUENO, MM; MOREIRA, MIG. **Fisioterapia e a educação em saúde: as tecnologias educacionais digitais como foco**. Revista Thema. v.17 n.3: p.675-685. 2020

DANEK, A; ARRUDA, FT; QUILICI, AP**. Comparação da Eficiência do Treinamento em Entubação Orotraqueal com Vídeo Educacional versus Checklist**. Revista Brasileira de Educação Médica. 40 (4) : 560 – 564 ; 2016.

GOULD, DJ; Moralejo, D; Drey, N; Chudleigh, JH; Taljaard, M. **Interventions to improve hand hygiene compliance in patient care**. Cochrane Database of Systematic Reviews 2017.

HALPIN, DM; SINGH, D; HADFIELD, RM. **Inhaled cortocosteroids and COVID-19: a systematica review and clinical perspective.** Eur Respir J. n.7. v.55, 2020.

IBENEME, S; MADUAKO, V; IBENEME, GC; EZUMA, A; ETTU, TTU; ONYEMELUKWE, NF; LIMAYE, D; FORTWENGEL,G. **Hand hygiene practices and microbial investigation of hand contact swab among physiotherapists in an Ebola Endemic Region: Implications for Public Health**. Biomed Reserach Internacional. v(2), n(1), 2017.

JEFFERSON, T; Del Mar, CB; Dooley, L; Ferroni, E; Al-Ansary, LA; Bawazeer, GA; Van Driel, ML; Nair, NS; Jones, MA; Thorning, S; Conly, JM. Physical interventions to interrupt or reduce the spread of respiratory viruses. Cochrane Database of Systematic Reviews. 2011.

JUNIOR AAP, FILHO LACR, PEREIRA MV, BASTOS VG. **Apropriações de filmes e vídeos na educação médica.** Revista Interfaces da Educação. v. 7, n. 20, 2016.

JUNIOR AAP**,** FILHO LACR**,** TAVARES CMM**. A Produção De Sentidos Por Estudantes A Partir De Um Vídeo Educativo Na Educação Em Enfermagem.** Revista Interfaces da Educação. v. 11, n. 31, 2020.

KITCHENHAM, B. **Procedures for Performing Systematic Reviews.** Keele UK Keele University- Publisher: Citesser, 33(TR/SE-0401), p.28, 2004.

LIMA, MB; REBOUÇAS, CBA; CASTRO, RCMB; CIPRIANO, MAB; CARDOSO, MVLML; ALMEIDA, PC. **Construção e validação de vídeo educativo para orientação de pais de crianças em cateterismo intermitente limpo.** Rev Esc Enferm USP. 51:e03273. 2017.

LIMA, VS et al. **Produção de vídeo educacional: estratégia de formação docente para o ensino na saúde**. Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde. 13(2):428-38. 2019.

MACHADO, LM. **O uso das TDIC's como ferramentas para prevenção ao uso de drogas na adolescência.** [TCC], Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

MARTINS ER, GOUVEIA LMB. **Modelo Pedagógico de M-Learning em Sala de Aula Invertida (MLSAI): Reflexões Sobre o Uso de Recursos Tecnológicos**. Porto Alegre: RENOTE. v. 17, n. 3, 2019.

MORAES, SR; HAIDUK, A; CHARAVARA, F; BAZIUK, LGS; SLOBODA, J; MAIA, P; ROCHA, JRC. **Vídeos e músicas utilizados como instrumentos motivadores no processo ensino-aprendizagem**. HOLOS, Ano 31, Vol. 2. 2015.

MORAIS, MPB. **Práticas Pedagógicas inovadoras com TIC.** 2014. 132 f. [Dissertação] Mestrado em Educação – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

MORALEJO, D; El Dib, R; Prata, RA; Barretti, P; Corrêa, I. **Melhoria da adesão às Precauções Padrão para o controle de infecções associadas à assistência à saúde.** Cochrane Database of Systematic Reviews, 2018.

PEREIRA, AS; VOSGERAU, DSR; ARTIGAS, J. **Integração de tecnologias na educação superior e o surgimento de novas abordagens pedagógicas**. Revista Intersaberes | vol.11, n.22, p.248 – 258. 2016.

SANTOS, CT; BRANDÃO, CSP; NETO, WDS. **Método de ensino de software CAD 3D – O vídeo como elemento facilitador da aprendizagem**. DAPesquisa. Florianópolis, v. 15, n. 25, p. 01-16, jul.2020.

SCHELLER, M; BIEMBENGUT, SM. **A utilização de tecnologias digitais nos primeiros passos na arte da pesquisa: uma experiência de modelagem**. Revista Novas Tecnologias na Educação, v.11, n.3, 2013.

SILVA, NL; ROSSATO, B. **Audiovisualities and social production of masculinities: genders-bodies-sexualites staged in the daily life of classrooms.** Rev Periferia, v.12, n.1; 2017.

SILVA, P; MENEZES, C; FAGUNDES, L. **Aprendizagem colaborativa: desenvolvimento de Projetos de Aprendizagem em ambientes digitais**. Anais do XXII Workshop de Informática na Escola, 2016.

STINA, APN; ZAMARIOLI, CM; CARVALHO, EC. **Efeito de vídeo educativo no conhecimento do aluno sobre higiene bucal de pacientes em quimioterapia**. Esc Anna Nery. 19(2):220-225. 2015.

TARDIVO, MC; HENRIQUE, HCR; BÔAVENTURA, RS. **O uso de QR codes como uma possibilidade de recurso didático.** WORKSHOP EM TEC., LING. E MÍD. EM EDUC., n. 1 v.2, 2016.

UNESCO. **O futuro da aprendizagem móvel: implicações para planejadores e gestores de políticas. Brasília**, DF: UNESCO, 2014.

WEBER, U; CONSTANTINESCU, MA; WOERMANN, U; SCHMITZ, F; SCHNABEL, K. **Video-Based Instructions For Surgical Hand Disinfection As A Replacement For Conventional Tuition? A Randomised, Blind Comparative Study.** GMS J Med Educ. 15;33(4):Doc57 2016.

A LUDICIDADE E AS EXPERIÊNCIAS NA INFÂNCIA: CORPO, BRINCADEIRA E MEMÓRIA NO PROCESSO EDUCATIVO

Medeiros, Luciano Tadeu Corrêa[5]
Muniz, Débora Renata Marques[6]
Corrêa, Dinalva da Silva[7]
Pereira, Elianay Wilkerson da Silva[8]
Maciel, Luana Patrícia Paixão[9]

RESUMO:
O texto traz uma discussão sobre a relação entre a infância, o corpo o aprendizado e a memória construída através das brincadeiras. O objetivo é refletir sobre as experiências lúdicas no ato educativo, que estimulam a cognição e que contribuem, portanto, para a constituição de uma memória social e afetiva significativa nesses sujeitos. Para tanto, foi desenvolvido, a partir da abordagem qualitativa, uma revisão bibliográfica, tendo como referencial teórico autores como Mendes e Nóbrega (2004), Ferreira (2012), Bosi (1993), Fenellon (2010), Simon e Kuns (2014) e documentos legais como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017). Os resultados apontam que, na perspectiva de que é por meio do corpo que a criança exerce suas ações no mundo e produz suas emoções através das suas relações, a mesma é, portanto, sujeito construtor de suas identidades e suas memórias, o que sugere que, no ambiente escolar, o professor deva atentar para que as ações educativas lúdicas, proporcionem experiências prazerosas para os educandos, considerando que esses momentos, são os ajudarão a compor nas crianças suas identidades, memórias sociais e afetivas.

PALAVRAS CHAVE: Brincadeira, Infância, Memória, Processos Educativos.

INTRODUÇÃO

Uma das maiores e mais satisfatórias proposições no exercício da memória é, sem dúvida, o momento em que nos é indagado – ou o

[5] Universidade federal do Pará – UFPA – Belém, e-mail: lucianomedeiros2602@gmail.com
[6] Universidade federal do Pará – UFPA – Belém, e-mail: deboramuniz.historia@gmail.com
[7] Universidade federal do Pará – UFPA – Belém, e-mail: correadinalva@gmail.com
[8] Universidade federal do Pará – UFPA – Belém, e-mail: wilkersonadm211189@gmail.com
[9] Universidade federal do Pará – UFPA – Belém, e-mail: lu.patricia15@hotmail.com

momento em que nos indagamos – sobre alguma experiência significativa vivenciada por nós, durante nossa trajetória de vida. Buscamos resgatar, desde a infância, acontecimentos que se encontram registrados como aquilo que verdadeiramente construiu-se significativamente no nosso campo de experimentações, aquilo que em nossa memória está registrado como algo bom e que finda por produzir em nós um sentimento misto de saudade, nostalgia e felicidade. Como se costuma dizer, é algo como se uma extensa película de um filme fosse projetada diante de nossos olhos e a maior parte da história permanecesse por um longo período concentrada em descrever os momentos, por hora indissolúveis, de ocasiões próprias da infância.

Ecléa Bosi (1993), com base em estudos atinentes a pesquisa com enfoque nas formas de memória social dentro do espectro da teoria *Gestalt*, nos afirma que a compreensão da memória deve partir do princípio da percepção das totalidades para que, a partir disso, haja a concepção das partes. Compreendemos, portanto, que há, na construção de nossa memória, uma totalidade que se traduz em momentos distintos. A autora ainda acrescenta que, a partir da concepção bergsoniana, há dois tipos de memória descrita por essa corrente – memória hábito e memória pura –. Temos, na memória pura, a possibilidade de evidenciarmos o resgate de um momento marcante, ímpar e determinante da vida, pois essa concepção propõe que a memória é intrínseca ao espírito humano, não se comportando como um mero repositório de lembranças, pois, em um propósito maior, essa memória carrega significados.

São registros de momentos de existência expressados pelas relações entre os sujeitos e desses com o mundo, em que pesam a experimentação desse mundo na construção de seus aprendizados, onde o corpo permite essas interações, possibilitam essa existência e como consequência o registro da memória. Segundo Mendes e Nóbrega (2004, p. 133), "O corpo é nossa possibilidade de existência. Imperfeito, maravilhoso; ao mesmo tempo em que se mostra, esconde muito do que é registrado durante suas vivências [...]". Para as autoras, o conhecimento vem através da experiencia que só é possibilitada através do corpo, e esse também deve ser associado à materialidade da existência, não apenas no que se refere ao corpo, mas também ao mundo, pois o corpo é parte do mundo: "O conhecimento depende da existência do mundo, o qual é inseparável do nosso corpo, da nossa linguagem e da nossa história social" (MENDES; NÓBREGA, 2004, p. 133). Portanto, o corpo torna-se um elemento essencial para a construção da memória, pois é ele o agente das experimentações do mundo, que torna possível vivenciarmos os momentos que se tornarão significativos, e a materialização das situações que ficarão registradas em nossa memória.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as experimentações lúdicas no ato educativo, que estimulam a cognição e que produzem uma memória significativa de momentos da infância proporcionada pelas brincadeiras nesse momento da vida, e ainda, sobre a relação dessas experimentações com a construção da memória social e afetiva da infância. O mesmo justifica-se pelo fato de que, como professores e educadores de crianças, as ações do nosso fazer requerem compreensão de questões que envolvam elementos e conceitos próprios da infância, pois é algo extremamente necessário para os professores de crianças, visto que, além de responsáveis pelo aprendizado das mesmas, serão aqueles que irão contribuir com a construção de parte da memória desses infantes, por estarem presentes como agentes educadores no desenvolvimento desses sujeitos.

Ao considerarmos que há uma relação entre o corpo, a experiência, a cognição e a memória, é importante buscarmos, à luz da teoria, compreender quais os significados que essa relação pode nos revelar, que nos permita a proposição de um projeto educativo que seja adequado para o desenvolvimento das crianças. Para refletirmos sobre esses assuntos, convém, portanto, deixarmos o seguinte questionamento: as ações lúdicas são necessárias para possibilitar um aprendizado saudável, que proporcione aos sujeitos produzir o registro de uma memória significativa da infância?

DESENVOLVIMENTO, BRINCADEIRA E MEMÓRIA

O corpo e os gestos são fundamentais para a formação humana. É a partir deles que percebemos a linguagem corporal e simbólica dos sujeitos de forma integrada. Dessa maneira, compreender o corpo na correlação entre natureza e cultura requer perceber que essa relação está conectada a uma visão holística e não linear das práticas, experiências sócio-histórica e culturais que compõem o desenvolvimento humano (MENDES; NÓBREGA,2004).

O brincar e a brincadeira são momentos de expressões do corpo, movimento de interação com o mundo. A experiência de brincar produz no sujeito a possibilidade de um desenvolvimento saudável, de exercício não apenas do corpo que carrega os potenciais humanos, mas também de possibilidades de criação de movimentos e aprendizados, e esses aprendizados se ampliam a cada nova experimentação do corpo com o mundo a partir de seus potenciais, e são essas experiências de aprendizados que ocupam o espaço do conhecer cognitivo e da memória registrada.

> A cognição depende da experiência que acontece na ação corporal. Essa ação vincula-se às capacidades sensório-motoras, envolvidas no contexto biopsicocultural. O termo significa que os processos sensoriomotores, percepção e ação são essencialmente inseparáveis da cognição. (NÓBREGA, 1999, p. 106)

Ferreira (2012), ao refletir sobre estudos de Pino (2005), enfatiza que "[...] tudo aquilo que o homem produz é constituído por um conjunto de características que lhe o atribui o sentido de humano" (FERREIRA, 2012, p. 164). Todavia, é importante refletir que o lúdico é parte da composição do universo da infância, portanto, o ato de brincar na infância, sem dúvida, é o maior e mais consistente ato de experimentação necessário para o desenvolvimento e aprendizado dos sujeitos e para a construção dos sentidos e significados registrados pela memória humana. Henick e Faria (2015), em seus estudos históricos sobre a infância, nos afirmam que ela nem sempre foi vista por esses olhares e durante séculos o direito ao brincar foi sonegado à criança. Porém, hoje se reconhece que, para a infância, a brincadeira é sempre uma possibilidade de desenvolver não apenas a parte física e motora, como também o potencial cognitivo dos sujeitos, visto que a aquisição das informações registradas pelos mesmos, se dá exatamente através dos sensores que estão em atividade durante as brincadeiras, onde há a relação do corpo com o meio.

Assim, o experimentar o mundo através do correr, pular, abaixar, levantar, subir, descer, gritar ou movimentar qualquer parte do corpo, músculos, vertebras, membros, pode estimular esse potencial cognitivo, instigando a imaginação, levando o sujeito a pensar, raciocinar, refletir, sentir, perceber, formular e reformular conceitos, dentre outras atividades cognitivas, e esse movimento possibilitará a construção da memória social desses sujeitos, dentro das possibilidades permitidas pelo seu potencial biológico. Concordamos, portanto, com Mendes e Nóbrega (2004), quando afirmam que o corpo e seu movimento, está carregados de sentidos.

> [...] Corpo que salta, que dança, que joga, que corre, que ginga, que caminha ou que nada. Que pisca e se estica, que rola e se enrosca, que vibra e sacode. Que foge. Corpo que ri, que chora, que grita, que sofre e goza. Corpos que se expressam fazendo aflorar as diversidades de sentidos criadas a partir do movimento (MENDES; NÓBREGA, 2004, p. 133).

A partir dessa narrativa, convém destacar que, para compreendermos melhor os sentimentos produzidos na infância, é preciso que o resgate da memória significativa seja constante, pois as experiências e experimentações registradas em nossa memória afetiva, em muitas ocasiões, podem se tornar o norte na compreensão dos significados e das representações da infância que nos propusemos entender. Isso não deve estar ligado apenas a teorias e experimentos, pois temos o maior e mais completo acervo de pesquisa para esse fim, visto que nossa trajetória de vida começa exatamente no campo de experiencias da infância. Para Bosi (1993, p. 281) "A memória é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e o indivíduo".

Contudo, não devemos construir armadilhas ao ponto de acreditarmos em condições simplistas de pesquisa e argumentação. Como já questionado, nossas experiências e experimentações vividas no período infantil são apenas situações relacionadas ao sujeito, que, embora represente a realidade da infância, mesmo que de forma pontual e individual, por estar relacionada a realidade ímpar de um sujeito, não significam que podem e devam ser vistas por um único viés, afinal, como colocado, sujeitos vivem situações e realidades diferentes um dos outros, onde inúmeros fatores – como os de caráter cultural, social, econômico, político, psicológico e filosófico – também são responsáveis, juntamente com os quesitos tempo e espaço, pela construção dessas infâncias e suas memórias.

Todavia, reconhecemos que a infância não se apresenta de igual forma para todos, pois reconhecemos quem para muitos, a memória da infância não traz lembranças com significados totalmente positivos. Há, nas vivências das inúmeras infâncias, situações que não representam a condição favorável ao infante, ou mesmo o respeito por um momento onde essa infância deve estar presente de forma adequada, mas é sabido que a violência – sendo a impossibilidade de viver essa infância de forma digna e humana a pior delas – e o desrespeito a essas infâncias estão presentes na realidade de uma boa parcela dos sujeitos, sendo a causa de uma memória carregada de traumas e desafetos.

Bosi (1993) nos afirma que o tempo não é igual para todos, apesar de todos termos um tempo cronológico, cada pessoa o vive de uma forma diferente. Já Fenellon (2010) considera que o objeto da História é o tempo, mas é um determinado período de tempo que divide a História em suas épocas e propõe essas periodizações para poder lidar com o tempo histórico e com o passado. Porém, a autora adverte que esse não pode ficar apenas no passado sem ter uma ligação com o presente, pois é necessário questioná-lo e problematizá-lo, intencionado identificar onde cabe as reconfigurações propostas pelas evidências, ou pelas fontes históricas, que podemos entender essa reflexão como princípio para aplicação a nossa própria história e temporalidade. Para Bosi (1993), a concepção de memória, se assemelha a esse pressuposto, por se aceitar a mesma como uma fonte de material histórico que percebe, sob uma ótica, um determinado contexto do passado, sujeito às problematizações enquanto elementos na elaboração e construção do conhecimento, quando inserida em um método ou bases teóricas.

Importa considerar que o resgate da memória que expressa contextos prazerosos da infância sempre vai estar ligado aos momentos de alegria e felicidade, que, em geral, são causados por situações que envolvem o universo lúdico próprio da infância, onde a brincadeira obrigatoriamente está presente. Essa memória pode ainda trazer consigo cheiros, sabores, sensações e sons, além da imagem, pois os

momentos lúdicos relativos à infância são o marco na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo adquirido através dos sentidos, onde as experiências e as experimentações são constantes no universo de descobertas e aprendizados. Portanto, é necessário considerar que há fatores coexistentes no processo de desenvolvimento, não apenas cognitivos, mas das próprias experiências na formação da memória, propiciadas através das experimentações, das percepções do mundo físico e social, e dos aprendizados que cercam essas vivências e saberes construídos, onde o corpo se insere de uma forma dinâmica e ativa nas situações em que perpassa a educação humana (MENDES; NÓBREGA, 2004).

Torna-se, assim, imprescindível superar o modelo cartesiano das práticas educativas. Desprender-se da visão hierárquica de cultura, que permite uma fragmentação e separação da formação humana, que dá ao corpo uma função mecanicista e racional no processo de desenvolvimento humano, produzindo uma ideia de desconexão do corpo com elementos como cultura, cognição, memória e desenvolvimento, que são fatores que estão interligados quando é preciso compreender a corporeidade em seu sentido biocultural, e, reconhecer, portanto, que há uma historicidade do corpo que se constrói conforme as experiências ao longo da vida (MENDES; NÓBREGA, 2004). Uma historicidade que se percebe expressada pelas vivências, nos gestos, nos movimentos e seus significados, possibilitando espacialidades e temporalidades, e percepções própria que compõem as experiências coletivas e individuais que se registram na memória social e afetiva dos sujeitos. Mendes e Nóbrega nos asseveram que:

> Os gestos, considerados bioculturais, expressam a nossa própria vida individual e coletiva porque têm um sentido histórico. As dimensões históricas, por não serem consideradas imutáveis, mostram que a intencionalidade dos gestos expressa a maneira única de existir no ato do momento vivido, uma vez que o corpo humano, por estar atado ao mundo através de uma relação dinâmica, atribui sentidos que se renovam conforme a situação (MENDES; NOBREGA, 2004, p. 130).

Simon e Kuns (2014) pontuam que o brincar, nos vários espaços e especialmente na escola, que é um espaço de desenvolvimento, precisa de um olhar sensível sobre o movimento da criança, pois essa precisa ser orientada para que se perceba e se torne pertencente na sua relação com o mundo. Para tanto, é necessário superar a ideia de que o lúdico e a brincadeira no ato pedagógico precisam estar constantemente atreladas a atividades pré-definidas, estruturadas e esquematizadas, limitando a liberdade da criança de se movimentar e construir sua própria história no mundo. Tornando-se, portanto, fundamental explorar a espontaneidade das crianças em suas

brincadeiras, uma vez que elas podem criar, inventar e imaginar durante esse processo de interação em uma relação intimamente dialógica com o mundo físico e social, e, por meio desse movimento, estabelecer conexões e envolvimento, passando a produzir emoções e sentimentos a partir do ato de brincar (SIMON; KUNZ, 2014).

Desse modo, Fenellon (2010) considera que a memória social do sujeito, que também é produtora de história, esteja para além de uma percepção metodológica, pois ela dará voz a diversos acontecimentos permeados de significados, dentro de uma determinada historicidade, e esses precisam ser reconhecidos como fontes históricas importantes, pois se estabelecem como sujeitos ativos e não neutros na produção do conhecimento histórico, mesmo que isso aconteça em uma simples lembrança e experiência de um passado onde fora agente, e que essa lembrança faça parte de sua própria história.

O brincar desperta a imaginação, sentimentos, comportamentos, movimentos das crianças, em uma atitude livre, espontânea, dinâmica e ativa, tornando-se a possibilidade de vivenciar a "[...] essência de alguns fenômenos a serem experienciados" (SIMON; KUNZ, 2014, p.377). Além disso, não está dissociado da intencionalidade do ato educativo. Portanto, para desconsiderar as ideias errôneas a respeito da postura das crianças, é preciso compreender nas entrelinhas dos movimentos infantis durante a brincadeira e no próprio processo de corporeidade da criança o significado da sua ação. Cabe, portanto, de acordo com as autoras, ao professor, propiciar o espaço apropriado para que a criança desenvolva a imaginação e criatividade, disponibilizando lugares e materiais que estimulem o movimento de forma livre, desinibida e dinâmica, pois, esses fatores são:

> [...] essenciais para uma educação voltada à liberdade da imaginação e levam a muitas outras oportunidades e facilidades de apreensão de realidades, situações e fenômenos pelas crianças, não apenas para as aprendizagens formais da escola e sim para a vida. Encontra-se implícito nesse entendimento sobre a imaginação da criança o direito à vida que esta tem, ou seja, o direito de viver em liberdade e responsabilidade, (SIMON; KUNZ, 2014, p. 384).

Lopes (2009, p. 1616) nos alerta que "[...] Historicamente as crianças sofrem de um processo de exclusão por sua própria condição de infantil que é naturalmente diferente e divergente". Gonçalves (2016), em seus estudos sobre o debate acadêmico acerca da criança como sujeito de direitos, considera que o direito das crianças como educandas muitas vezes ;e deturpado e confundido pela própria escola com a reafirmação da proposição de deveres que as crianças devem cumprir no interior da escola, porém, os estudos pedagógicos compreendem

que estimular as potencialidades da criança através de momentos lúdicos é primordial para um desenvolvimento integral, e para uma construção saudável de memórias futuras, uma vez que a brincadeira é algo prazeroso para a criança e possibilita o registro de bons momentos, e de situações de vivências que se tornarão saudosas e que serão projetadas pela memória através de boas lembranças.

Nesse sentido, é importante discutir os aspectos que norteiam a brincadeira, considerando o caráter legal e o pedagógico. Desse modo, é essencial conhecer e compreender esses dois conceitos, como nos apontam Simon e Kunz (2014), ao inferirem que as interações e brincadeiras são essenciais para a formação humana, o que corrobora com a proposição das brincadeiras, também apresentadas como essências para o desenvolvimento das crianças desde os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, que nortearam o currículo da Educação Básica até o ano de 2017, e que reafirmavam o que as autoras declaram ao colocarem a brincadeira como necessária para "[...] uma formação humana integral, orientada para as diferentes dimensões humanas - linguística, intelectual, expressiva, emocional, fisiológica, social, cultural e espiritual" (SIMON; KUNZ, 2014, p. 380).

Já de acordo com a Base Nacional Curricular Comum – BNCC, o documento atual balizador da Educação Básica, considera-se que a criança tem direitos à aprendizagem e desenvolvimento por meio da interação e brincadeira, estabelecendo como parâmetro os campos de experiências, constituído pelo eu, o outro e o nós; pelo corpo, gestos e movimentos; pelos traços, sons, cores e formas; pela escuta, fala, pensamento e imaginação e pelos espaços, tempos, quantidades, relações, transformações (BRASIL, 2017). Dentro desses campos de experiências elencados, reconhecemos que todos estão relacionados às interações e reconhecimento do mundo, possibilitado pelas experimentações e nas relações apresentadas em cada situação vivenciada, primordiais para o desenvolvimento cognitivo e biológico da criança, onde se encontra presente a tríade corpo-emoção-linguagem, que são elementos imprescindíveis para esse desenvolvimento, pois possibilitam as percepções sobre o mundo físico e natural, permitindo construir compreensões sobre si, sobre suas relações com os outros, construindo e organizando as informações que serão registradas na memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar sobre a questão da ludicidade como elemento necessário para o desenvolvimento das crianças, percebemos que esse é um assunto permeado de inúmeras outras situações que acontecem paralelamente a ela. Em meio a essas situações, o sujeito se encontra envolto em vivências que perpassam não apenas a dimensão física, como também a cognitiva e cultural. Nesse sentido, elementos como ações, movimentos, identidades, valores e papéis sociais vão se construindo

a partir das representações que se absorvem do mundo, aquisições essas que são feitas através das experimentações desse que, na infância, é possibilitado exatamente pelo ato de brincar.

Compreendemos como necessário adquirir um olhar mais sensível e mais humano sobre as várias experiências que constituem essas infâncias, especialmente quando essas experiências se apoiam pelo ato de brincar da criança e pela própria brincadeira em que estas encontrarem-se imersas. Eeconhecemos que, através delas, às crianças, é possibilitado o estimulo a sua imaginação, que, por sua vez, contribui para que essas crianças possam formar suas ideias sobre o mundo e se reconhecerem parte desse. Assim, permite-se que, na infância, sejam construídas as primeiras representações sobre si e sobre o outro. Por isso, é tão importante brincar individualmente ou coletivamente, pois é por meio de interações com o mundo e com o outro que se possibilita a formação, tanto de uma identidade própria, quanto a formação de uma identidade coletiva, e estas construções identitárias estão intrinsicamente arraigadas a uma memória social, que vai se construindo ao longo da vida e produzindo os conhecimentos dos sujeitos uma concepção corpórea, histórica e cultural.

A criança é corpo, é movimento, é criatividade, é espontaneidade, é sentimentos, é sujeito construtor de suas identidades, sendo, portanto, produtora de cultura, de conhecimentos, experiências, e de memória social e afetiva, que as permitem se constituírem como protagonistas no mundo. Não enxergar essas implicações pode implicar em um erro capaz de invisibilizar a própria infância e de negar o direito dessas infâncias de construírem, a partir de suas experiências, conhecimentos e memórias de maneira dialógica sobre o universo físico e social em que estão imersas.

Por isso a importância da ludicidade durante o desenvolvimento desses sujeitos, em especial durante sua infância, que é a etapa em que a criança começa a dar seus primeiros passos na construção sua visão de mundo e do mundo, sendo que esses registros permanecerão na memória, alicerçando a maturidade dos sujeitos enquanto adultos, pois, é através de vivências próprias que envolvem seu corpo, o brincar, a brincadeira por meio ações individuais ou de interações sociais, que se estimula a formação de saberes e sentimentos que constituem suas lembranças de vida, produzindo, portanto, um conjunto de experiências e conhecimentos adquiridos que confirma a memória social e afetiva desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BOSI, E**.** A pesquisa em Memória social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 277-284, 1993.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SE, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

FENELLON, D. Pesquisa em história: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, Ivani. (org). **Metodologia da pesquisa Educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRA, V. A. As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 15, n. 1, pp. 163-168, 2012.

GONÇALVES, Gisele. A criança como sujeito de direitos: limites e possibilidades. **Anais ANPEDE UFPR**, Curitiba, 2016.

HENICK, A. C; FARIA, P. M. F. História da Infância No Brasil. **Anais do XII EDUCERE**, Curitiba, 2015.

LOPES, Francisca Rodrigues. Infância e diversidade: concepções e práticas de inclusão de crianças "diferentes". **EDUCERE: IX Congresso Nacional de Educação. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. Curitiba, 2009

MENDES, M. I. B. S; NÓBREGA, T. P. Corpo, natureza e cultura: contribuições para a educação. **Revista Brasileira de Educação**, p. 125-137, 2004.

NÓBREGA, T.P. **Para uma teoria da corporeidade**: um diálogo com Merleau-Ponty e o pensamento complexo. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba. (UNIMEP), Piracicaba, 1999.

PINO, A. **As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski**. São Paulo: Cortez, 2005.

LOPES, F. R. Infância e diversidade: concepções e práticas de inclusão de crianças "diferentes". **EDUCERE: IX Congresso Nacional de Educação**; **III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. Curitiba, 2009

SIMON, H. S; KUNZ, E. O brincar como diálogo/pergunta e não como resposta à prática pedagógica. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 375-394, 2014.

O CÓDIGO DE ÉTICA DA PSICOLOGIA NA BERLINDA SOCIAL: O JULGAMENTO MORAL DE PSICÓLOGOS/AS

Vieira Junior,Luiz Augusto Mugnai[10]

RESUMO:
A ética está presente no exercício do/a psicólogo/a e o julgamento moral tem se tornado um problema que cada vez mais frequente e problematizado no campo ético da Psicologia. É a ética se encontra em parte no fato de sermos seres sociais, uma vez que estabelecemos relações com outro, e para isso usamos do diálogo, do discurso e da política para a nossa convivência em coletividade. Para tal, é preciso ser ético, isso quer dizer ter trato para com outro almejando não prejudica-lo. Entretanto, há um conjunto de problemas que estão ligados ao comportamento das pessoas e às suas relações, entre si e com o mundo, isso quer dizer o modo de agir das pessoas a partir dos seus respectivos valores vão aspectos éticos. A partir disso, o artigo se propõe uma reflexão filosófica dos conceitos ética e moral para pensar a conduta de profissionais da Psicologia. Ademais, discutir a ética no campo da Psicologia nos possibilita entender o quanto a Psicologia como Ciência não pode se adaptar a moral do psicólogo e sim este como profissional suspender, em exercício, dela e dessa forma ter uma conduta ética sem que os seus valores prejudique o outro.

PALAVRAS CHAVE: moral; ética; filosofia; código de ética; psicologia.

INTRODUÇÃO

Falar sobre o exercício do psicólogo/as é olhar para importância que o modo de agir do profissional tem ganhado atenção para uma sociedade cada vez mais atenta e combatente de preconceitos que possam ferir a ética social. Muitas vezes, a opinião de um/a psicólogo/a reforça preconceitos e exclui determinados grupos; e talvez na equivocada sensação de estar no direito de tê-los alguns profissionais acabam agindo de maneira antiética.

Frente a este cenário, percebe-se a necessidade de mergulhar numa discussão conceitual sobre ética e moral que foi e continua sendo ao longo da história do pensamento humano problematizada pelo campo filosófico e cientifico afim de esclarecer de como somos seres éticos e precisamos estar atentos para que determinadas crenças ou sistemas de valores prejudiquem o outro no seu direito de ser e de se comportar.

Este breve estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo exploratória bibliográfica com abordagem qualitativa, tendo em vista a intenção de compreender como a ética, que filosoficamente falando, consiste no modo de agir e que se difere da moral, pois, está fundamentada num sistema de valores, na crença pode reforçar

[10] Graduado e Doutor em Ciências Sociais e discente do curso de pós-graduação em Psicologia Social. E-mail: gutomug@gmail.com.

preconceitos se distanciando de um exercício de ética profissional como da Psicologia. Tal presente pesquisa parte de uma indagação inicial: o que a Filosofia pensou e ainda têm pensado sobre a ética e a moral? Como ainda, o pensamento filosófico contribui e fundamental as bases cientificas como as da Psicologia? Para uma possível resposta, o caminho proposto é uma aliança reflexiva entre o pensamento filosófico antigo com o pensamento filosófico atual. A ética e a moral fazem parte daquele rol de palavras e conceitos que frequentemente usamos, mas que geralmente temos alguma dificuldade em explicar o que significam. Observa se que ao falar sobre ética e moral os dois termos parecem querer dizer quase a mesma coisa, mas, é importante destacar que eles não são a mesma coisa. Tal sensação de serem quase sinônimos é que os dois conceitos estão entrelaçados, isso quer dizer a moral está envolvida com a ética e vice-versa, mas não são a mesma unicidade. Vários são os filósofos como Cotrim e Fernandes (2016), Chauí (2002), Aranha (1993) e Barros Filho (2013) que destacam as proximidades e distanciamentos desses dois conceitos importantes para Filosofia. A partir desses teóricos filosóficos pode-se dizer que enquanto a moral compreende a fundamentação dos valores (conjuntos de costumes, normas, hábitos) a ética estuda os diversos sistemas morais. Uma vez que, a Ética é a disciplina teórica que trata da prática humana, o comportamento moral. Está aí, o fato de a Ética ser uma área de estudo da Filosofia e a moral o objeto desse estudo.

ÉTICA E MORAL

Segundo Cotrim e Fernandes (2016) a ética como a epistemologia, a estética, a linguagem, a política, a lógica e a metafísica são as grandes áreas do filosofar.

> Ética - Disciplina filosófica que investiga os diversos sistemas morais elaborados pelas sociedades humanas, isto é, as normas, interdições (proibições) e valores que orientam a conduta e os costumes dentro de uma comunidade ou cultura (COTRIM; FERNANDES, 2016, p.88).

Ademais, a moral consiste na faculdade de observar a própria conduta e julgar (isto é, formular juízos, valores) sobre os atos passados, presentes e as intenções futuras (COTRIM, FERNANDES, 2016). Já a Ética "ou estudo das condições de possibilidade da ação moral enquanto realizada por liberdade e por dever" (CHAUÍ, 2002, p.65). Portanto, observa-se que enquanto a ética está relacionada com o outro (a consciência do tempo e do mundo e dos outros) a moral está relacionada com "o comigo mesmo" (é a consciência do próprio indivíduo). Em síntese a ética é um exercício de pensar o outro e de um olhar sobre outro. Ao passo que a moral é acionar a si mesmo os seus valores que são construídos socialmente, culturalmente, historicamente e subjetivamente. Em um esquema simplificado pode-se afirmar que:

MORAL (EU) <-->ÉTICA (OUTRO)
Figura 01. Esquema da relação e diferença sobre moral e ética.

A figura 01 mostra que moral e ética possuem relação entre elas como demonstra a flechinha em direção a moral e a ética, mas apesar desse vinculo simultâneo, são diferentes. Com iremos no próximo tópico discutir sobre o julgamento moral dos profissionais que podem ferir o código de ética profissional. É interessante ainda, destacar que moral, amoral e imoral estão relacionadas, no entanto, são expressões com significados distintos. Segundo Aranha (1993) imoral é todo tipo de comportamento ou situação que contraria os princípios estabelecidos pela moral. (enfrentamento da moral vigente). Por exemplo: mentir para alguém que confie em nós. A mentira é vista como algo errado, assim mentir desrespeita as normas morais sociais. Já, amoral é o tipo de comportamento ou situação de ausência do conhecimento ou noção do que seja a moral. (desconhecimento da moral que vigora).
As pessoas com comportamentos amorais não sabem quais os princípios morais de determinadas sociedade, por isso não os segue. Por exemplo, uma determinada etnia indígena que desconhece que deve andar vestido na cidade; tal grupo não está tendo um comportamento imoral e sim amoral por desconhecer o sistema moral daquele lugar, no caso o centro urbano.

> Amoralismo: ausência de princípios morais; o ato amoral é o que se realiza à margem de qualquer consideração a respeito das normas morais. Não confundir com o ato imoral, que supõe a existência de formas morais, no caso, transgredidas (ARANHA, 1993, p.350).

Para Aranha (1993) tanto a ética e a moral são reflexões problematizadas pela Filosofia e também pelo conhecimento científico. Ambas são construídas socialmente, individualmente e historicamente. Isso quer dizer segundo a filósofa que as regras morais mudam, são recriadas, algumas são mais inflexíveis, outras sedimentadas, esvaziadas, caducadas, outras sem sentidos e ultrapassadas. Os valores são atribuídos ao longo do tempo e do espaço que estamos inseridos; isto é, os valores vêm em parte da nossa cultura; da nossa comunidade que pertencemos; da época que vivemos e do lugar que vivemos. Nessa dinâmica da vida existem forças antagônicas, entre os valores como expressa a figura 02, isso quer dizer: uma moral conservadora que está em movimento com uma moral progressiva que vão negociar, conservar, mudar, retroceder e avançar os valores em um sistema de continuidade e descontinuidade, conservação e transformação, ruptura e manutenção.

MORAL CONSERVADORA <-----> MORAL PROGRESSIVA
Figura 02. Dinâmica dos sistemas de valores morais.

Ademais, os valores são construídos subjetivamente, cada indivíduo vai se apropriar da moral social de forma singular e significa-la de sua

maneira; até porque ninguém nasce provido de moral e sim se adquire moral. Observa-se que o sujeito moral tem a intuição dos valores como resultado da intersubjetividade, ou seja, da relação com os outros. Os valores estão nos discursos sociais, nas instituições sociais, nas relações sociais. Por isso que: "há uma longa caminhada a ser percorrida para a aprendizagem de descentralização do eu subjetivo, a fim de superar o egocentrismo infantil e tornar-se capaz de "conviver"" (ARANHA, 1993, p.277). É importante enfatizar que ao conceber uma História da ética/moral enfim, como a moral/ ética foram sendo tratadas, problematizadas e refletidas ao longo do tempo, iremos observar que nesse processo histórico, vai haver uma espécie de "receitas" de ética/moral de vários filósofos e correntes filosóficas. A moral socrática segundo Cotrim e Fernandes (2016) via que todo homem possui a moralidade, mas só a liberta através da reflexão. Por isso, o seu método é fundamentalmente um processo de aperfeiçoamento interior, de procura do bem. Para Sócrates só há uma virtude: a sabedoria. É nela que está o nosso modo de agir ou a nossa conduta que devemos ter com os outros.

> Sócrates interessam o homem e suas ações, exatamente aquelas tidas como virtuosas, numa época em que ser virtuoso é quase sinônimo de ser cidadão e tudo se justifica em nome da virtude — até mesmo as injustiças (...) o que é a virtude? Conhecê-la torna-se, assim, o principal objetivo do verdadeiro conhecimento — só pratica o mal quem ignora o que seja a virtude. E quem tem o verdadeiro conhecimento só pode agir bem. Desse modo, conhecimento e virtude tornam-se sinônimos (ABRÃO, 9999, p.22).

Tal citação da filósofa Bernadette Siqueira Abrão (2011) quer dizer que o bem do homem é por meio da razão em posição daquilo que são propriedades do corpo que se tornam enfermidades à saúde da alma. É preciso, como descreve Abrão (9999), perceber que o verdadeiro é alcançado por aquilo que são mais razoáveis. Por isso, para Sócrates que foi considerado o fundador da Ética a virtude não deve ser ignorado, pois ela é a reflexão ou a sabedoria " pensar racionalmente as questões morais implica denunciar tudo aquilo que aparece como virtude, desmascarando-o na sua falsidade" (ABRÃO, 2011, p.22). Discípulo de Sócrates, Platão se alicerça na a moral/ética socrática para desenvolver a chamada ética/moral platônica. Para o filósofo as principais qualidades morais citadas por ele são: a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça, as quais são fundamentais para o agir ético. Para o pensador grego, "toda virtude é conhecimento". Ele descreve que o grande e maior dos males, é realizar atos injustos, sendo que o bem pode ser ensinado, pois a virtude está na opinião correta e no atingir a verdade. São conceitos ético-políticos o estatuto de ideias (justiça, bondade, bem, beleza que estão inscritos na alma de todos os homens. Tanto para Sócrates como para Platão a moral está na ideia de bem, virtude, de bem-estar, no compromisso do filósofo com a verdade. Para os dois

filósofos antigos existe uma verdade, que é possibilitada pelo conhecimento. Dessa forma, a Filosofia capacitada de argumentos racionais se distancia dos apelos emocionais, apelativos e de interesses pessoais, um comprometimento com o bem, com o justo e com a verdade. Segundo Chauí (2002, p.11):

> Filosofia seria a arte do bem viver. Estudando as paixões e os vícios humanos, a liberdade e a vontade, analisando a capacidade de nossa razão para impor limites aos nossos desejos e paixões, ensinando-nos a viver de modo honesto e justo na companhia dos outros seres humanos, a Filosofia teria como finalidade ensinarnos a virtude, que é o princípio do bem-viver.

É nesse aspecto da virtude como essência do ser humano que se pode refletir a ética/moral aristotélica. Segundo Cotrim e Fernandes (2016, p.25):

> O ser humano, por sua vez, dispõe (...) o pensar de forma racional. Essa seria, portanto, sua virtude essencial. Assim, o ser humano só alcançará seu fim e bem supremo (a felicidade) se atuar conforme sua virtude, que é a razão.

Em outras palavras, para Aristóteles a virtude que era a conformidade com o bem, dignidade, com a excelência moral ou de conduta também era vista como uma purificação, um caminho racional de se manter distante dos prazeres dos vícios e excessos. Por isso Cotrim e Fernandes (2016) destacam a importância da prática da virtude (areté) que consistia na harmonia, na medida (métron) e na proporção que proporcionava a ordem cósmica ao contrário do caos, a desordem.

O grande objetivo do homem pra Aristóteles é a eudaimonia, ou seja, a felicidade. Para tanto, devemos nós nos valer do justo meio, ora o justo meio nada mais é que aquele comportamento intermediário entre dois opostos, por exemplo, entre a audácia e a covardia está a coragem (virtude), ente a precipitação e a negligencia está a prudência (virtude) e entre a fraqueza de vontade e a vontade obsessiva está a perseverança (virtude).

Notemos que sempre dois vícios há uma virtude. Para ele, a virtude representa o meio-termo, a justa medida de equilíbrio entre o excesso e a falta de um tributo qualquer. Aristóteles insistia em que a felicidade verdadeira é conquistada pela virtude, pela vontade humana, ação e busca de bons hábitos se utilizando da razão, enfim, as virtudes intelectuais. Vale lembrar, que na idade antiga, existiam as correntes filosóficas como estoicismo que via a ética na paz interior e no autocontrole individual guiado por uma razão universal que a tudo abrangeria e epicurismo que tinha a ética como o bem pelo prazer e o mal pela dor (CHAUÍ, 2010). Além delas, havia os sofistas, grupo que diferente dos filósofos não tinham nenhum compromisso com a verdade bem como cobravam por suas lições. Até porque segundo Cotrim e Fernandes (2016) os sofistas eram professores viajantes e sendo relativistas não acreditavam numa ideia

absoluta de verdade ou de bem ou de mal. Os mestres da sofistica estavam centrados no jogo de palavras, nos raciocínios e nas concepções para driblar as teses de adversários e convencer as pessoas, isso quer dizer que a retórica e o convencimento eram mais importantes do que a verdade ou ideia de bem e até mesmo um modo de agir ético.

Ademais, as questões que envolvem a ética e a moral não eram algo que se restringem aos gregos antigos, uma vez que também eram reflexões da filosofia oriental; com a de Confúcio. Entre tais reflexões chinesas, estava a de Confúcio, que tinha a ética da reciprocidade, também chamada de regra de ouro ou regra áurea, que consiste na máxima moral ou princípio moral em que: "Cada um deve tratar os outros como gostaria que ele próprio fosse tratado" (RIBEIRO, 2008).

E assim, a moral/ a ética vão atravessando a história da humanidade, da Filosofia. A ética/ a moral na Idade Média rompe com a ideia de ética grega antiga, porque acredita que o fim último da vida (a felicidade) como destacava Aristóteles não esteja presente no mundo terreno e sim no mundo celestial. A ética cristã está ancorada nos textos sagrados do Antigo e do Novo Testamento. Baseia-se na ideia da existência de um Deus criador e juiz a quem prestamos contas. Ética cristã (das bem-aventuranças) – constitui uma elevação da ética natural, pelas exigências maiores que traz, em face do bem mais elevado para o qual aponta: a felicidade eterna (S. Agostinho e S. Tomás de Aquino). Segundo Aranha (1993, p.74):

> É pelo exercício do livre-arbítrio, agora que o homem entra em contato com o sagrado. Ao dar a sua livre adesão ao bem, torna -se um aliado da divindade, praticando o "dever " religioso.

O conceito do livre-arbítrio, de acordo com Cotrim e Fernandes (2016), é a noção de que cada indivíduo tem a liberdade, a possibilidade de escolher como agir, de acordo com sua própria vontade. Portanto, pode optar livremente por aproximar-se de Deus ou por afastar-se dele. O afastamento de Deus seria o mal, e a aproximação o bem de acordo com o filósofo medieval Santo Agostinho. A ética cristã em semelhança com a ética da virtude é uma ética teleológica, possui uma finalidade culminante; que a felicidade está na salvação.

O novo período que vem posteriormente, não mais vê a reflexão da ética/moral nos valores religiosos; é período moderno culminado em uma ética antropocêntrica, uma ética explicada por valores humanos por humanos. A compreensão é natureza humana pela natureza humana. O ser humano tenta explicar o mundo e tudo que o envolve por ele mesmo; é a ciência e a razão em seu retorno triunfal. Portanto, de acordo com Cotrim e Fernandes (2016) no terreno da reflexão ética, esse fato orientou uma nova concepção moral, centrada na autonomia humana.

Entre os diversos filósofos da época moderna, Emanuel Kant que via a ação humana, o modo de agir, a ética deve ser orientada pela razão.

Pois, a lei moral assim como as leis físicas ou naturais é uma lei universal; em outras palavras invariáveis e aplicáveis para todos, pois na ação moral, a vontade é autônoma e livre com uma ética do dever realizada por todos os outros indivíduos sem prejuízo para a humanidade.

> O grande salto proposto por Kant foi afirmar que existiriam juízos sintéticos a priori. Logo, poderiam existir predicados que acrescentariam conhecimento ao sujeito, mas que existiriam na mente humana. Portanto, existiriam ideias na mente humana que seriam impostas à natureza a partir da interação homem-natureza. Essa era a chave de construção da lei (PEDUZZI; MARTINS; FERREIRA, 2012, p.217).

Entretanto, "a doutrina kantiana foi ao mesmo tempo criticada e elaborada pelos idealistas alemães pós kantianos" como diz Mora (2001, p.6). É outro momento que se inaugura a reflexão ética na idade Contemporânea (séculos XIX e XX) que se desdobrou em uma série de concepções distintas acerca do que seja a moral/ética e tinha a sua fundamentação como ponto comum a recusa de uma explicação exterior, transcendental para a moralidade e agora centrando no indivíduo concreto a origem dos valores e das normas morais como ressalta Monteiro (2016).

Pensando se existem valores morais e éticos válidos universalmente? A Filosofia Contemporânea se constituindo em um mosaico de ideias e seria nele que encontraremos como, os supracitados filósofos/as, a teoria da realidade concreta de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (da existência de uma realidade independente do sujeito). Fundamento esse contrário de Arthur Schopenhauer que influenciado por Kant ressalta a importância do sujeito (da realidade subjetiva) que diferente de Karl Marx acredita que não existe o indivíduo formado fora das relações sociais. O filosofo alemão e Friedrich Engels (2007,) enfatizam esse ponto ao afirmar que a essência humana é o conjunto das relações sociais. Já, o pensador do materialismo histórico que vê o ser humano um ser histórico social diverge de Sartre e sua teoria do existencialismo que responsabiliza o sujeito por aquilo tudo que ele faz.

Isso tudo quer dizer, como destacam Cotrim e Fernandes (2016) e também Monteiro (2016) que não existe uma moral universal e sim um senso moral que descreve o sentimento que condiz com a moralidade, conforme os valores morais que existem em determinada sociedade. É a moral e o modo de agir em relação ao outro construído historicamente, uma relação do indivíduo com o conjunto social que é implicado pela cultura, aspectos ideológicos e discursivos. Dentro dessas perspectivas filosóficas, a moral se destaca, pois, parte da ideia de que não existe uma moral absoluta. Não há uma verdade absoluta. Nem uma ideia de bem ou mal (NIETZSCHE, 2002). E assim sendo, deve se partir segundo o filósofo de uma moral dos vitoriosos, dos mais fortes, os da moral nobre, aquela moral que superou a submissão irrefletida dos valores dominantes da civilização cristã e burguesa.

Vimos que a ética kantiana tem a finalidade de fundamentar o princípio moral universalmente válido. O filósofo Emmanuel Kant (2004) parte da ideia que qualquer ser racional tem consciência do fato de que existe a lei moral, que opera como razão, uma lei válida para todos. Entretanto, Friedrich Nietzsche realizou uma crítica radical e impiedosa à tradição filosófica e aos valores fundamentais da civilização ocidental, construindo um pensamento diferente e original, uma Filosofia "a golpes de martelo". Portanto, para a ética nietzschiana não há ideia absoluta de bem e mal, considerados valores essenciais, imutáveis e eternos (NIETZSCHE, 1976).

A ÉTICA NA PSICOLOGIA (SOCIAL)

Como foi ressaltado, quando se fala de ética e moral é necessário perceber que ambas são construções sociais que variam em uma determinada cultura e que advém de processo histórico e que são apropriadas subjetivamente. Descrito no tópico anterior, a ética e a moral estão presentes nas relações sociais, por isso o modo de agir do/a psicólogo/a afeta o outro, a coletividade e a sua conduta está balizada pelo código de ética. Na Filosofia a Deontologia compreende o estudo dos conceitos básicos do direito e do dever, fundamentados na forma racional do "dever- ser" (KANT, 2004). A deontologia também seria conjunto de princípios e regras de conduta ou deveres de uma profissão.

Como vimos, a moral cerceia a ética, ela está, muitas vezes, ali enquanto um contorno no modo de agir ético do profissional. Grande parte das profissões está fundamentada no conhecimento cientifico. E assim, a ética é o alicerce para que as ciências, assim como citado, área da filosofia. A filosofia é a mãe e rainha das ciências

> Vemos então que, embora hoje em dia a filosofia e a ciência sejam entendidas como duas áreas de estudo muito distintas e separadas, nem sempre foi assim. Desde a Grécia antiga, o saber filosófico reunia o conjunto dos conhecimentos racionais desenvolvidos pelo ser humano: matemática, astronomia, física, biologia, lógica, ética, política etc. Não havia separação entre filosofia e ciência. Elas estavam fusionadas, eram a mesma coisa. Até mesmo a investigação sobre Deus (a teologia) fazia parte das especulações dos filósofos (COTRIM, FERNANDES, 2016, p. 85).

Dessa maneira, A Filosofia é outra forma de conhecimento. A Filosofia não é ciência. Mas, foi a Filosofia que originou todas as ciências. Podemos afirmar então, que a Filosofia é a mãe e a rainha de todas as ciências e, portanto, da Psicologia. Segundo Rose (2008) a psicologia é uma ciência que estuda o comportamento humano; isso mostra que ela busca compreender não somente o modo de se comportar individual, mas também social. Anteriormente e ainda a Psicologia é, regularmente, nomeada a Ciência do indivíduo principalmente sob os aspectos biológicos. Entretanto, "a Psicologia tenha sido classificada sucessivamente entre as ciências naturais (Wundt), as ciências sociais (tradição socializante) e, mais

frequentemente, entre as ciências ditas humanas". Segundo os autores "a Psicologia Social como uma nova ciência dentro do conjunto das ciências sociais, demarcando assim uma nova fronteira entre as ciências naturais e sociais, que teria lugar no próprio interior da Psicologia" (RETO; LOPES, 1980, p.185-186).

Como se observa a Psicologia busca a compreensão do ser humano. E a partir do cabedal teórico cientifico e filosófico, o profissional da Psicologia cabe não julgar moralmente ou ser preconceituoso, uma vez que agindo assim se distancia não somente dos fundamentos da cientificidade do campo psicológico como também da ética de seu exercício profissional. De acordo com Cotrim e Fernandes (2016) e outros filósofos aqui citados, a Filosofia e a Ciência se utilizam do pensamento crítico que consiste em uma análise crítica que ponderada que por meio de uma reflexão argumentativa e observação da realidade que diferencia do julgar moralmente por meio de certo ou errado, bem ou mal (visão maniqueísta).

> Códigos de Ética expressam sempre uma concepção de homem e de sociedade que determina a direção das relações entre os indivíduos. Traduzem-se em princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais. Por constituir a expressão de valores universais, tais como os constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos; socioculturais, que refletem a realidade do país; e de valores que estruturam uma profissão, um código de ética não pode ser visto como um conjunto fixo de normas e imutável no tempo. As sociedades mudam, as profissões transformam-se e isso exige, também, uma reflexão contínua sobre o próprio código de ética que nos orienta (CÓDIOGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICOLOGO, 2005, p.5).

Como discutido, ninguém tem o direito de ter preconceito, ou acreditar que pode exigir da liberdade de ter crenças preconceituosas que desqualifica, inferioriza ou patologiza uma pessoa ou grupo. Segundo o Código de Ética do Psicólogo (2005, p.9) Art. 2º – Ao psicólogo é vedado:

> b) induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;

Como se observa a Psicologia busca a compreensão do ser humano. E a partir do cabedal teórico cientifico e filosófico no qual se sustenta a Psicologia, o profissional dela não cabe julgar moralmente ou ser preconceituoso, uma vez que agindo assim se distancia não somente dos fundamentos da cientificidade do campo psicológico como também da ética. Muitas vezes, como iremos abordar aqui no caso da psicóloga Marisa Lobo[11], ao declarar algo como uma opinião ou o direito

[11] Marisa Lobo se apresenta como "psicóloga cristã" e ficou conhecida pela atuação em causas conservadoras, como o enfrentamento à "ideologia de gênero" (UOL, 2020, s.p).

de ter crenças, na realidade, está camuflando preconceitos. Por isso, é válido esclarecer que preconceito não é opinião; isso quer dizer que não existe direito em ter preconceito. Segundo Ana Paula de Carvalho (2012) o preconceito implica um julgamento prematuro e inadequado sobre determinada coisa ou ainda uma opinião formada sem reflexão, mas que, principalmente, vem acompanhada de ideias negativas, desvalorização, desprezo, hostilidade e predisposição em discriminar em relação naquilo que está sendo julgado seja uma pessoa ou um grupo seja uma ideia ou um comportamento. Preconceito é violência e, muitas vezes, crime.

Note-se que as ideias preconceituosas de uma pessoa são, muitas vezes, mais baseadas em rumores do que em provas diretas; são ainda resistentes à mudança mesmo em face de novas informações (GIDDENS, 2010). Algo verificado, e muito comum nas divergências de opiniões entre os usuários das redes digitais. Muitas vezes, mesmo provando que a opinião divergente não tem validade porque é falsa ou não tem fundamentado ou ainda é preconceituosa, frequentemente, o ser opinante não consegue abrir mão dela e pior faz uso dela como um escudo protetor de sua distorção, ignorância e preconceito.

Quando agirmos, por exemplo, omitir a opinião sobre uma pessoa ou grupo e essa declaração ou o sistema de valores que acessamos ou nos apropriamos prejudica essa pessoa ou grupo estamos sendo antiéticos. Pensar racionalmente as questões morais implica denunciar tudo aquilo que aparece como virtude, desmascarando-o na sua falsidade (ABRÃO, 9999). Os princípios éticos existem espontaneamente na coletividade, por consenso da comunidade, podendo se apresentar também de forma escrita, por isso os códigos de ética que, muitas vezes, vão tentar revolver os problemas que aparecem no decorrer do exercício da profissão, como por exemplo, um preconceito que se veste em opinião. Junto do código de ética, em complemento, estão os órgãos competentes, por associações profissionais e conselhos de classe. É pelo Código de Ética que o profissional é orientado a seguir as diretrizes normatizadas conforme as funções esperadas de um profissional no ambiente de trabalho, no caso aqui de um psicólogo/a.

A opinião pode ser refletida como algo que envolve o social e o interpessoal como Giddens (2010) destaca em seus estudos para o entendimento do comportamento humano em sociedade. Opinar possui, fundamentalmente, dois aspectos: de nos constituir como sujeitos e também como seres sociais. A sua importância se repousa na ideia que ao opinar, estamos nos posicionando e assim nos definindo como sujeitos, mas, também como seres sociais, pois o ato de emitir opinião requer o respeito ao outro e dessa forma a nossa relação de sujeitos com a nossa coletividade. Em outras palavras, a

Percebe-se que Marisa Lobo tenta a Psicologia se adaptar as suas crenças religiosas e não ela se adaptar a Psicologia, o que levaria ela ter suas crenças, respeitar outras e não as usar num campo em que fossem instrumentos de exercício de profissão.

opinião é uma liberdade individual como também a liberdade coletiva do outro; pois além de sermos indivíduos somos coletivos.

A partir dessa reflexão podemos pensar que o caso da Psicóloga Marisa Lobo que foi repercutido pela mídia sobre o seu posicionamento a favor da "cura gay" e contra os estudos de gênero nas escolas. Tais declarações trouxeram a possiblidade e análise de cassação do diploma de psicologia de Lobo, envolvendo diversas instituições e órgãos, como o Conselho de Psicologia, Supremo Tribunal Federal e grupos religiosos. O caso se tornou midiático como foi mostrado nas matérias: "STF indefere pedido da Psicóloga Marisa Lobo e confirma a legalidade das ações do CRP-PR" (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – PARANÁ, 2016, s.p); "Perdeu! Marisa Lobo, que era a favor da "cura gay", tem registro de psicóloga cassado" (UOL, 2014, s.p) e "Psicóloga evangélica ganha batalha contra Conselho" (UOL,2017, s.p). Marisa Lobo chegou até ter o diploma cassado em 2014, entretanto, a cassação foi revogada pela Justiça Federal em 2015.

Outros casos também ocorreram; e com certa frequência, como por exemplo, da psicóloga Patrícia de Sousa Teixeira que assim como Lobo também patologiza a homossexualidade mesmo que tal orientação sexual não seja considerada doença pela Organização Mundial de Saúde (OPINIÃO CRÍTICA, 2020, s.p).

Diante do exposto, observa-se que o julgamento moral de psicólogos/as coloca a prática da Psicologia na berlinda, isso quer dizer, em xeque enquanto ciência, além de um afronte ao Código de Ética da profissão. Principalmente, porque a ciência e a filosofia, como discutiu-se aqui, não se utilizam de preconceitos, ao contrário, prima pela suspensão de valores que possam interferir, atrapalhar e manipular o que está sendo analisado, e mais; o modo de agir fica em descompasso do que se espera de um/a psicólogo/a, enfim, contradiz e rompe com as expectativas sociais nas quais o Código Ética se fundamenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moral é individual. A ética é coletiva (BARROS FILHO; POMPEU, 2013). Ser ético é não prejudicar o outro. Ser ético é ter um olhar de humanidade pelo outro. Ser ético é uma prática científica. A ética é um campo filosófico que estuda a moral. A ética é ação humana, o comportamento das pessoas e às suas relações, entre si e com o mundo. Somos seres éticos porque estabelecemos relações com o outro, isso, por conseguinte também nos faz seres políticos, sociais e culturais, pois usamos do diálogo e do discurso para a nossa convivência em coletividade. Para tal, precisamos ser éticos, isso quer dizer ter trato para com outro (SILVA, 2017). É nessa capacidade de conviver que nos fazemos éticos e cidadãos e assim também políticos. Segundo Aristóteles (2003) o ser humano é um animal político por viver conjuntamente com o seu semelhante. Ser político é todos nós, provido de direito de se organizar, de se comunicar, de interagir, de dialogar, de participar da vida pública. Até porque a política é capacidade de mediar conflitos, de nós seres

humanos participar e organizar a vida, o que se mostra contrário de um modelo que triunfa na violência, na sobrevivência do mais forte, na crença infundada e na opinião limitante e prejudicial ao coletivo.
Pensar racionalmente as questões morais implica denunciar tudo aquilo que aparece como virtude, desmascarando-o na sua falsidade (ABRÃO, 2004). É nesse aspecto, que casos com da Marisa Lobo se mostram combatidos pela maioria, seja no Conselho de Psicologia, Código de Ética seja pela própria Constituição Brasileira e Direitos Humanos.
O limiar da Filosofia foi influenciado por transformações sociais, culturais, políticas econômicas ao longo da história. Destacamos que o caminho da Filosofia foi e continua a ser o descortinar daquilo que é simplificado, confuso e distorcido (SILVA, 2017). A vida humana não é algo estático, está sempre em mudança. Assim, também são com as opiniões, elas mudam, mas também se conservam, estão dentro de um processo de continuidade e descontinuidade. É nesse perene mudar que a Filosofia não fica estatelada frente às transformações do mundo. O pensamento filosófico também se adapta aos tempos. Refletir o julgamento de alguns psicólogos/as é resgatar os espectros da Filosofia Antiga para quase sempre se possível promover diálogos com a Filosofia Contemporânea, sem perder de vista a sua validade e relevância frente o modo de agir profissional da vida atual.

REFERÊNCIAS:

ABRÃO, Bernadette Siqueira. **História da Filosofia.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

ARANHA, Maria Lúcia de**. Filosofando:** Introdução à filosofia. São Paulo. Moderna, 2ªedição, 1993.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BARROS FILHO, Clóvis; POMPEU, Júlio. **A filosofia explica as grandes questões da humanidade.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2013.

CARVALHO, Ana Paula de. **Desigualdade de gênero, raça e etnia.** Curitiba:Intersaberes, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia:** dos Pré-Socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
CHAUI, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: as escolas helenísticas, volume II / Marilena Chauí. São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICÓLOGO. (2005). **Código de ética do psicólogo.** Disponível em: < http://site.cfp.org.br/wp-

content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em 01 dez. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – PARANÁ, (2016). **STF indefere pedido da Psicóloga Marisa Lobo e confirma a legalidade das ações do CRP-PR.** Disponível em:< https://crppr.org.br/stf-indefere-pedido-da-psicologa-marisa-lobo-2DPR).>. Acesso em 20 nov.2020.

COTRIN, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos da Filosofia**: História e grandes temas. São Paulo: Saraiva, 2016.

GIDDENS, Anthony**. Sociologia.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkan, 2010.

KANT, Immanuel. **A Crítica da razão prática.** São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.

MONTEIRO, Ivanildo Luiz. **A história da filosofia contemporânea.** Curitiba: InterSaberes, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MORA, Jose Ferrater. **Dicionário de filosofia. São Paulo:** Edições Loyola, 2001.

NIETZSCHE, Frierich. **Além do Bem e do Mal.** São Paulo: Companhia das Letras , 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Genealogia da Moral.** ed. Lisboa: Guimarães& C. Editores, 1976.

OPINIÃO CRÍTICA. (2020). **Reviravolta:** Justiça derruba a cassação da psicóloga Patrícia Teixeira após liminar. Disponível em:< https://www.opiniaocritica.com.br/comportamento/reviravolta-justica-derruba-a-cassacao-da-psicologa-patricia-teixeira-apos-liminar/>. Acesso em 20 nov.2020.

UOL. (2014). **Perdeu! Marisa Lobo, que era a favor da "cura gay", tem registro de psicóloga cassado.** Disponível em:< https://acapa.disponivel.uol.com.br/perdeu-marisa-lobo-que-era-a-favor-da-cura-gay-tem-registro-de-psicologa-cassado/>. Acesso em 20 nov.2020.

PEDUZZI, Luiz O. Q.; MARTINS, André Ferrer P.; FERREIRA, Juliana Mesquita Hidalgo (Org.). **Temas de História e Filosofia da Ciência no Ensino.** Natal: EDUFRN, 2012.

RIBEIRO, Luís Felipe Bellintani. **História da filosofia I.** Florianópolis: Filosofia/EaD/UFSC, 2008.

RETO, Luís; ALBINO, Lopes. Objectividade e Ciências Sociais - 0 caso da Psicologia. **Análise Psicológica**; 2 (l): 185-192, 1980.

ROSE, Nikolas. Psicologia como uma ciência social**. Psicologia & Sociedade**; 20 (2): 155-164, 2008.

SILVA, Roseane Almeida. **Caminho da filosofia.** Curitiba: Intersaberes, 2017.

UOL. (2017). **Psicóloga evangélica ganha batalha contra Conselho.** Disponível em:< https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1915592-psicologa-evangelica-ganha-batalha-contra-conselho-na-justica.shtml.>. Acesso em 20 nov.2020.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Lima, Nivaldo Maia de[12]

RESUMO:
A finalidade deste artigo é polemizar como a constituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) interpela especificidades nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Partindo da concordância entre as três versões da BNCC, apresentamos mudanças que comprometem a educação nos anos iniciais. Especialmente, quando realçamos, como o ponto de vista atual gira em torno das questões conceituais e não favorece a articulação entre outros domínios do conhecimento escolar e como entender conforme o contexto social e histórico, das práticas investigativas. Debatemos consequências destas e outras alterações, que propõe a carência de mais tempo para um exame na elaboração e implementação do documento, bem como a importância de se estabelecer um diálogo com indicações já consolidadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

PALAVRAS CHAVE: Base Nacional Comum Curricular. Currículo. Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é indagar aspectos do processo de criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e se pode comprometer, o trabalho de docentes neste campo disciplinar. Buscamos possibilidades que fomente as alegações de que é preciso maior especialização na propositura da Base de uma democratização efetiva e contribuições de diversas esferas sociais. É considerável salientar que a atuação e a pesquisa acadêmica estão voltadas para o dia a dia da sala de aula e da escola na educação básica. A elaboração da BNCC acha-se posicionada no contexto amplo de políticas públicas educacionais bem como de discussões sobre a definição do que se deve ensinar na educação básica.

A BNCC especifica as práticas corporais em unidades temáticas que devem ser desenvolvidas em todo o Ensino Fundamental. Entre elas estão as brincadeiras e jogos, os esportes, as práticas de ginástica, as danças, as lutas, as práticas corporais e de aventuras.

O docente precisa estar ciente que o hábito recreativo de cada educando pode auxiliar ou prejudicar seu método pedagógico. Se o aluno está inserido em uma comunidade rural e o docente elabora um

[12] Graduado: História (UniNiltonLins) e Pedagogia (FLATED); Pós-Graduado: Proeja (IFAM) e Tecnologia em Educação (Puc - Rio). E-mail: nivaldomaia_1963@hotmail.com

planejamento com atividades que são estritamente urbanas, provavelmente haverá um conflito imediato no interesse da criança. Esta interação com atividades que não estão contextualizadas ao mundo imediato do aluno precisa ser aplicada conforme o tempo do próprio educando. É necessário que haja uma reflexão dentro do planejamento docente sobre os diferentes processos culturais envolvidos em torno de cada criança e, a partir desta, habituar o aluno respeitando o seu tempo de assimilação da atividade lúdica aplicada.

Ao tratarmos dessa discussão, é inaceitável deixar de considerar pontos de vistas, elaboração dos campos das políticas públicas da educação e dos estudos do currículo, como também, propensões detectadas a partir de pesquisas destas áreas.

Todos os fatores contribuem para o processo de construção de um currículo nacional.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A BNCC vem sendo centro de discussões há vários anos. Resistiu a seis ou sete ministros e por dois presidentes da república, e somente no ano de 2018 houve a sua efetivação. Durante Constituição Federal de 1988 já era esperada a formação de uma Base Nacional Comum Curricular para o ensino fundamental.

Em 1996, na LDB (Lei de Diretrizes e bases) foi definida a aplicação de uma base comum curricular que envolve toda a educação básica de ensino.

Já em 1997 foram preparados os Parâmetros Curriculares Nacionais citando cada disciplina do currículo acadêmico. A BNCC foi notada no Plano Nacional de Educação (PNE) no ano de 2014, e em setembro de 2015 a primeira exibição da BNCC é divulgada e denominada à pesquisa pública.

Na terceira exibição divulgada em 2017 e sua aprovação passou por julgamentos públicos por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), do qual na conclusão desta ação a BNCC é finalmente aceita pelo MEC. No final, a efetivação da base comum integralmente nas instituições foi esperada para decorrer dos anos de 2018 a 2020, percorrendo por fases, por exemplo, a relaboração dos currículos, reavaliação de ferramentas pedagógicas e preparo de educadores.

É importante salientar que a concepção da BNCC foi totalmente preparada de maneira igualitária, abrangendo os professores e integrantes da comunidade.

Sendo assim, "O objetivo da educação do conhecimento não é descobrir o segredo do mundo numa palavra mestra. É dialogar com o mistério do mundo. " Está em jogo a capacidade de mantermos vivos a ludicidade, o prazer e a alegria de penetrar no desconhecido em busca de resposta. É preciso caminhar na busca de soluções para os problemas que e nos atropelam e ameaça a condição humana, a dignidade da vida humana. Para que isto ocorra é preciso ter clareza onde estamos, sendo necessário sabermos aonde queremos ir que caminho escolher.

Estamos entrando numa era intitulada pós-industrial – também chamada de "era do conhecimento", a qual é fundamental o envolvimento do professor com a tecnologia, levando para os alunos este desafio. Estamos diante de formas de produção, acumulação e distribuição do conhecimento, novas necessidades humanas surgem nesta configuração de mundo em que estamos inseridos. Há cada vez mais demandas por atividades de entretenimento, devemos considerar que o período da educação agora é para a vida toda.

Ensinar é a mais influente realização social, que define a formação da emotividade geral necessária para mudar as pessoas. Talvez a educação possa intensificar as relações entre a capacidade atual da informação com o mesmo sentido produtivo da vida. É preciso desenvolver a razão ético-comunicativa que permita aos seres humanos construir consensos políticos fortalecendo processos democráticos e intensificando suas predisposições à solidariedade social. A educação deve contribuir com a disseminação da sabedoria de saber conviver nas diferenças. "Uma sociedade onde caibam todos só será possível num mundo no qual caibam muitos mundos". A educação se compara com essa cativante responsabilidade: desenvolver indivíduos para os quais a imaginação e a afetuosidade sejam obrigações existenciais societariamente estabelecidos.

A tendência em política social durante as duas últimas décadas tem sido a de promover integração e participação e de combater a exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrutamento e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades. Experiências em vários países demonstram que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais bem alcançada dentro de escolas inclusivas, que servem a todas as crianças dentro da comunidade. É dentro deste contexto que aqueles com necessidades educacionais especiais podem atingir o máximo progresso educacional e integração social. Ao mesmo tempo em que escolas inclusivas provêem um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários.

O ambiente pedagógico tem que ser um lugar de fascinação e inventividade, um ambiente de reviravolta e potencialização dos sentidos com os quais sensoriamos corporalmente o mundo. O conhecimento tem uma inscrição corporal e como tal é estratégico, vem acompanhado de sensação de prazer, é preciso pensar a Escola como um tempo e espaço de intensidade cognitiva, estética e ética. Um tempo e um espaço de constante apropriação e reinvenção do conhecimento, pensar a Escola a partir de uma visão educativa pautada na produção de experiências de aprendizagem.

Vários fatores, tanto internos, quanto externos, tais como: sentimentos, crenças, atitudes e percepções, emergiram da literatura como contribuições para o uso da informática no ambiente escolar, bem como estes fatores tornaram a inserção desses aparatos tecnológicos numa metodologia de educação mais compreensível para todo o grupo escolar.

Com a inserção da informática nas instituições escolares, é importante levar em consideração que ao incorporar novos instrumentos que podem auxiliar no método de ensino/aprendizagem, o docente deve ter atitude ou orientação positiva no que se refere à tecnologia para incorporá-la ao seu ensino. Pois as decisões de integrar a informática à educação baseiam-se em seus estilos e estratégias de ensino (SILVA, 2015).

Este grupo pode estar relutante em incorporar tecnologia porque não possuem as habilidades tecnológicas necessárias. Esta falta de habilidades é devida principalmente por não terem sidos treinados ou não foram modelados em tecnologia durante sua carreira acadêmica.

Na perspectiva de atividades lúdicas como contribuinte na aprendizagem, a figura do professor de educação infantil toma um importante papel, já que é o adulto, na figura de professor, portanto que na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras, ele que organiza sua base estrutural, oferta brinquedos, planeja o tempo e espaço para brincar. (BRASIL, 1998) deve-se unir a qualidade com a criatividade. A educação consegue bons "resultados" quando se preocupa com gerar experiências de aprendizagem, criatividade para construir conhecimentos e habilidade para saber "acessar" fontes de informação sobre os mais variados assuntos.

Desenvolvem-se também as práticas para o melhoramento da verbalidade e dos métodos de assimilação, percepção e desempenho, componentes fundamentais para a adequação do processo de escrita alfabética entre outros processos de desempenho, como os símbolos da matemática, os registros culturais, midiáticos e tecnológicos e as variedades de atuação da época e do lugar. Os educandos descobrem uma diversidade de acontecimentos que contornam concepções e criações científicas, expandindo estudos, pesquisas, questionamentos e fortalecendo descobertas.

Na coletividade do saber a escola necessita decodificar criticamente a dificuldade didática manifestando a partir de novos vocabulários. A escola pode e é desejável que privilegie a habilidade de acessar, decodificar e manejar conhecimentos. Toda proposta educacional implica fortes doses de cultura, percepção e desempenho de normas e análise de práticas já conservadas pela raça humana.

Os desafios que a educação necessita enfrentar requerem a junção entre emoção social e competência educativa. O acordo íntegro e político do educador deve manifestar-se no primor educacional e na cooperação para um ambiente positivo no contexto escolar.

As mudanças de valores, de comportamentos e concepções de vida e de mundo em jogo, que se apresentam em nossos dias, bem como as redefinições institucionais que compõem o tecido social contemporâneo, requerem mudanças e atualizações na forma como os professores se posicionam e desenvolvem suas atividades letivas. O docente deve ter a concepção de planejar e avaliar constantemente, acreditando que o aluno pode aprender.

Um bom profissional caracteriza-se pelo domínio de sua atividade específica, bem como pela dedicação que imprime em sua execução, tendo como meta o alcance da excelência no produto final de sua atividade. Do professor se requer que desempenhe adequadamente sua função educativa, tendo presente que o amor, o zelo e a dedicação na relação ensino-aprendizagem são imprescindíveis, porém, situados no âmbito do desenvolvimento e da busca de excelência profissional.

Assim, para que a atividade educacional seja positiva, cabe a todo grupo de professores se dedicarem, atuar e coordenar as práticas adquiridas na rotina decorrente às outras fases para que os alunos possam superar seus bloqueios, compreendendo as várias circunstancias obtida em muitas situações sociais e melhoram o aprendizado no decorrer de uma fase para a outra no meio do desenvolvimento de educação constante que constantemente irá passar por muitas alterações.

A elaboração da BNCC acha-se posicionada no aspecto vasto de políticas públicas pedagógicas assim como de discussões sobre a definição do que se tem de educar na formação básica. Ao tratarmos dessa discussão, é inaceitável deixar de ponderar pontos de vistas, elaboração dos âmbitos das políticas públicas da educação e dos aprendizados do currículo, como também, propensões detectadas a começar das buscas destas áreas.

No que se refere à Educação Física devem ser trabalhados os movimentos em cada atividade e também as expressões culturais. A intenção é que o aluno reconheça o significado cultural das práticas corporais, analisando a origem histórica e as relações de poder que ocasiona cada prática.

A BNCC especifica as práticas corporais em unidades temáticas que devem ser desenvolvidas em todo o Ensino Fundamental. Entre elas estão às brincadeiras e jogos, os esportes, as práticas de ginástica, as danças, as lutas, as práticas corporais e de aventuras.

O docente precisa estar ciente que o hábito recreativo de cada educando pode auxiliar ou prejudicar seu método pedagógico. Se o aluno está inserido em uma comunidade rural e o docente elabora um planejamento com atividades que são estritamente urbanas, provavelmente haverá um conflito imediato no interesse da criança. Esta interação com atividades que não estão contextualizadas ao mundo imediato do aluno precisa ser aplicada conforme o tempo do próprio educando. É necessário que haja uma reflexão dentro do planejamento docente sobre os diferentes processos culturais

envolvidos em torno de cada criança e, a partir desta, habituar o aluno respeitando o seu tempo de assimilação da atividade lúdica aplicada. Com isto, é aconselhável que o professor como mediador de aprendizagem se atente às brincadeiras que esteja contextualizada a criança. Para Luckesi (2000, p.21) são aquelas atividades que propiciam uma experiência de plenitude, em que nos envolvemos por inteiro, estando flexíveis e saudáveis. Para que o processo de aprendizagem ocorra é fundamental que a criança esteja envolvida com determinada atividade, porque é neste ínterim que o educando vai estudar seus próprios movimentos na finalidade de executar a brincadeira.

Portanto o professor oportuniza situações e espaços de aprendizagem, articulando os recursos e capacidade criativa. Estabelecer na rotina momentos de conversa, brincadeiras, e aprendizagens direcionadas, permitindo que as crianças expressem o que sentem e pensam. Segundo FELÍCIO (2012) é preciso refletir de que maneira se quer passar o conteúdo para os alunos na sala de aula.

Não há uma criança igual à outra. As habilidades individuais são distintas, o que significa também que cada criança aprende no seu próprio ritmo. A aprendizagem deve ser coerente com o nível de desenvolvimento da criança no qual define VYGOTSKI (2001, p113) como nível de desenvolvimento efetivo e área de desenvolvimento potencial.

Por isso a importância da valorização da experiência social, da relação com o próximo, da ação do professor que trabalha na educação da criança. Um professor que busca a construção da autonomia da criança, que as auxilia a realizar suas atividades, experimentar, brincar, imaginar, aprender para conquistar novos saberes.

A prática de atividades físicas deve oferecer às crianças a oportunidade para se desenvolver, deve está inserida em um ambiente que propicie várias oportunidades de se expressar livremente, de construir seu pensamento, através do pensamento do outro, em uma linguagem dialógica. A idade cronológica das crianças é sempre um ponto de partida no desenvolvimento, mas deve sempre ser respeitado o tempo de cada um. O professor deve definir os objetivos de sua prática. O planejamento é indispensável para a prática pedagógica. Através dele, o educador prever os acontecimentos, como também as técnicas que serão utilizadas para aprendizagem.

O professor necessita, nessa fase, prestar atenção nos convívios sociais que circundam a instituição, preservando-se de acontecimentos em que os alunos vivenciem preconceitos ou discriminação. Perante a isso, é preciso proporcionar o conhecimento de si próprio, da criança no começo da infância, para que desta maneira, se descobrindo, o aluno aumente o raciocínio de autocuidado.

Cabe ao professor entender, estimular e criar um ambiente que possibilite observar cada atividade e envolvimento dos alunos. E sobre as suas intervenções, é importante a clareza dos objetivos, tanto nas

atividades como nas estratégias utilizadas. Portanto o aprender na educação infantil como contexto da aprendizagem e desenvolvimento da criança, sustentados pela prática de oficinas pedagógicas onde o planejamento dos conteúdos e procedimentos de ensino deve adequar-se à faixa etária a que se destinam. Dessa forma, o ensino em tempo integral adquire um significado e pode realmente fazer a diferença na qualidade do ensino.

A Educação Física é uma disciplina curricular relevante para a formação do aluno na medida em que oferece ao mesmo tempo, por meio do trabalho físico e motor, desenvolvimento afetivo, cognitivo e social. Por isso, é uma disciplina importante para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes no ambiente escolar. É uma área que trabalha a partir do corpo em movimento, ou seja, é uma disciplina que não ensina ao aluno somente como jogar uma determinada modalidade esportiva e sim vivenciá-la.

É sabido que as realizações de exercícios físicos ao longo de nossos dias proporcionam benefícios em nossa saúde bem como a redução da predisposição de diversas doenças que estão relacionadas a falta de exercícios físicos. Em alguns casos com a doença já presente no indivíduo, a realização de exercícios físicos pode colaborar para diminuição da evolução da doença ou também auxiliar em seu tratamento.

A atividade física é definida como qualquer atividade muscular que resulte em substancial aumento do gasto das reservas energéticas, tais como atividades físicas de lazer, ginástica, esporte, promovendo o desenvolvimento motor das crianças. Uma vez que a prática de atividades físicas deixa de ser realizada o tempo livre de crianças e adolescentes começam a serem preenchidos com comportamentos sedentários, trazendo diversos malefícios à saúde, como elevado nível de peso corporal, baixo autoestima e diminuição da aptidão física.

O desenvolvimento motor é um processo contínuo e demorado, pois as mudanças mais acentuadas ocorrem nos primeiros anos de vida. Segundo Tani (1988) o período do nascimento aos seis anos de idade é considerado anos cruciais para o indivíduo, neste processo que ocorre durante toda a vida do ser humano as experiências das habilidades básicas que acontecem principalmente na infância são fundamentais. Na Educação Infantil, a Educação Física utiliza-se de jogos e brincadeiras como um poderoso instrumento para auxiliar o desenvolvimento das crianças, seja no plano motor, afetivo ou cognitivo. A relevância do trabalho focado no desenvolvimento motor consiste no conhecimento da aplicação de atividades que explorem o movimento considerando o aspecto das fases e estágios adequando-as as necessidades de aprendizagem das crianças pré-escolares.

A Pedagogia social deve atender as crianças e adolescentes do Ensino Fundamental através da Educação física, promovendo atividades que beneficiam o bom funcionamento do corpo e da mente.

Logo, é possível afirmar que uma educação voltada ao pleno

desenvolvimento da pessoa, através de seu preparo para o exercício da cidadania e pautada por uma garantia no padrão de qualidade correspondente às necessidades da comunidade, objetiva a satisfação e proteção do princípio da dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As argumentações feitas neste nos permite indicar reflexões solenes, quando analisamos a Base Curricular Nacional. Entre outras, podemos salientar a notoriedade de se questionar o currículo Nacional, como forma de se saber o que a escola faz e o que podemos esperar dela, sobretudo quando nos questionamos em relação à qualidade. Entendemos que a Base Curricular deve favorecer a uma melhor gerencia do trabalho docente, e maior êxito na construção de instrumentos avaliativos adequados e coerentes. Em consideração aos discursos acerca da Base Nacional, ressalta saber se a escola está preparada a lidar com tal documento, no seu espaço, nas especificidades e aspectos econômicos, social e cultural. Evidencia-se a notabilidade do Projeto Político-Pedagógico que define a identidade das escolas, não podendo esse projeto ser descartado na escolha curricular, pois ele traz os anseios e pensamentos da comunidade e dos alunos. Vale destacar que desde que foi exposto no documento regimental, nota-se que o currículo tem que ser feito considerando a situação da realidade onde os alunos estão introduzidos, para que as atividades dos mesmos assuntos em todas as escolas sejam compreendidas e a cultura da região seja reconhecida para que os alunos não desprezem suas origens e desconsidere as práticas e hábitos importantes a sua sociedade, pois habitamos em um país com diversas culturas que em muitos momentos, e em alguma circunstância, alguns recursos podem ser ignorados e não serão observados por conta da diferença das demonstrações atuais nas demais localidades. É de fundamental importância para a construção curricular, pois ela leva em conta, as escolhas da escola, que devem ser pautadas no coletivo, evitando-se o máximo possível, interferências excessivamente subjetivas e pessoais. Uma vez que os interesses econômicos e financeiros acabam por esconder os verdadeiros anseios da escola, sufocando a autonomia de decisões e a elaboração de projetos. Convém destacar, como serão realizadas as avaliações externas, considerando o contexto e a pluralidade cultural, resguardando o tempo e espaço para ser elaborado e colocado em prática. O questionamento convém ser considerado, pensado e bem avaliado no momento em que nos depararmos com a Base Curricular Nacional pronta e deixado nas escolas.

REFERENCIAS:

BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável.** São Carlos: Pedro & João, 2010.

BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética:** a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1993.

GONTIJO, C. M. M.; COSTA, D. V. M. **Apontamentos sobre o livro "A criança na fase inicial da escrita:** a alfabetização como processo discursivo". In: GOULART, C.

LESSARD, C.; CARPENTIER, A**., Políticas Educativas: A aplicação na prática**, Ed. Vozes, São Paulo, 2016.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez. 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Sistema de ensino, escola, sala de aula:** onde se produz a qualidade das aprendizagens? In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2006.
SANTOS, B. S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, T. T. **Currículo como fetiche:** a poética e a política do texto curricular**.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

AUDITÓRIA E ÉTICA: FERRAMENTAS ESSENCIAIS PARA O BOM ANDAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES.

Moura Filho, Raimundo Olavo Carneiro[13]

RESUMO:
Esse artigo busca relatar a importância da auditoria e da ética como ferramenta essenciais para o bom andamento das organizações. A auditoria é uma análise de todos registros financeiros de um organização, e tem por finalidade assegurar o que está certo ou errado, com isso resguardando o patrimônio contra possíveis irregularidades. Logo é de extrema importância que a exatidão e a confiabilidade das informações para a tomada de decisões, portanto é nescessario que os profissionais de auditoria realizem essas atividades com ética.O presente projeto caracteriza-se como sendo uma pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória a qual buscou elementos em fontes impressas ou eletrônicas, com revisão de vários materiais, buscando assim adquirir informações e explicações para solucionar as dúvidas que surgiram diante da escolha do tema.

PALAVRAS CHAVE: Auditória; Ética; Profissional; Organizações.

INTRODUÇÃO

Ao decorrer do tempo, a sociedade está estabelecendo novas responsabilidades para o profissional da auditoria, como a constante busca da verdade, por exemplo. Os métodos éticos estão cada vez maiores e alcançando cada vez mais pessoas independentemente de sua colocação social.

Nossa sociedade está ficando cega com tanta corrupção e dissimulação, e clama o fim de tudo isso, ninguém mais está ligado a ética da profissão assim como o profissional da auditoria, para conservar-se acima dos ânimos exaltados, sabendo lidar com as problemáticas, permanecendo limpos, transmitirão a essência verdadeira da profissão.

A atuação do auditor interno não foi pensada como exclusiva para detectar corruptibilidades e/ou erros, mas, para harmonizar o trabalho de forma que as funções de cada um dos que compõem a equipe da empresa, tenham suas atribuições concretizadas dentro do que requerem as regras de bom funcionamento organizacional. Entretanto, as prioridades do mercado exigem uma mudança de esquema, pois o que antes era apenas mais uma atribuição do auditor tornou-se uma

[13] Bacharel em Administração pela Universidade Anhanguera – UNIDERP olavosmg@hotmail,com

real prioridade: evitar irregularidades com o fito de dar crédito e confiabilidade ao escopo de investidores (SILVA et al., 2014).
Com isso, observa-se a imprescindibilidade do desenvolvimento de auditoria focado, além da qualidade do serviço prestado, numa ação que seja um filtro que separe as informações fidedignas dentro das companhias financeiras, ou seja, ressalte a positividade dos trabalhos exitosos, e ao identificar alguma ação que prejudique a companhia, essa informação deve ser repassada à administração para que puna, através de sanções internas, erros ou fraudes que tragam desconfiança aos investidores ou que prejudiquem o enredo de prosperidade financeira alcançada em seus investimentos (CARVALHO; VIEIRA, 2015).
Todavia, não podemos falar de auditoria sem falarmos de ética, pois todo trabalho precisa ser feito com comprometimento e competência. A ética é essencial ao profissional, pois na ação humana "o fazer" e "o agir" estão conectados. O fazer descreve à competência, à eficiência que todo profissional deve ter para desempenhar bem a sua profissão. O agir se refere à comportamento do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão.
Os profissionais de auditoria devem seguir normas, essas normas têm relação com o que chamamos de valores morais, não basta somente seguir essas normas, estamos falando também de ética, os profissionais são responsáveis não só diante a administração da organização a que prestam serviços, devem mas também diante de muitos usuários das atividades dessa organização: O mercado, a sociedade, etc. O auditor precisa sempre ter a máxima responsabilidade, ainda quando sua opinião for mínima.
Portanto a ética tornou-se um fator essencial e necessária para garantia da sustentabilidade das organizações, e que esta influencia diretamente no comportamento organizacional, e na medida em que nesse comportamento contém métodos antiéticas, põe em risco a cultura da organização, trazendo implicações e riscos à continuidade da empresa. Segundo Santos (2013):

> A adequação das organizações aos comportamentos éticos dos profissionais e candidatos e a identificação, a mitigação, a análise das consequências e a prevenção das atitudes inadequadas é uma tarefa difícil para as organizações, mas, ainda assim, necessária (SANTOS, 2013, p. 54).

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa consiste em descrever a importância da auditoria e o uso ética para o bom andamento das organizações. E, para atender ao objetivo geral constituem-se os objetivos específicos quais sejam:Identificar conceitos sobre auditoria e ética; caracterizar o processo para o bom andamento nas organizações; ressaltar a importância da auditoria e do uso da ética nas organizações e identificar a forma como a auditoria e a ética

contribui no processo decisório. A justificativa para esse estudo mostra a necessidade de um conhecimento mais aprofundado sobre a problemática da utilização da Ética na profissão de auditor nos tempos modernos, visto que, ela é transgredida pelos seus agentes, tanto por iniciativa própria quanto pelos dirigentes de algumas organizações. A metodologia utilizada neste artigo foi feita através de uma pesquisa de natureza bibliográficas e exploratória referente ao tema, no qual foram reunidos livros, revistas, artigos e publicações da internet, logo após a leitura exploratória foi realizada leitura seletiva, analítica.
Segundo Severino (2007, p.122) destaca:

> A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos dos textos.

AUDITORIA

A palavra auditoria tem sua origem no latim *audire*, a palavra auditoria tem como primeiro significado o ouvir, entretanto foi com os ingleses que teve um emprego mais abrangente, quando esses começaram a utilizar a auditoria em sistemas contábeis, onde além de ouvir os auditores tinham como função conferir se o que estava planejado estava sendo realizado.
Auditoria é um conjunto de processos que tem por finalidade examinar e adequar a eficácia dos Controles, e também uma revisão das operações das organizações, para averiguar se ela enquadra as normas pertinentes.
Segundo Attie (1998, p.25), "a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado", ou de forma ampliada de acordo com Sá (1998, p.25), Auditoria

> [...] é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada, quer ocorrido, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

Pode-se observar que a auditoria poderá apresentar-se de diferentes maneiras, conforme as suas características peculiares. Assim de acordo com os fins a que se destina, a auditoria pode ser realizada para confirmar a exatidão das demonstrações contábeis, permitir melhor controle administrativo, atender as exigências legais, verificar o

cumprimento das obrigações fiscais, entre outros, apurar erros e fraudes (Franco e Marra, 1992, p.163).
Segundo a norma brasileira de contabilidade NBCT-12 aprovada pela resolução CFC nº 780, de 24.03.95, citada por Araújo (1998, p.21), pode-se conceituar a auditoria interna como "o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações fiscais, contábeis, financeira e operacional da entidade".
Assim sendo a auditoria é a ferramenta principal para averiguar a autenticidade dos dados e elementos apresentados por determinada organização, usando de procedimentos e técnicas para constatar a natureza das contas dos elementos apresentados A auditoria pode ainda ser classificada como Interna e Externa, modificam-se de acordo com o método e objeto da auditoria a ser aplicado em cada procedimento.

AUDITORIA INTERNA

Para Crepaldi (2010, p. 28), a auditoria interna é "[...] o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade", além de auxiliar os membros da administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, fornecendo-lhes análises, opiniões e aconselhamentos pertinentes às atividades examinadas.
Ela deve ser executada por um profissional de confiança dos administradores, o qual realiza uma inspeção nos procedimentos adotados pela empresa, predominando "a verificação constante de controles internos, a manipulação de valores e a execução de rotinas administrativas", e se constitui como um instrumento de controle e ferramenta gerencial da administração (CREPALDI, 2010, p. 28).
Na visão de Crepaldi (2010, p. 369) a importância do controle interno pode ser entendida da seguinte forma:

> a partir do momento em que se verifica que é ele que pode garantir a continuidade do fluxo de operações com as quais convivem as empresas. Nesse contexto, a contabilidade dos resultados gerados por tal fluxos assume vital importância para os empresários que se utilizam dela para a tomada de suas decisões. (CREPALDI, 2010, p. 369).

Em consonância Jund (2003, p. 231) afirma que "a eficiência do sistema de controle interno como um todo deve permitir a detecção não somente irregularidades de atos intencionais, como também erros provenientes de atos não intencionais".
Para Almeida (2012), a implantação da auditoria interna de forma periódica possibilita à administração uma maior profundidade nos procedimentos, mirando também outras áreas não relacionadas com a

contabilidade, como os sistemas de controle de qualidade, administração de pessoal entre outras.
Portanto, o controle interno é de suma importância, pois quando é organizado possibilitando que a empresa possa tomar decisões baseadas em informações reais e concretas. Assim permitindo ainda que erros propositados ou não, fraudes possam ser identificados e com isso evitados.

AUDITORIA EXTERNA

A auditoria externa, ou também chamada de auditoria independente, surgiu com o crescimento do sistema capitalista, em decorrência da necessidade de recursos financeiros para custear o crescimento dos negócios. A captação dos recursos se deu através de empréstimos bancários a longo prazo, emissão de debêntures e abertura do capital social para novos acionistas (ALMEIDA, 2012).
Auditoria externa é executada por profissionais independentes, ou seja, sem qualquer ligação com a empresa, a sua finalidade e a emissão do parecer, a auditoria externa se preocupa em examinar as demonstrações contábeis apresentadas e que retratam algo que possa confiar. Esse parecer deve esta dentro da NBC (Norma Brasileira de Contabilidade), porém o profissional é um funcionário independente, não tem vínculo algum com a Empresa, somente com a prestação de serviço. O papel do auditor interno e externo, nada mais é do que ajudar, avaliar, auxiliar a administração da Empresa, na área financeira, administrativa, sistema interno.
O profissional auditor externo ou independente tem sua visão focada além de apresentar a todos os *stakeholders* a situação em que se encontram as demonstrações contábeis e financeiras da organização, a situação do cumprimento das normas e legislações vigentes, pois seu interesse está voltado também para o bem coletivo (CREPALDI, 2004).
Segundo ATTIE (1995 p.68) "[...] Em função da confiança que nesse se possa depositar se determina a extensão dos testes à qual os procedimentos de auditoria serão restritos [...]". Por consequência disso, não é, nem o será jamais um trabalho apenas técnico, mas acima de tudo aliada a tais métodos está, há a confiabilidade no crédito do Auditor.
A auditoria externa é bem parecida com à auditoria interna mas há algumas diferenças que necessitam ser mencionadas. Uma delas, segundo Crepaldi (2004, p. 48-49),

> Os trabalhos feitos pelo auditor interno normalmente é determinado pela gerência, enquanto a extensão do exame do auditor externo é determinada pelas normas usuárias reconhecida no país ou requeridas por legislação específica, o auditor interno dirige seus trabalhos para assegurar que o sistema contábil e de controle interno funcionam eficientemente, afim de que os dados contábeis fornecidos à gerência apresentem os fatos com exatidão. Os trabalhos do auditor externo, entretanto são determinados por seu dever

> de fazer com que as demonstrações contábeis a serem apresentadas a terceiros, exemplos acionistas, investidores, fornecedores, e a fiscalização. (CREPALDI, 2004 p. 48 e 49)

De acordo com Crepaldi (2010, p. 35) a auditoria externa:

> Constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado da entidade auditada consoante as normas brasileiras de contabilidade.

Portanto a auditoria externa não exclui a necessidade da auditoria interna, vale ressaltar, que algumas diferenças são que a auditoria interna é realizada por um funcionário da empresa, e na auditoria externa tem que ter a contratação de uma profissional independente.

ÉTICA.

Ética é uma palavra com origem grega, relacionada ao termo *ethos*, e tem seu correlato no latim "morale", com o mesmo significado: Conduta, ou relativo aos costumes, portanto é direcionado à ideia de caráter, designando os costumes e o modo de ser de uma pessoa, ou de um grupo de pessoas. Podemos concluir que etimologicamente ética e moral são palavras sinônimas.

Deacordo com Aurélio Ferreira (2005, p. 383), a ética pode ser definida como "O estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal". Ou ainda, segundo o mesmo autor, um "Conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano".

A ética é um conceito que busca refletir o comportamento individual do individuo no meio social. É uma ação que depende de cada sujeito e deve partir de cada indivíduo de forma particular. A ética profissional vem ser os conceitos básicos dos direitos e deveres e deve ser entendida como uma semelhança das praticas de comportamento do individuo, com isso a ética deve predominar sobre quaisquer méritos durante todas as fases do trabalho.

Para que haja a disseminação da ética, é necessário que todos os indivíduos sejam envolvidos nessa atuação. Seja de forma direta ou não. Nesse sentido, não basta ter uma norma bem estabelecida na teoria, se as pessoas não agem de acordo com os preceitos.

Portanto a ética, não é apenas um elemento de valorização das organizações, mas também contribui para garantir o bom andamento das atividades e favorecer o clima organizacional sadio e harmonioso,porém é necessário que se deve incorporar a ética em todos os outros desmembramentos da profissão de auditor onde se faz necessário para o desenvolvimento e coordenação das organizações.

METODOLOGIA

Segundo Demo (1995, p.60) a metodologia é a "construção do objeto científico, dentro do contexto da discussão sobre objeto construído." A metodologia é conjunto de regras usadas há vários anos por pesquisadores científicos, a fim de ajudar e tornar padrão os meios de pesquisa, sugerindo como devem ser elaboradas as respostas dos problemas e perguntas postas pelo pesquisador ou pela sociedade. Ainda segundo Demo (1981, p. 55) a metodologia significa "qualquer preocupação com questão de método, também a estatística que é um recurso instrumental para conseguir maior objetivação".

Assim sendo a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho.

Portanto o presente projeto foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica em *sites*, livros e estudos de casos que falam sobre o tema proposto, caracterizando este trabalho como uma pesquisa de natureza exploratória, buscando assim adquirir informações e explicações para solucionar as dúvidas que surgiram diante da escolha do tema. As palavras: Auditória; Ética; Profissional e organizações, foram utilizadas como palavras-chave, pois nortearam o desenvolvimento do tema principal deste artigo.

Após a leitura de pesquisa foi realizada uma seleção do material, o processo de leitura dos materiais foi concluído por meio de uma leitura interpretativa objetivando relacionar a temática proposta com o objetivo da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Auditoria e ética é um tema cada vez mais importante para as organizações determinarem os seus objetivos desde o curto prazo ao longo prazo. Neste artigo, a importância de auditoria abordado a sua função e atuação numa entidade. Em relação à ética, um dos principais conceitos desta presquisa, foi desenvolvida e demonstrada que a sociedade tem uma pequena ciência da mesma, porém não conseguem esclarecer o verdadeiro significado.

Neste artigo buscou-se apontar a necessidade e a importância para uma organização possuir uma boa auditoria e um bom uso da ética pelo profissional, utilizando as normas para diminuir a incidências de erros e fraudes.

Portanto, a organização que busca pelo crescimento, é preciso manter o domínio sobre todos os setores, e para isso possa ocorrer o profissional de auditoria é fundamental. Este profissional deverá elaborar análises, pareceres e informar a administração todos as afazeres que não estão sendo realizadas conforme determinado pelo gestor da empresa. Através dos relatórios elaborados pela auditoria com essas informações o gestor poderar tomar decisões necessárias.

Com a elaboração desse artigo e da temática abordada, foi possível

obter informações admiráveis capazes de trazer o entendimento sobre a função da auditoria na idetificação de fraudes e erros. Com isso, foi possível entender a auditoria e o que levou essa profissão a ganhar tamanha importância dentro das organizações, assim como a sua imprescindibilidade e influência nas decisões dos gestores.

Logo, foi possível compreender o conceito da auditoria e a aplicação de técnicas capazes de fazer um filtro nas demonstrações das organizações, assim como compreender a contribuição da contabilidade nas práticas da auditoria.

Em meio as diferentes atividades realizadas, destaca-se a importância da visão do profissional de auditoria. Os auditores, ainda que ligados a observãncia da lei, necessitam observar os princípios que predominam pela continuidade operacional.

Por fim, podemos entender que as organizações não podem apenas focar-se nos números nem nas transações, mas sim constituir um comportamento de princípios e valores éticos para todos os seus colaboradores.

REFERÊNCIAS

ALESSI, E. O pacote de medidas anticorrupção do ministério público federal e os direitos e garantias fundamentais. **Raízes Jurídicas**, v. 9, n. 1, p. 57-82, 2017.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: Um curso moderno e completo, São Paulo: Atlas, 2012.

ARAÚJO, Francisco José de. **A estruturação dos controles internos e a independência da auditoria interna.** Vitória-ES. COBRAI (Congresso Brasileiro de Auditoria Interna), p. 21,1998.

ATTIE, W. Auditoria: **Conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, p,68, 1995.

ATTIE, William. **Auditoria, conceitos e aplicações.** 3ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1998.

BAUMHART, Raymond, S. J. **Ética em negócios**. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura, p.6, 1971.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade**. Normas Brasileiras de Contabilidade**: auditoria interna: NBC T12. 2003.

CARVALHO, A. R.; VIEIRA, E. T. V. A Importância da Auditoria Interna e do Controle Interno, na Redução de Fraudes nas Instituições

Financeiras. **REPAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 1, n. 2, p. 229-246, 2015.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil teoria e prática,** 6º ed. São Paulo: Atlas, p. 28-369, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia cientifica em ciências sociais,** 3º ed. São Paulo: Atlas, p.60,1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia cientlfica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, p. 55,1981. Parte II, Capítulo 8.

DOS SANTOS, Renato Almeida; DE HOYOS GUEVARA, Arnoldo Jose; AMORIM, Maria Cristina Sanches. Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução. **Revista de Administração**, v. 48, n. 1, p. 54, 2013.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 6. ed. rev. Atual. Curitiba: Positivo, p.383,2005.

Ferreira, M. M. & Dias, M. O. (2005). **Ética e profissão** – Relacionamento interpessoal em enfermagem, Loures: Lusociência.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil:** normas de auditoria, procedimentos, papeis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria. 2 ed. São Paulo: Atlas, p. 163,1992.

LISBOA, L.P**. Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, p. 24, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. 8° ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho cientifico**. 23ª edição. Sao Paulo: Cortez, p. 122, 2007.

SILVA, V. A. et al.. A profissão do auditor e o perito contábil na visão dos acadêmicos concluintes do curso de Ciências Contábeis de universidade pública e privada de Tangará da Serra/MT. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 3, n. 6, 2014.

ANÁLISE SISTEMÁTICA JURÍDICA DOS CRIMES VIRTUAIS E PEDOFILIA NA INTERNET

Cerqueira, Ricardo Dias[14]

RESUMO:
O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise acerca da pedofilia na Internet. Com o principal foco de analisar a referida Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012 e quais as possíveis impunidades existentes que formam obstáculos ao combate da prática de pedófila no meio digital. A pesquisa ainda investigou a diferença entre crime e pedofilia, a fim de demonstrar a problemática da ligação do pedófilo como criminoso Foi utilizada uma metodologia qualitativa, com base no referencial teórico da psicanálise; ao mesmo tempo, outras perspectivas teóricas, como a psiquiatria, psicologia e direito, também foram utilizadas para enriquecer as discussões..

PALAVRAS-CHAVE: Pedofilia. Internet. Tecnologia, Controle.

INTRODUÇÃO

As acepções de crimes de informática, também conhecidos como crimes virtuais, são amplas e variam de acordo com o ponto de vista de cada um.A Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012 trouxe para o ordenamento jurídico-penal brasileiro o novo crime de "Invasão de Dispositivo Informático", consistente na conduta de "invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita"[15].

De acordo com o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA-, "apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou Internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente". A punição para quem infrinja este artigo do referido Estatuto é de detenção de 2

[14] Graduado Em Direito pelo Uniceub, Graduado Em Administração pela faculdade Albert Einstein, Graduado em Tecnólogo em Gestão Pública, Pós-graduado em Gestão Pública pelo Instituto federal de Brasília, Pós-graduado em Gestão de Pessoas pela Faculdade Rio Sono, Pós-graduado em Engenharia de Produção e Gerenciamento de Projetos pela Ucam Prominas, Pós-Graduado em Direito penal e Processo Penal, Pós-graduado em Direito Constitucional ambos pelo instituto Souza

[15] Lei Nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm>

a 6 anos e multa. Há crimes cujo intuito é demonstrar a fragilidade de sistemas, como é o caso das recentes invasões às páginas de órgãos oficiais. O presente artigo não tem por finalidade fazer uma avaliação sobre aquilo que é moralmente certo ou errado em matéria de pedofilia", mas, debater as dificuldades de crimalização sob a perspectiva do referencial teórico adotado.

O QUE É PEDOFILIA

Primeiramente, em análise da origem da palavra, pedofilia pode ser interpretada como atração sexual por crianças, tendo em vista a combinação das palavras gregas paidos, que significa criança, e philia, amizade ou amor.

"A pedofilia é uma doença, com quadro clínico próprio [...]"[16], porém, confusões ocorrem porque se trata de uma palavra usada tanto na área médica, como no direito e no meio policial. Em verdade, o nome está associado diretamente a um diagnóstico médico.

Apesar da pedofilia ser uma doença, com código e características próprias, ela ainda sim e taxada como crime, por ser cometida contra a vontade da vítima, por agir com dolo, e ainda assim fere os preceitos legais do ponto de vista juridico, e atinge o bem tutelado que é a vida, da vítima.

> Só excepcionalmente as crianças são objetos sexuais exclusivos; em geral, passam a desempenhar esse papel quando um indivíduo covarde ou impotente presta-se a usá-las como substituto, ou quando uma pulsão urgente (impreterível) não pode apropriar-se no momento, de nenhum objeto mais adequado [...][17].

E um crime praticado contra crianças, devido o padrão frágil, e por serem vitimas fáceis de conter e dominar que irão demonstrar medo e relutar mas ao mesmo tempo o criminoso pode conter e dominar, o que torna o ato mais prazeroso, para o mesmo

> Por motivos estéticos, de bom grado se atribuíram estas e outras aberrações graves da pulsão sexual à loucura, mas isso não é possível. A experiência ensina que não se observam entre os loucos quaisquer perturbações da pulsão sexual diferentes das encontradas entre os sadios, bem como em raças e classes inteiras. Assim, com a mais insólita freqüência encontra-se o abuso sexual contra as crianças entre os professores e as pessoas que cuidam de crianças, simplesmente porque a eles se oferece a melhor oportunidade para isso. Os loucos apenas exibem tal aberração em grau intensificado, ou então, o que é particularmente significativo,

[16] (SCREMIN NETO; SÁ JÚNIOR, 2002, p. 360)

[17] BRASÍLIA. Mini Código De Direitos Humanos. Eduardo C. B. Bittar, Guilherme Assis de Almeida. (Org.). Associação Nacional de Direitos Humanos (ANDHEP). Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). Teixeira Gráfica e Editora, 2010. p.24)

> elevado a uma prática exclusiva e substituindo a satisfação sexual normal [...].[18]

Assim, podemos chegar à conclusão de que para Freud o pedófilo não pode ser tratado como doente mental a não ser que substitua completamente o objeto sexual considerado normal por uma criança. Todavia, o indivíduo abusador esporádico de crianças, que o faz pela facilidade e pela pouca resistência que os pequenos oferecem é considerado pervertido, o que sugere a existência de dois tipos de pedófilos: o oportuno e o estruturado.[19]

Portanto, do ponto de vista psicanalítico ou freudiano, a pedofilia se origina do impulso sexual (libido), que é um estimulo da mente, proveniente do corpo, surge como uma necessidade fisiológica como se fosse fome ou vontade de algo que se torna necessidade e tem por impulso ser exteriorizado pelo ego em busca de tal satisfação, em pessoas normais tais impulsos primitivos são suprimidos pelo superego, assim sendo capaz de conter impulsos sexuais, e outros cujo esta impregnado na concepção de imoralidade.De outro modo agem os pedófilos que por uma facilidade e oportunidade, ainda por terem fácil acesso à vitima, muita vezes por serem pessoas de confiança ou de um circulo próximo, se aproveitam dessa condição para praticar tais atos.

O mesmo ocorre com a internet, pela facilidade de ocultar a identidade, e também de se aproximar, para consumar o ato.

De um ponto de vista psicanalítico, lendo por Fani Hisgail,:

> *A pedofilia representa uma perversa sexual que envolve fantasias sexuais da primeira infância abrigadas no complexo de édipo, período de intensa ambivalência das crianças com os pais. O ato pedi-lo caracteriza-se pela atitude de desafiar a lei simbólica da interdito do incesto. O adulto seduz e impõe um tipo de ligação, na tentativa de mascarar o abuso sexual. (...) Sem defesa, a criança reage at · onde podemos, uma vez submetida ao gozo do pedi-lo, cumpre a fantasia inconsciente da cena primeira ia, isto ·, da participação sexual da criança na relação dos pais.*

Segundo Hisgail, a pedofilia está ligada à fantasias sexuais, também relacionadas ao incesto, onde tal perversão se dá ainda na infância, ou primeira fase da vida da vitima, o adulto se impõe de forma a dominação satisfazendo, seu ego de dominante diante da situação. Muito dos casos terminam em morte das indefesas crianças, pois apesar e serem pequenas tentam lutar instintivamente ate o final de suas forças, assim satisfazendo mais e mais tal sensação de poder e dominação dos agentes pedófilos.[20] .

---

[18] (FREUD, 1996 [1905], p. 140) Freud, S. Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade. Rio de Janeiro, ed. Imago, 1905.

[20] HISGAIL,Fani: um estudo psicanalítico. São Paulo: Iluuminuras.2007

Como vem sendo definida a pedofilia virtual pelos estudiosos do tema

Macluhan sociólogo canadense, nessa perspectiva pontua que qualquer nova tecnologia gradualmente cria um novo ambiente para o ser humano.

> Com a Internet, a única medida que permite trocar o público de forma personalizada, a pedofilia tornou-se um fenômeno globalizado. Os pedófilos formaram uma comunidade on-line, o pedófilo passou a acreditar que através do meio virtual os seus instintos perderiam o caráter nocivo, pois passou a integrar e compartilhar os seus atos (sentimentos) com outros pedófilos, ou seja, encontrando uma identidade psicológica[21]

Assim como a tecnologia, o crime de pedofilia vem adquirindo novas modalidades, uma delas é a virtual, onde por meios eletrônicos, de bate-papos, chats, programas de relacionamento, e outras mídias sociais, acontece uma grade facilitação de aproximação com as vítimas, de tal forma pois as identidades são facilmente preservadas e escondidas, os pedófilos podem se passar por amigos da família, parentes, ou até mesmo crianças e adolescentes no intuito de seduzir e aliciar.[22]

Devemos lembrar que o pedófilo não é apenas o que consuma o ato de agressão sexual, mas também, aquele que comercializa, troca, assiste, consome conteúdos de exposição erótica infantil, pela web.

A Constituição estabeleceu primordialmente os direitos relativos à criança e ao adolescente, com previsão expressa no parágrafo 4°, do art. 227, de que "a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente".[23]

Ou seja, estão passiveis de pena e punição grave todos aqueles que cometerem os atos acima citados, mas como visto, nada está descrito com relação a crimes cometidos virtualmente, passa a ser apenas mera especulação e entendimento de juristas a tal penalidade e classificação como crime, tendo em vista que o contato físico nunca ocorreu, o que dificulta a tipicidade do crime proposto.

Sobre o tema a jurisprudência é elucidativa:

> "PENAL. PEDOFILIA OU PSDOSEXUALIDADE. REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA. FOTOGRAFAR OU PUBLICAR FOTOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM POSE ERÓTICAS. INSERÇÃO EM REDE BBS/INTERNET DE COMPUTADORES. CRIME. ART. 241 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM A

[21] CARRERA, Mário Sérgio Valadares. A pedofilia virtual e seus reflexos no âmbitoJurídico.Trabalho de Graduação do Curso de Bacharel em Direito das Faculdades Jorge Amado, 2003.Boletim Jurídico. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1881

[22] CARRERA, Mário Sérgio Valadares. A pedofilia virtual e seus reflexos no âmbitoJurídico.Trabalho de Graduação do Curso de Bacharel em Direito das Faculdades Jorge Amado, 2003.Boletim Jurídico. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1881

[23] REFERÊNCIA Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da Republica Federativa do Brasil/ editado por Antonio de Paulo. – 16. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2016.

> REDAÇÃO DITADA PELA LEI 10.764, DE 2003. CRIME DE AÇÃO MÚLTIPLA.
> 1. A PEDOFILIA, OU PEDOSEXUALIDADE, É UM TRANSTORNO DA PREFERÊNCIA SEXUAL, sendo definido como a preferência por criança (pessoa com até 12 anos de idade) ou por adolescente (pessoa entre 12 e 18 anos) - art. 1º do Estado da Criança e do Adolescente. Pelo Código Internacional de Doenças da Décima Conferência de Genebra é a pedofilia um transtorno mental (CID-10, F65.4), O QUE NÃO SIGNIFICA QUE O ACUSADO SEJA DOENTE MENTAL OU TENHA O DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO
> OU RETARDADO.
> 2. Aquele que fotografa ou publica (ação múltipla), em rede BBS (Bulletin Board System) ou internet (rede de redes que se comunicam através do protocolo TCP/IP), crianças ou adolescentes em poses eróticas, comete o crime previsto no art. 241 da Lei 8.069, de 10 de julho de 1990, com a redação ditada pelo art. 4º da Lei 10.764, de 12 de novembro de 2003 (crime de ação múltipla). 3. A objetividade do crime de fotografar ou publicar crianças ou adolescentes em poses eróticas - art. 241 do ECA - é o respeito à imagem, à liberdade sexual e ao domínio do corpo da criança e do adolescente.

O Código penal[24] aborda em seu artigo 217-A crimes que se relacionam a pedofilia: O Código Penal aborda os crimes que se relacionam com aqueles praticados em função da pedofilia em seu Capítulo VI – Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual, como, por exemplo, quando trata do Estupro de vulnerável em seu art. 217-A.

Mas ainda faltam leis penais específicas para a criminalização de pedofilia na *internet* ,sendo isso a maior dificuldade de atuação da policia e órgãos competentes.

Esta falta de legislação especifica deixa o embate entre os Juízes, quanto a punibilidade desses crimes de internet, uma vez que se tem o agente, tem a vontade, mas não tem a punibilidade adequada.

As novas alterações do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA[25] com a introdução de artigos específicos de pornografia infantil na rede de computadores, ajuda a classificar tal delitos mas ainda assim, é difícil a aplicação de pena.

O que fica entendido é que a Policia Federal e o Ministério Público querem dar a punibilidade de acordo com a justiça, mas não existe um direito que regulamente, então como poderá ser aplicada a justiça?.

O Estatuto da Criança e do Adolescente pune quem oferece, troca,

[24] DELMANTO, Celso. Código Penal , São Paulo, Saraiva,22º Edição,2017

[25] BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do dolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848 compilado.htm>.

disponibiliza, transmite, distribui, publica, divulga, por qualquer meio, fotos, vídeos ou outros registros que tenham cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente". Além disso, também são penalizados aqueles que armazenam o conteúdo.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA

A Lei 8.069/90 (ECA) dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, tratando dos seus direitos fundamentais, do dever da família, da comunidade e da sociedade em geral, bem como das formas de proteção, levando-se em conta a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Nas palavras de Horta

"Enquanto lei especial, o ECA significa um sistema jurídico que dispõe sobre direitos próprios e especiais das crianças e dos adolescentes, os quais, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção diferenciada, especializada e integral, imprimindo prioridade absoluta para a questão da infância e da juventude, inclusive enquanto dever da família, da sociedade e do Estado, conforme o imperativo constitucional do art. 227 da Carta Magna." (2003)[26].

Convém destacar o que preconiza o ECA em seu art. 18, por tratar diretamente da inviolabilidade da criança e do adolescente: "É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor."[27]

Tratando-se da liberdade sexual em específico, o ECA teve por fim a punição de agentes que envolvam crianças e adolescentes, em práticas sexuais, com o intuito, geralmente, de satisfação da lascívia, porém, sem necessariamente o contato sexual direto.[28]

Assim, dentre outras disposições, o Estatuto disciplina em seu art. 240 e seguintes os crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, descrevendo tipos de conteúdos variados e impondo as sanções pertinente.

A generalização feita pelo senso comum de que todo e qualquer crime sexual cometido contra menores seja praticado por pedófilos é, pois, um equívoco. Qualquer pessoa, independente da condição pessoal, de ser ou não pedófilo, pode ser sujeito ativo de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes.

É importante analisar que, caso o indivíduo atue por seus desejos sexuais e pratique qualquer infração penal não será eximido de suas

[26] HORA NETO, José A maioridade civil e o ECA. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 127, 10 nov. 2003. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/4455>. Acesso em: 01 mai. 2017.

[27] BRASIL, 1990.

[28] NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas: 4°. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. VADE Mecum.Estatuto da Criança e do Adolescente.17ª ed. atual e ampl. –São Paulo: Saraiva, 2016.

responsabilidades por possuir livre arbítrio e plena capacidade de entendimento. O fato de ser diagnosticado pedófilo não faz com que seja caracterizado inimputável.
Nesse sentido, a legislação brasileira mostrou-se adequada ao expor as condutas cometidas por aqueles que aproveitam de pessoa de tenra idade para satisfazer suas vontades em vários tipos penais, expressa do termo pedofilia em qualquer norma incriminadora, haja vista as possíveis repercussões na ordem social, bem como as incorreções no uso e classificação do termo pedofilia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com os avanços da tecnologia e sistema jurídico, existe uma grande dificuldade de combates este crime, que por uma infelicidade e cada vez mais comum, na vida de inúmeras famílias, o sistema brasileiro de legislação e de combate a pornografia infantil tem se mostrado muito capaz, agindo com rapidez para coibir tais atos e prender os culpados, dessas agressões, mas ao mesmo tempo existe uma grade dificuldade de tipificação do crime, uma vez que não existe legislação específica para tal.
Então tal avanço para colocar fim definitivamente e combater é dar mais força e liberdade para as polícias trabalharem em conjunto, uma vez que tal competência vem da policia federal, para os tais chamados Ciber crimes.
Diante de tudo exposto vimos que o foco e proteger a vida e a dignidade da pessoa humana, com base de uma não generalização do termo pedófilo, mas também trata-los como devem ser, tratados, A grande brecha na lei é a capacidade de enquadrar esses que cometem o ato como doentes e não como criminosos, o que dificulta o trabalho por parte da policia e do sistema judiciário brasileiro.

REFERÊNCIAS

A pedofilia virtual e seus reflexos no âmbitoJurídico.Trabalho de Graduação do Curso de Bacharel em Direito das Faculdades Jorge Amado, 2003.Boletim Jurídico. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1881
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: vol. 1: parte geral. 10ª. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

BRASIL, Lei 10.764, de 12 de novembro de 2003. Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que disp□ sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e d · outras providencias. Diario Oficial da União, Brasilia, 13 nov. 2003. Disponivel em: < http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=13/11/2003>. Acesso em: 23 abril. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Código

Penal (1940). In: PINTO, Antonio Luiz de Toledo; SANTOS, Márcia Cristina Vaz dos; CÉSPEDES, Windt e Livia. Vade mecum compacto Saraiva. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 9-83 e p. 547-616.

BRASIL. Lei n– 11.829, de 25 de novembro de 2008. Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate · produçãoo, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisi鈥o e a posse de tal material e outras condutas relacionadas · pedofilia na internet. Diario Oficial da Uniao, Brasilia, 26 nov. 2008. Dispon咩el em: < http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=26/11/2008>. Acesso em: 19 abril. 2017.

BRASÍLIA. Mini Código De Direitos Humanos. Eduardo C. B. Bittar, Guilherme Assis de Almeida. (Org.). Associação Nacional de Direitos Humanos (ANDHEP). Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). Teixeira Gráfica e Editora, 2010.

BRUTTI, Roger Spode. Tópicos Cruciais sobre Pedofilia. Revista IOB de Direito Penal e Processo Penal, Porto Alegre, v. 8, n. 47, p. 18-25, dez/jan. 2008.

CARRERA, Mário Sérgio Valadares. COMISS┼O · CPI · PEDOFILIA. Projeto de Lei do Senado, n㘠100 de 2010. Altera a Lei n㘠8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Crian軋 e do Adolescente), para prever a infiltra鈥o de agentes da pol癵ia na Internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de crian軋 ou adolescente. Dispon咩el em: < http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=96360>. Acesso em: 01 mai. 2017.

Freud, S. Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade. Rio de Janeiro, ed. Imago, 1905.

GOMES, Luiz Flávio. Divulgação de cenas de sexo na internet, envolvendo crianças e adolescente, é crime? Revista IOB de Direito Penal e Processo Penal, Porto Alegre, v. 8, n. 47, p. 16-17, dez/jan. 2008

HISGAIL,Fani: um estudo psicanalítico. São Paulo: Iluuminuras.2007.

HORA NETO, Jo綡. A maioridade civil e o ECA. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 127, 10 nov. 2003. Dispon咩el em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/4455>. Acesso em: 01 mai. 2017.

MARZOCHI, Marcelo de Luca. Pornografia na internet. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro n. 233 , p. 229-243, jul. / set. 2003

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Congênere: 10ª. ed. Vitória: Impressão Grafitusa, 2010.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal: vol. 1: parte geral. São Paulo: Atlas, 2004.

NOGUEIRA, Sandro D'Amato. Crimes de Informática: 2ª. ed. Leme: BH Editora e Distribuidora, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas: 4°. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro: vol. 1: parte geral. São Paulo: Editora Revista Dos Tribunais, 2004.

REINALDO FILHO, Demorito. A pornografia infantil virtual e as dificuldades para combat・-la: o caso do 鉄econd Life・. Revista IOB Direito Penal e Processual Penal. Porto Alegre, v. 8, n. 47, p. 7-15, dez/jan. 2008.

RELVAS, Marcos. Comércio Eletrônico – aspectos contratuais da relação de consumo. 1ª ed. 2ª tir. Curitiba: Juruá, 2006.

SCREMIN NETO, Ferdinando; SÁ JÚNIOR, Luís Irajá Nogueira de. Pedofilia: Crime ou Doença? Um mal que assola a escola e envolve o professor. AKRÓPOLIS: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, Umuarama, v. 10, n. 4, p. 360-364, out/dez. 2002.

SERRA, Thalyta Maia Galvão. A pedofilia na internet à luz do estatuto da criança e do adolescente. 2009. 86 f. Monografia (Graduação em direito) – FESP Faculdades, João Pessoa. 2009.

TRINDADE, Jorge; BREIER, Ricardo. Pedofilia: aspectos psicológicos e penais. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Pedofilia: atentado contra a dignidade da criança. Consulex : Revista Jurídica, Brasília , v. 8, n. 187 , p. 17, out. 2004.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro: vol.1: parte geral. 6ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

PRÁTICAS ATIVAS EM HISTÓRIA NO ENSINO DA ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E MUSEAL.

Santos, Samuel Jordão

RESUMO:
Pesquisa de método de procedimentos técnicos de modalidade experimental em situação controlado pelo professor/pesquisador e modalidade de pesquisa-ação, onde o objeto de estudo, práticas ativas em história no ensino da arqueologia e paleontologia para o ensino fundamental, é analisado por todos os pesquisadores (neste projeto, analisado pelo professor) e participantes em conjunto de forma cooperativa e participativa; abordagem de pesquisa qualitativa, explorando as particularidades subjetivas do participante pela vivência da experiência prática em arqueologia e educação patrimonial e museal; também com características de pesquisa exploratória, esclarecendo aspectos pouco conhecidos do objeto de estudo, fundamentos da arqueologia e paleontologia e do trabalho museal de conservação e preservação material patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE – Práticas Ativas; Ensino Híbrido; Ensino da Arqueologia e Paleontologia no ensino fundamental; Educação Patrimonial e Museal; Educação por Projetos.

INTRODUÇÃO

Através do trabalho de Cury, 2006, pode ser observado que mesmo que o público tenha interesse pela arqueologia, tem pouco conhecimento do que realmente é e de sua importância, necessitando de aprofundamento de pesquisas e planejamento interdisciplinar para contemplar os conhecimentos sobre arqueologia e museologia.
Soares; Perius; Arend, 2013, destacam que o livro didático inferioriza as fonte não documentais, e valorizam o eurocentrismo etnocêntrico histórico e pré histórico. Consideram a Arqueologia como metodologia de apropriação do patrimônio pré histórico e o estudo da arqueologia e pré história tem foco em todas as etapas de desenvolvimento considerando todas as espécies e culturas ao longo do processo histórico.
Para Funari, 2005, a cultura material representa a prática da arqueologia histórica contemporânea unindo vertentes filológicas, históricas, filosóficas e antropológicas reconstruindo a arqueologia como ciência.

DESENVOLVIMENTO

Similar ao trabalho de Pereira, 2010, o termo salas temáticas é proposto como uma organização espacial estruturada para proporcionar ao educando a experimentação do trabalho do arqueólogo, extração de artefato, conservação patrimonial e exposição museal a partir do eixo temático de arqueologia na disciplina história através de simuladores de situações específicas arqueológicas sítios, escavações como propostas de atividades interativas. Em Pereira, 2010, foram organizadas salas temáticas "de forma a possibilitar e incentivar a interação concreta e direta dos sujeitos com os temas de cada sala", expondo objetos concretos envolvendo a prática arqueológica em atividades com habilidades de observar, ler, comparar, discutir, registrar, problematizar, levantar hipóteses, experimentar, compreender, explicar, teorizar e aprender como resposta ao problema de estudo de conteúdos além dos trabalhados nos programas escolares: "*como ensinar, de forma competente, conteúdos específicos de Arqueologia para alunos do Ensino Fundamental*"?

A sala temática em Pereira, 2010 foi estruturada em cinco espaços: o primeiro referente à evolução do conceito de Arqueologia; o segundo a prática da Arqueologia; o terceiro a escavação, tipos e métodos; o quarto recuperação dos vestígios Arqueológicos; o quinto o Sítio Arqueológico.

Neste projeto, os espaços híbridos foram estruturados em 3 espaços principais: O laboratório e espaço de pesquisa arqueológica teórica, especificando os procedimentos e conceito do trabalho do arqueólogo. Também onde foi construído o modelo de fóssil para atividade prática; o sítio de escavação em ambiente externo à sala de aula; a sala de aula como museu, onde foi conservado e exposto o modelo de fóssil para estudo patrimonial e importância dos museus na conservação e exposição patrimonial.

Concordando com Pereira, 2010, que expõe como contraditoriamente na maioria das vezes alternativas pedagógicas deste tipo de atividade são ignoradas.

> "A arqueologia era escavação e poeira". (Dr. Milles Holden, personagem arqueólogo em A Pirâmide, de LEVASSEUR, Grégory, 20th Century Fox, 2014).

Em Dutra, 2003, Funari, Pinky, 2002 defendem que a "cultura não se restringe ao estudo formal", em que Dutra, 2003, defende a experimentação pela delimitação prática em que a prática com amostras e o artefato a ser reproduzido geram o início das reflexões, e, assim, as práticas ativas trazem informação através deste modelo de fragmento/vestígio arqueológico/paleontológico, consolidando a aprendizagem pela prática, experimentação e reflexão. Dutra, 2003, diz que a educação patrimonial propõe a valorização de "*patrimônio*

cultural que é universal, pela própria experiência vivenciada".
Bellet; Añanã; Ramos; Zorzi; Ulguim; De Bem; Maciel; Viana, 2005, acreditam que o trabalho de arqueologia experimental é importância fundamental por possibilitar transformação da percepção teórica em conhecimentos práticos sobre a produção material, em que um dos grandes obstáculos é seu objeto de estudo limita-se aos artefatos já prontos legados pelo passado, não permitindo a reconstituição do processo produtivo original, deixando uma grande lacuna e como conseqüência, conhecimentos agregados com o tempo. Assim, as práticas ativas consistem numa tentativa de reprodução experimental através da ação, experimentação e observação do processo de produção e do resultado final, permitindo uma análise mais complexa da atividade e trabalho do arqueólogo, agregando conhecimento empírico ao teórico.

ARQUEOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: O ENSINO DA ARQUEOLOGIA NA DISCIPLINA HISTÓRIA

Carbonari, 2017, vê cultura material como "*objeto de investigação e interpretação propiciando ao educando ser agente de seu conhecimento*", pode construir uma consciência histórica e tem alcance além do estudo documental onde não há mais o que o documento escrito possa revelar.
A cultura material Rodrigues; Oliveira, 1999, Em trabalho anterior, Mackenzie e Stone (1989) sugeriram quatro grandes razões para existir um "passado excluído" na educação. Em primeiro lugar, os currículos escolares já estão completamente preenchidos, não sobrando espaço para um novo assunto. Em segundo, é ressaltada a própria falta de conhecimento dos professores, adicionada à carência de material apropriado. Terceiro, estudar o passado é geralmente visto como exótico, não tendo relação nenhuma com a sociedade atual. Em quarto lugar, mas não menos verdadeiro, aspectos do passado podem ser excluídos por razões políticas e ideológicas e as principais atividades para o ensino fundamental e médio são eventos limitados em relação a resultados positivos que proporcionam um conhecimento baseado na aquisição informacional, distante da interação.

PRÁTICAS ATIVAS EM HISTÓRIA NO ENSINO DA ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: PROJETO ACADÊMICO

O projeto foi dividido em etapas práticas e reflexivas da experiência vivenciada com a participação e colaboração efetiva de todos os participantes em todas as etapas e espaços híbridos de educação como na arqueologia preventiva em Zanetini; Wichers, 2014, em que o participante pode não ser um arqueólogo por formação, ainda sim desenvolve o trabalho e pesquisa arqueológica.
Similar ao trabalho de Pereira, 2010, de salas temáticas, foram criados espaços híbridos: sala de aula transformada como laboratório e espaço de pesquisa para a construção de modelo de artefato arqueológico e

pré preparação para a conservação do modelo como "museu"; construção de sítio arqueológico em ambiente escolar externo a sala de aula; sala de aula como espaço de debate e reflexão coletivos.
Na etapa prática, construção do modelo (velociraptor e objetos simulando vestígios humanos) arqueológico/paleontológico; disfarce/encobrimento do modelo (enterramento), descoberta/revelação do modelo com proximidades rudimentares (instrumentos e técnicas) simulando os processos, instrumentos e métodos aplicados em descobertas arqueológicas; delimitação e demarcação de espaço como sítio arqueológico; remoção e transporte do modelo de artefato e classificação para conservação em espaço próprio (a sala de aula como museu) para exposição à comunidade escolar.

O objetivo do projeto é o ensino da arqueologia e paleontologia como conteúdo da disciplina de história no ensino fundamental através de práticas ativas experimentais e experienciais em aulas práticas do ofício do arqueólogo construindo o conceito e a importância do ofício deste profissional na descoberta de vestígios para a reconstrução histórica da presença humana no tempo e espaço.

Objetivos específicos:

a) Introdução ao trabalho do arqueólogo na descoberta, recuperação e conservação de artefato de valor histórico para estudo paleontológico e da produção humana.

b) Educação patrimonial na construção do conceito e da importância da conservação patrimonial de herança histórica, cultural e de identidade sócio cultural.

c) Educação Patrimonial na construção do conceito e da importância de sítios arqueológicos e de sua proteção e conservação.

d) Educação Museal esclarecendo a importância do museu como espaço de proteção, conservação e exposição patrimonial e memorial.

e) Encontro e interação entre a prática e o conteúdo de estudo da arqueologia/paleontologia na disciplina de história do ensino fundamental.

f) O ensino e aprendizagem através da prática e da vivência como conhecimento concretizado e consolidado pela experimentação.

PROCEDIMENTOS DO PROJETO.

Pesquisa de método de procedimentos técnicos, modalidade experimental em situação controlado pelo professor/pesquisador e modalidade de pesquisa-ação, onde o objeto de estudo é analisado por todos os pesquisadores (neste projeto, o professor) e participantes em conjunto de forma cooperativa e participativa; abordagem de pesquisa

qualitativa, explorando as particularidades subjetivas do participante pela vivência da experiência; também com características de pesquisa exploratória, esclarecendo aspectos pouco conhecidos do objeto de estudo.

Sistema de monitoramento e avaliação mediados simultâneos à atividade, acompanhando o desenvolvimento que REDEFOR 2011-2012 vê a pesquisa de intervenção como ação de reflexão e solução de problemas estimulando desenvolvimento cognitivo e psicológico individual e de grupo.

Na coleta de dados com base procedimental similar aos estudos de Barbosa 2013, alguns aspectos foram pensados para excluir ou reduzir a confiabilidade e relevância do projeto em sua realização e nos processos de aprendizagem, como por exemplo, os pontos fracos em que é exigido professor facilitador/mediador com experiência sendo o professor elaborador deste projeto, pesquisador e atuante na área de práticas ativas em educação. Segue abaixo a apresentação de um quadro demonstrativo:

Técnica de coleta de Dados	**Pontos Fortes**	**Pontos Fracos**
OBSERVAÇÃO DIRETA	- *Interferência do Observador. - *Avaliação Complexa.	- Exige facilitador/moderador com experiência. - *Interferência do Observador. - Múltiplas Interpretações. - *Avaliação Complexa.
GRUPO FOCAL	- Obtenção de Dados em Curto Prazo. - Colaboratividade e Particividade.	- Exige facilitador/moderador com experiência.
GRUPO DE DISCUSSÃO	- Obtenção de Dados em Curto Prazo. - Colaboratividade e Particividade.	- Exige facilitador/moderador com experiência.
REGISTRO INSTITUCIONAL	- Tempo de Pesquisa Reduzido. - Fonte Confiável.	- Dados Incompletos, desatualizados e/ou inexistentes. - Uso Documental Restrito.

Quadro 1 – Instrumentos de Coleta de Dados em Pesquisa.

A Observação Direta acontece através da atuação dos observadores (professor mediador) no treinamento e supervisão, verificação e captação de informações durante a atividade para obter determinados tipos de resultados, sem, no entanto, interferir, mas mediar os conhecimentos em direção aos resultados esperados. Os pontos fortes e fracos destacados são equivalentes exatamente que dependem da atuação do professor mediador/supervisor/avaliador. Sua atuação

forte, interferindo apenas no direcionamento, reforço e correção dos temas de estudo é que apontam um ou outro resultado. Por isso a avaliação é complexa, pois os pontos fortes e fracos dos alunos dependem da experiência do professor em práticas ativas e objetivos do projeto bem definidos.

O Grupo Focal, grupo de discussão informal conduzido pelo professor mediador mantendo o foco e objetivo da aprendizagem descrevendo os tópicos para análise das questões onde os participantes trocam informações e experiências sobre a atividade realizada relatando suas observações para a obtenção de dados qualitativos, novamente terá resultados de acordo com a atuação do professor mediador/supervisor/avaliador e acrescentando sua mediação, proporcionando e incentivando a colaboratividade e participatividade entre os estudantes participantes.

No Grupo de Discussão há aprofundamento das experiências relatadas em observações analíticas mediadas pelo professor, com participação e colaboração coletiva de todos os participantes, esclarecendo pontos e reforçando os resultados alcançados. Os resultados e correções neste ponto também dependem da atuação do professor mediador/supervisor/avaliador.

Os Registros Institucionais são parte importantes exatamente para reforçar a experiência dos professores mediadores, analisando previamente os resultados e pontos fortes e fracos de projetos anteriores similares ou de coleta de dados e equivalente, que além de suporte confiável, otimizaria o tempo na elaboração e realização de outros projetos.

Neste projeto, pela inexistência de projetos e registros similares anteriores, foram primordiais e serviriam como fonte de análise dos resultados obtidos e fonte comparativa para projetos futuros, além de base para aprimoramento de pesquisa-ação similar. Estes registros foram analisados em duas partes: 1º, em relação ao próprio projeto baseado no método experimental em espaço híbrido escolar, registrando os procedimentos e objetivos do projeto; 2º, em relação aos resultados registrados pelo professor e os resultados pelo relato de experiência dos alunos em que a observação de ambos os registros concluem resultados quantitativos em relação aos conteúdos abordados e qualitativos no conhecimento adquirido e desenvolvido pelos alunos com o projeto contemplando múltiplas habilidades.

Em relação ao custo do projeto, este foi elaborado em baixo custo, em que todo o material alternativo (modelo montável) e tecnológico (áudio, vídeo, imagem, edição) foi fornecido e produzido pelo próprio professor elaborador do projeto com formação e capacitação adequadas para sua realização e conclusão satisfatória.

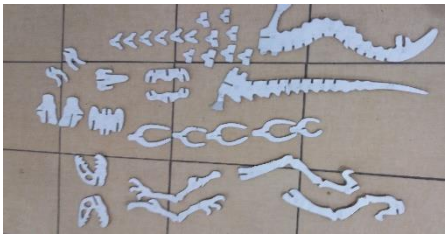
RESULTADOS.

Os resultados esperados foram alcançados, que era proporcionar e consolidar o desenvolvimento das habilidades da disciplina história e

suas subdivisões específicas em conhecimentos da arqueologia, paleontologia, educação patrimonial e museal através de práticas ativas em modalidade híbrida de ensino, obtendo resultados favoráveis e satisfatórios quantitativamente e qualitativamente, comprovados através de avaliações constantes e acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem, e mesmo nas avaliações tradicionais escritas por etapas, havendo elevação da média geral de desempenho, minimizando o distanciamento entre os alunos de alto e baixo desempenho, significativos em índices de desenvolvimento humano.
Outros resultados inesperados também foram alcançados superando expectativas como a pré disposição dos educandos na realização de tarefas antes recusadas, como a própria análise e interpretação textual histórica e pesquisa bibliográfica, passando a ser objeto de investigação e descoberta tornando a aprendizagem a auto recompensa.

ELEMENTOS DE APOIO AO TEXTO

Figura 1 – Modelo Montável de Esqueleto de Velociraptor fornecido pelo professor e montado em conjunto pelos alunos mediado pelo professor facilitador.



"Peças do modelo de Velociraptor".
Fonte: Papermau.blogspot.com; Arquivo portifólio e www.facebook.com/samuel.carpe (2017).

Figura 2 – Etapa experimental da pesquisa: enterrar o modelo de fóssil na natureza e instruções procedimentais da atividade pelo professor mediador.



"O Professor dando as instruções procedimentais do trabalho".
Fonte: Arquivo portifólio e www.facebook.com/samuel.carpe (2017).

Figura 3 – Etapa experimental da pesquisa: demarcação do local do achado como sítio arqueológico.



"Demarcação do espaço do modelo de fóssil como sítio arqueológico".
Fonte: Arquivo portifólio e www.facebook.com/samuel.carpe (2017).

Figura 4 – Etapa experimental da pesquisa: demarcação do local do achado como sítio arqueológico.



"Demarcação do espaço do modelo de fóssil como sítio arqueológico".
Fonte: Arquivo portifólio e www.facebook.com/samuel.carpe (2017).

Figura 5 – Etapa de observação e avaliação: acompanhamento e observação da aprendizagem e comportamento nos aspectos experimentais: simulação de escavação.



"Escavação arqueológica".
Fonte: Arquivo portifólio e www.facebook.com/samuel.carpe (2017).

Figura 6 – Etapa de observação e avaliação: Grupo Focal de discussão informal sobre a atividade.



"Relato da experiência científica no espaço laboratorial da atividade".

Fonte: Arquivo portifólio e www.facebook.com/samuel.carpe (2017).

Figura 7 – Etapa de observação e avaliação: transporte do achado arqueológico para local de classificação, conservação e exposição. Educação Patrimonial e Museal.



"Transporte do artefato arqueológico".

Fonte: Arquivo portifólio e www.facebook.com/samuel.carpe (2017).

Figura 8 – Etapa de observação e avaliação: transporte do achado arqueológico para local de classificação, conservação e exposição. Educação Patrimonial e Museal.



Fonte: Arquivo portifólio e www.facebook.com/samuel.carpe (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos das práticas ativas foram importantes para elucidar como não há perda de aprendizagem em aplicação de metodologias disruptivas e como os espaços temáticos e híbridos podem proporcionar o desenvolvimento de habilidades de observar, ler, comparar, discutir, registrar, problematizar, levantar hipóteses, experimentar, compreender, explicar, teorizar e aprender, interagir, debater, sustentar hipóteses e opiniões de maneira tão eficaz ou até mais do que metodologias tradicionais.

Visto que as práticas ativas disruptivas ocorrem paralelamente ao estudo tradicional em não excluem nem substituem conteúdos dos eixos temáticos, agregam valores e conhecimento ao educando, transformando os processos de aprendizagem em uma prática mais interessante e atrativa por proporcionar uma interação, autonomia e percepção do desenvolvimento que o estudo unicamente informacional teórico não oferece.

Os espaços temáticos servem como eixo de ligação e esclarecimento entre o conhecimento prévio e o conhecimento aprofundado sobre o trabalho do arqueólogo, a importância do artefato e patrimônio na reconstrução e conservação da história e identidade de um povo e sociedade assim como o real significado do museu como espaço de conservação e exposição patrimonial como fonte de estudo e

conhecimento histórico humano e essa aproximação espacial conceitual em ambiente escolar através destes simuladores proporciona uma ampliação de conhecimentos sem fronteiras espaciais ou geográficas.
O fator de satisfação, participação, pré-disposição e auto-recompensa pelo educando foi considerado de importância fundamental para o sucesso do projeto quanto para a consolidação dos conteúdos escolares do eixo temático da disciplina, evidenciando a eficiência e relevância da experimentação das práticas ativas disruptivas nos processos de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Eduardo F. **Instrumentos de Coleta de Dados em Pesquisas Educacionais**. inf.usc.br. 2013.

BELLETI, Jaqueline da Silva; AÑAÑA, Daniel da Silva; RAMOS, Rafaela Nunes; ZORZI, Mariciana; ULGUIM, Priscilla Ferreira; DE BEM, Emmanuel; MACIEL, Luísa Lacerda; VIANA, Jorge. **Arqueologia Experimental**: interpretação e produção de artefatos cerâmicos. XIV Congresso de Iniciação Científica Da Universidade Federal De Pelotas 2005.

CARBONARI, Márcia. **Arqueologia, História e cultura material no ensino de história**. Seminário Internacional de Cultura Material e Arqueologia. Vol. 1, 2017.

CURY, Marília Xavier. **PARA SABER O QUE O PÚBLICO PENSA SOBRE ARQUEOLOGIA...**Revista Arqueologia Pública, São Paulo, nº 1, 2006.

DUTRA, Eduardo. **Arqueologia Experimental e Ensino da Arte**. Cadernos do CEOM - Ano 17, n. 18 - Arqueologia e populações indígenas. 2003.

FERREIRA, Lúcio Menezes; CERQUEIRA, Fábio Vergara. **A Graduação em Arqueologia na UFPel**: um currículo na interface entre Arqueologia e Antropologia Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo. 2009.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea**: o contexto da Arqueologia Histórica. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 06. N. 13, dez.2004/jan.2005.

PEREIRA, Jocilene Gordiano Lima Tomaz. **Salas Temáticas**: uma maneira criativa de se trabalhar arqueologia no ensino fundamental. PBL 2010 Congresso Internacional. São Paulo, Brasil, 8-12 de fevereiro de 2010.

REDEFOR Rede São Paulo de Formação Docente. **Os instrumentos de pesquisa mais frequentes na pesquisa de intervenção**. Edisciplinas. USP.br. 2011-2012.

RODRIGUES, Robson A.; OLIVEIRA, Solange Nunes de. **ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO**: O "PASSADO EXCLUÍDO" DO BRASIL. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 9: 312-314, 1999.

SOARES, André Luís Ramos; PERIUS, Eduardo; AREND, Jéssica Fernanda. **A arqueologia nos livros didáticos**. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6 – Edição Especial Agosto. 2013.

ZANETINI, Paulo; WICHERS, Camila A. de Moraes. **Arqueologia Preventiva e o Ensino de Arqueologia no Brasil**. Habitus v12, n2. Jul/dez 2014.